

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013

Valores expressos em milhares de reais - R\$

1 Contexto Operacional

A Companhia Paranaense de Energia (Copel, Companhia ou Controladora), com sede na Rua Coronel Dulcídio, 800, Batel, Curitiba, Estado do Paraná, é uma sociedade anônima, de capital aberto, cujas ações são negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa dos Segmentos Especiais de Listagem da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, na bolsa de valores dos Estados Unidos da América (NYSE EURONEXT) e no Latibex - o braço latino-americano da Bolsa de Valores de Madrid. É uma sociedade de economia mista, controlada pelo Governo do Estado do Paraná.

A Copel e suas controladas têm como principais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel (vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME), pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a produção, transformação, transporte, distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica. Adicionalmente, a Copel tem participação em consórcios e em empresas privadas e de economia mista, com o objetivo de desenvolver atividades principalmente nas áreas de energia, telecomunicações, gás natural e saneamento básico.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

Essas informações trimestrais compreendem:

- As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil; e
- As demonstrações financeiras intermediárias individuais da Controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão dos Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Copel somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

Essas informações trimestrais estão sendo apresentadas considerando-se as disposições contidas no CPC 21 (R1) e IAS 34 - Informações Intermediárias e no Ofício Circular CVM-SNC/SEP nº 03/11. Consequentemente, determinadas informações contidas nas notas explicativas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31.12.2012, que não sofreram modificações no semestre, não estão sendo apresentadas.

Portanto, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras de 31.12.2012, disponíveis nos *sites* da CVM e da Copel.

A autorização para a emissão das informações trimestrais ocorreu pela Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores em 07.11.2013.

2.2 Base de mensuração

As informações trimestrais são elaboradas com base no custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado, os ativos financeiros disponíveis para venda, mensurados aos valores justos e os investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações trimestrais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, exceto quando indicado de outra forma. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

De acordo com as normas IFRS e CPC, a preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013, está sendo aplicado o CPC 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades na elaboração das demonstrações financeiras. Este CPC exige que a entidade divulgue informações sobre julgamentos e premissas significativos, os quais estão incluídos na NE nº 16 - Investimentos.

As outras informações sobre o uso de estimativas e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais, são as mesmas divulgadas na NE nº 2.4 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

2.5 Reclassificação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Companhia revisou, no período, a Demonstração do Valor Adicionado. Foram destacados as receitas e os custos de construção de ativos próprios e efetuada a reclassificação de Dividendos adicionais propostos, de Remuneração do capital próprio para Lucros retidos na empresa.

Para fins de comparação, o Valor adicionado a distribuir e a Distribuição do valor adicionado referentes ao semestre findo em 30.09.2012 foram alterados, conforme demonstrado na NE nº 3.3.6.

3 Principais Políticas Contábeis

A partir do exercício iniciado em 1º.01.2013, na elaboração das demonstrações financeiras, estão sendo aplicados os CPCs: 18 (R2) Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto; 19 (R2) Negócios em Conjunto; 33 (R1) Benefícios a Empregados; 36 (R3) Demonstrações Consolidadas; e 45 Divulgação de Participações em Outras Entidades.

Para fins de comparação, o balanço patrimonial de 31.12.2012 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, do fluxo de caixa e do valor adicionado de 30.09.2012 estão sendo reapresentados, contemplando os efeitos da adoção dos novos pronunciamentos.

Os principais efeitos das aplicação dos novos pronunciamentos, na apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, foram a exclusão dos saldos proporcionais dos empreendimentos controlados em conjunto, que eram apresentados linha a linha, e a eliminação dos diferimentos das perdas e ganhos atuariais dos planos de pensão e saúde (método corredor).

As políticas contábeis que sofreram alterações a partir de 1º.01.2013 estão descritas a seguir. As outras políticas contábeis são consistentes com aquelas apresentadas na NE nº 3 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

3.1 Base de consolidação

Os investimentos em controladas (NE nº 16.2), em controladas em conjunto (NE nº 16.3) e em coligadas (NE nº 16.4) são reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais com base no método de equivalência patrimonial. Conforme esse método, os investimentos são inicialmente registrados pelo valor de custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído pelo reconhecimento da participação da investidora no lucro, no prejuízo e em outros resultados abrangentes gerados pelas investidas, após a aquisição. Esse método deve ser descontinuado a partir da data em que o investimento deixar de se qualificar como controlada, controlada em conjunto ou coligada.

As distribuições de resultados reduzem o valor contábil dos investimentos.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das investidas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às da Controladora.

3.1.1 Controladas

O CPC 36 (R3) Demonstrações Consolidadas estabelece o controle como a base para a consolidação das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Os saldos de ativos, passivos e resultados das controladas são consolidados linha a linha. Os saldos das contas patrimoniais e de resultado referentes às transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

A participação de acionistas não controladores é apresentada no patrimônio líquido, separadamente do patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora. Os lucros, os prejuízos e os outros resultados abrangentes também são atribuídos separadamente dos atribuídos aos acionistas da Controladora, ainda que isto resulte em que as participações de acionistas não controladores tenham saldo deficitário.

3.1.2 Investimentos em controladas em conjunto e em coligadas

As controladas em conjuntos são as entidades em que a Companhia, vinculada a um acordo, não exerce individualmente o poder de decisões financeiras e operacionais, independentemente do percentual de participação no capital votante. Coligadas são as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa.

Quando a participação nos prejuízos de uma coligada ou de uma controlada em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, a Companhia deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. Perdas adicionais serão consideradas, e um passivo reconhecido, somente se a Companhia incorrer em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou efetuar pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, a Companhia deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.

3.2 Benefícios pós-emprego

A Companhia e suas controladas patrocina planos de benefícios a empregados, descritos em detalhes na NE nº 23. Os valores destes compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados nos termos do CPC 33 (R1) e IAS 19 - Benefícios a Empregados, aprovados pela deliberação CVM nº 695/12.

A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais, motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais, são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.3 Efeitos da aplicação dos novos CPCs

3.3.1 Efeitos no balanço patrimonial de 1º.01.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE	1.300.161	-	1.300.161
NÃO CIRCULANTE	12.010.733	8.965	12.019.698
Realizável a Longo Prazo	1.476.621	-	1.476.621
Investimentos	10.534.112	8.965	10.543.077
TOTAL DO ATIVO	13.310.894	8.965	13.319.859

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO			
CIRCULANTE	223.073	-	223.073
NÃO CIRCULANTE	1.261.127	-	1.261.127
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.826.694	8.965	11.835.659
TOTAL DO PASSIVO	13.310.894	8.965	13.319.859

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO				
CIRCULANTE	3.702.013	(2.496)	-	3.699.517
Caixa e equivalentes de caixa	1.049.125	(679)	-	1.048.446
Dividendos a receber	17.906	(1.419)	-	16.487
Imposto de renda e contribuição social	215.381	(376)	-	215.005
Outras	2.419.601	(22)	-	2.419.579
NÃO CIRCULANTE	15.140.006	991	(3.359)	15.137.638
Realizável a Longo Prazo	5.659.868	(128)	(3.359)	5.656.381
Depósitos judiciais	430.817	(97)	-	430.720
Contas a receber vinculadas à concessão	3.236.474	(31)	-	3.236.443
Imposto de renda e contribuição social diferidos	465.536	-	(3.359)	462.177
Outras	1.527.041	-	-	1.527.041
Investimentos	549.158	6.038	-	555.196
Imobilizado	7.209.123	(6)	-	7.209.117
Intangível	1.721.857	(4.913)	-	1.716.944
TOTAL DO ATIVO	18.842.019	(1.505)	(3.359)	18.837.155

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO				
CIRCULANTE	2.058.821	(1.036)	-	2.057.785
Obrigações sociais e trabalhistas	224.095	(19)	-	224.076
Fornecedores	747.453	(19)	-	747.434
Outras obrigações fiscais	288.457	(864)	-	287.593
Outras	798.816	(134)	-	798.682
NÃO CIRCULANTE	4.713.670	(469)	(12.324)	4.700.877
Fornecedores	108.462	(466)	-	107.996
Imposto de renda e contribuição social diferidos	648.266	-	1.261	649.527
Benefícios pós-emprego	432.838	-	(13.585)	419.253
Provisões para litígios	1.000.823	(3)	-	1.000.820
Outras	2.523.281	-	-	2.523.281
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.069.528	-	8.965	12.078.493
TOTAL DO PASSIVO	18.842.019	(1.505)	(3.359)	18.837.155

3.3.2 Efeitos no balanço patrimonial de 31.12.2012

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO			
CIRCULANTE	1.218.801	-	1.218.801
NÃO CIRCULANTE	12.545.907	(135.608)	12.410.299
Realizável a Longo Prazo	1.540.940	-	1.540.940
Investimentos	11.004.967	(135.608)	10.869.359
TOTAL DO ATIVO	13.764.708	(135.608)	13.629.100

Controladora	Publicado	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO			
CIRCULANTE	257.700	-	257.700
NÃO CIRCULANTE	1.274.016	-	1.274.016
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.232.992	(135.608)	12.097.384
TOTAL DO PASSIVO	13.764.708	(135.608)	13.629.100

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
ATIVO				
CIRCULANTE	4.699.255	(17.563)	-	4.681.692
Caixa e equivalentes de caixa	1.483.137	(23.920)	-	1.459.217
Dividendos a receber	9.555	8.509	-	18.064
Imposto de renda e contribuição social	193.158	(1.614)	-	191.544
Outras	3.013.405	(538)	-	3.012.867
NÃO CIRCULANTE	16.512.299	2.986	11.926	16.527.211
Realizável a Longo Prazo	6.302.904	(39.068)	33.481	6.297.317
Contas a receber vinculadas à concessão	2.684.792	(38.966)	-	2.645.826
Depósitos judiciais	574.473	(102)	-	574.371
Imposto de renda e contribuição social diferidos	647.804	-	33.481	681.285
Outras	2.395.835	-	-	2.395.835
Investimentos	543.036	47.508	(21.555)	568.989
Imobilizado	7.871.849	(96)	-	7.871.753
Intangível	1.794.510	(5.358)	-	1.789.152
TOTAL DO ATIVO	21.211.554	(14.577)	11.926	21.208.903

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Efeitos do CPC 33 (R1)	Reapresentado
PASSIVO				
CIRCULANTE	2.847.818	(14.374)	-	2.833.444
Obrigações sociais e trabalhistas	384.150	(142)	-	384.008
Fornecedores	1.136.359	(4.577)	-	1.131.782
Outras obrigações fiscais	290.896	(2.416)	-	288.480
Outras contas a pagar	97.042	(7.239)	-	89.803
Outras	939.371	-	-	939.371
NÃO CIRCULANTE	5.866.238	(203)	147.534	6.013.569
Fornecedores	100.996	(88)	-	100.908
Imposto de renda e contribuição social diferidos	615.924	(115)	(25.273)	590.536
Benefícios pós-emprego	502.423	-	172.807	675.230
Outras	4.646.895	-	-	4.646.895
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12.497.498	-	(135.608)	12.361.890
TOTAL DO PASSIVO	21.211.554	(14.577)	11.926	21.208.903

3.3.3 Efeitos na demonstração de resultado de 30.09.2012

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
OPERAÇÕES CONTINUADAS			
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	6.109.116	16.465	6.092.651
Custos Operacionais	(4.467.938)	(16.081)	(4.451.857)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO	1.641.178	384	1.640.794
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(559.151)	296	(559.447)
Despesas com vendas	(31.466)	-	(31.466)
Despesas gerais e administrativas	(351.022)	(1.557)	(349.465)
Outras receitas (despesas), líquidas	(229.192)	(547)	(228.645)
Resultado da equivalência patrimonial	52.529	2.400	50.129
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	1.082.027	680	1.081.347
Resultado Financeiro	86.037	(576)	86.613
LUCRO OPERACIONAL	1.168.064	104	1.167.960
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(344.055)	(104)	(343.951)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	824.009	-	824.009

3.3.4 Efeitos na demonstração das mutações do patrimônio líquido

Controladora	1º.01.2013	30.09.2012	1º.01.2012
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Saldo original publicado	12.232.992	12.540.889	11.826.694
Ajuste de perda atuarial conforme o CPC 33 (R1) *	(135.608)	8.965	8.965
Saldo reapresentado	12.097.384	12.549.854	11.835.659

(*) Equivalência patrimonial na Controladora, líquida de tributos

Consolidado	1º.01.2013	30.09.2012	1º.01.2012
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Saldo original publicado	12.497.498	12.800.177	12.069.528
Ajuste de perda atuarial conforme o CPC 33 (R1)	(205.466)	13.585	13.585
Imposto de renda e contribuição social diferidos	69.858	(4.620)	(4.620)
Saldo reapresentado	12.361.890	12.809.142	12.078.493

3.3.5 Efeitos na demonstração do fluxo de caixa de 30.09.2012

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	969.534	7.808	977.342
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(1.177.387)	(20.775)	(1.198.162)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(91.752)	3.044	(88.708)

3.3.6 Efeitos na demonstração do valor adicionado de 30.09.2012

Controladora	Publicado	Reclassificações NE 2.5	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Receitas	-	-	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros	11.772	11.381	23.153
Material, insumos e serviços de terceiros	2.449	-	2.449
Outros insumos	9.323	11.381	20.704
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(11.772)	(11.381)	(23.153)
(-) Depreciação e amortização	566	-	566
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(12.338)	(11.381)	(23.719)
(+) Valor adicionado transferido	875.901	-	875.901
Receitas financeiras	86.348	-	86.348
Resultado de participações societárias	789.553	-	789.553
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	863.563	(11.381)	852.182

Controladora	Publicado	Reclassificações NE 2.5	Reapresentado
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :			
Pessoal	6.221	-	6.221
Governo	(26.919)	-	(26.919)
Terceiros	77.898	(11.381)	66.517
Acionistas	806.363	-	806.363
	863.563	(11.381)	852.182

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reclassificações NE 2.5	Reapresentado
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Receitas	9.366.938	(16.465)	465.150	9.815.623
Venda de energia, serviços e outras receitas	8.981.913	(1.095)	(111.009)	8.869.809
Receita de construção	383.268	(15.370)	576.159	944.057
Outras receitas	1.574	-	-	1.574
duvidosa	183	-	-	183
(-) Insumos adquiridos de terceiros	3.870.035	(18.096)	454.223	4.306.162
Material, insumos e serviços de terceiros	375.345	(537)	-	374.808
Custo de construção	379.214	(16.081)	453.114	816.247
Outros insumos	143.098	(1.478)	1.109	142.729
Outros	2.972.378	-	-	2.972.378
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	5.496.903	1.631	10.927	5.509.461
(-) Depreciação e amortização	411.736	(547)	-	411.189
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	5.085.167	2.178	10.927	5.098.272
(+) Valor adicionado transferido	576.970	(2.762)	111.009	685.217
Receitas financeiras	523.975	(362)	-	523.613
Resultado de participações societárias	52.995	(2.400)	-	50.595
Outras receitas	-	-	111.009	111.009
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	5.662.137	(584)	121.936	5.783.489

Consolidado	Publicado	Efeitos do CPC 19 (R2)	Reclassificações NE 2.5	Reapresentado
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :				
Pessoal	750.600	(456)	68.376	818.520
Governo	3.631.470	(1.176)	4.486	3.634.780
Terceiros	456.058	1.048	49.074	506.180
Acionistas	824.009	-	-	824.009
	5.662.137	(584)	121.936	5.783.489

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caixa e bancos conta movimento	745	1.972	62.666	94.484
Aplicações financeiras de liquidez imediata	183.391	27.492	1.469.150	1.364.733
	184.136	29.464	1.531.816	1.459.217

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações foram remuneradas em média à taxa de 101,49% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, em 30.09.2013 e 100,75%, em 31.12.2012.

5 Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Nível	Indexador	Controladora		Consolidado	
	NE 34.2		30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Títulos disponíveis para venda						
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	2	CDI	94	90	46.390	39.845
Operação Compromissada	2	Pré-Fixada	-	-	75.321	175.792
Cotas fundos de investimentos	1	CDI	90	86	89	86
Notas do Tesouro Nacional - Série F - NTN-F	1	CDI	-	-	1.983	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	Selic	-	-	132.322	162.517
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	Pré-Fixada	-	-	112.596	167.917
Letras Financeiras Ligadas ao Banco do Brasil - LFBB	2	CDI	-	-	-	13.661
Letras Financeiras Ligadas à CEF - LF Caixa	2	CDI	-	-	-	9.004
			184	176	368.701	568.822
Títulos para negociação						
Cotas fundos de investimentos	2	CDI	-	-	79.676	24.742
Operação Compromissada	1	Pré-Fixada	-	-	40.645	16.373
CDB	2	CDI	-	-	12.485	3.147
Letras Financeiras	2	CDI	-	-	13.221	12.591
LFT	1	Selic	-	-	-	9.526
LTN	1	Selic	-	-	47.391	48.216
Depósito a Prazo com Garantia Especial do FGC - DPG	2	CDI	-	-	37.475	61.475
Ações	1	Ibovespa	-	-	-	93
Debêntures	2	CDI	-	-	3.518	3.668
Notas Promissórias	2	CDI	-	-	-	3.127
Renda Fixa Term 3	1	Pré-Fixada	-	-	-	56
Derivativos	1	DI Futuro BMF	-	-	115	-
			-	-	234.526	183.014
Títulos mantidos até o vencimento						
LF Caixa com vencimento em 07.11.2013		CDI	-	-	5.866	5.540
LF Caixa com vencimento em 08.11.2013		CDI	-	-	7.033	6.640
			-	-	12.899	12.180
			184	176	616.126	764.016
Circulante			184	176	509.183	635.501
Não circulante			-	-	106.943	128.515

A Companhia e suas controladas possuem títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 48 meses a partir do final do período de relatório. Nenhum desses ativos está vencido nem apresenta problemas de recuperação ou redução ao valor recuperável no encerramento do trimestre.

Entre os valores aplicados, estão fundos exclusivos e garantias.

5.1 Principais valores aplicados

Consolidado	30.09.2013	31.12.2012
Fundos exclusivos		
Copel Geração e Transmissão no Banco do Brasil	98.162	174.047
Copel Distribuição no Banco do Brasil	106.094	101.056
Copel Geração e Transmissão na Caixa Econômica Federal	-	91.807
Copel Distribuição na Caixa Econômica Federal	-	50.517
UEG Araucária no Banco do Brasil	111.657	78.021
UEG Araucária no BNY Mellon Serviços Financeiros DTVMS.A.	122.751	104.961
	438.664	600.409
Garantias		
Leilões da Aneel	6.837	21.427
Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR	115.956	72.998
Financiamentos para construção de Usinas Hidrelétricas e Linhas de Transmissão	15.748	32.144
Atendimento do art. 17 da lei nº 11.428 e eventual autorização do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, pelo Consórcio Energético Cruzeiro do Sul	33.074	31.290
	171.615	157.859

6 Cauções e Depósitos Vinculados

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Caução STN (6.1)	44.309	43.246
Caução CCEAR	1.004	34.289
Outros	1.050	2.519
	46.363	80.054
Circulante	2.054	36.808
Não circulante	44.309	43.246

6.1 Caução - Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Constituição de garantias, sob forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos *Discount Bond* e *Par Bond*, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024 (NE nº 21.1). Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992.

7 Clientes

Consolidado	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 30.09.2013	Saldo 31.12.2012
Consumidores					
Residencial	155.700	88.318	30.592	274.610	295.603
Industrial	126.969	22.469	17.651	167.089	166.182
Comercial	108.610	24.104	15.021	147.735	176.668
Rural	19.486	6.587	6.667	32.740	40.499
Poder público	31.213	4.572	18.597	54.382	49.464
Iluminação pública	18.085	6	81	18.172	17.778
Serviço público	29.552	106	182	29.840	34.488
Receita não faturada	243.989	-	-	243.989	330.326
Parcelamento de débitos	69.499	4.834	30.733	105.066	94.425
Subsídio baixa renda - Eletrobrás	10.038	-	-	10.038	4.694
Governo do Paraná - luz fraterna	49.009	2.176	21.334	72.519	60.259
Outros créditos	24.239	14.183	26.309	64.731	41.742
	886.389	167.355	167.167	1.220.911	1.312.128
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia elétrica					
CCEAR - leilão	90.461	26	5.152	95.639	177.983
Contratos bilaterais	72.767	-	119	72.886	30.317
CCEE	33.816	-	14	33.830	2.173
Ressarcimento de geradores	-	-	1.288	1.288	1.288
	197.044	26	6.573	203.643	211.761
Encargos de uso da rede elétrica					
Rede elétrica	14.131	161	2.361	16.653	23.505
Rede básica e de conexão	11.000	173	3.883	15.056	28.017
	25.131	334	6.244	31.709	51.522
Telecomunicações	5.227	8.136	21.449	34.812	17.928
Distribuição de gás	37.577	1.145	1.324	40.046	34.767
PCLD (7.1)	-	-	(130.637)	(130.637)	(112.762)
	1.151.368	176.996	72.120	1.400.484	1.515.344
Circulante	1.106.733	176.996	72.120	1.355.849	1.489.173
Não circulante	44.635	-	-	44.635	26.171

7.1 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Administração da Companhia considerou os seguintes valores como sendo suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos a receber:

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições / (reversões)	Reconhecimento de perdas	Saldo em 30.09.2013
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	39.229	16.223	(10.349)	45.103
Industrial	30.992	8.427	(1.892)	37.527
Comercial	24.012	5.196	(2.127)	27.081
Rural	5.526	1.499	(664)	6.361
Poder público	9.316	3	-	9.319
Iluminação pública	129	(49)	-	80
Serviço público	113	52	-	165
Concessionárias e permissionárias	224	1.267	(105)	1.386
Telecomunicações	3.221	394	-	3.615
	112.762	33.012	(15.137)	130.637

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012	Adições / (reversões)	Reconhecimento de perdas	Saldo em 30.09.2012
Consumidores, concessionárias e permissionárias				
Residencial	28.953	20.664	(13.625)	35.992
Industrial	25.163	7.470	(1.674)	30.959
Comercial	19.466	570	(2.559)	17.477
Rural	1.805	3.349	(668)	4.486
Poder público	2.359	1.216	-	3.575
Iluminação pública	79	43	-	122
Serviço público	41	52	-	93
Concessionárias e permissionárias	37.370	(37.146)	-	224
Telecomunicações	683	3.114	-	3.797
	115.919	(668)	(18.526)	96.725

8 Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná

Por meio do quarto termo aditivo, assinado em 21.01.2005, a Companhia renegociou, com o Governo do Estado do Paraná, o saldo da Conta de Resultados a Compensar - CRC, em 31.12.2004, no montante de R\$ 1.197.404, em 244 prestações recalculadas pelo sistema *price* de amortização, atualizado pela variação do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, e juros de 6,65% a.a., os quais são recebidos mensalmente, com vencimento da primeira parcela em 30.01.2005 e as demais com vencimentos subsequentes e consecutivos.

O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas, conforme estabelecido no quarto termo aditivo. As amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos.

8.1 Vencimento das parcelas de longo prazo

Consolidado	30.09.2013	31.12.2012
2014	21.536	80.979
2015	89.695	86.365
2016	95.660	92.109
2017	102.022	98.234
2018	108.807	104.767
2019	116.044	111.735
2020	123.761	119.166
2021	131.992	127.091
2022	140.770	135.543
2023	150.132	144.557
2024	160.116	154.171
2025	55.705	53.637
	1.296.240	1.308.354

8.2 Mutação do CRC

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2013	75.930	1.308.354	1.384.284
Encargos	65.822	-	65.822
Variação monetária	1.402	49.050	50.452
Transferências	61.164	(61.164)	-
Amortizações	(122.309)	-	(122.309)
Em 30.09.2013	82.009	1.296.240	1.378.249

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2012	65.862	1.280.598	1.346.460
Encargos	64.151	-	64.151
Variação monetária	2.186	93.334	95.520
Transferências	53.967	(53.967)	-
Amortizações	(113.148)	-	(113.148)
Em 30.09.2012	73.018	1.319.965	1.392.983

9 Contas a Receber Vinculadas à Concessão

9.1 Mutação das contas a receber vinculadas à concessão

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante		Total
		Ativo	Obrigações especiais	
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	5.319	4.557.599	(1.911.773)	2.651.145
Capitalizações do intangível em curso	-	414.647	(60.094)	354.553
Transferências do não circulante para o circulante	14.426	(14.426)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(15.282)	-	-	(15.282)
Transferências do imobilizado	-	458	-	458
Transferências do imobilizado - Resolução 367/2009	-	8.177	-	8.177
Variação monetária	-	140.384	(68.316)	72.068
Remuneração	-	22.756	-	22.756
Receita de construção	-	58.663	-	58.663
Baixas	-	(22.150)	4.207	(17.943)
Baixas - Resolução 367/2009	-	(24.034)	-	(24.034)
Em 30.09.2013	4.463	5.142.074	(2.035.976)	3.110.561

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante		Total
		Ativo	Obrigações especiais	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	80.626	4.828.568	(1.592.125)	3.317.069
Capitalizações do intangível em serviço	-	136.658	(60.802)	75.856
Capitalizações do intangível em curso	-	240.425	(26.421)	214.004
Transferências do não circulante para o circulante	198.918	(198.918)	-	-
Transferências para encargos do uso da rede - clientes	(165.051)	-	-	(165.051)
Transferências para o imobilizado em serviço	-	(92)	-	(92)
Ajuste de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(13.116)	-	(13.116)
Variação monetária	-	255.286	(97.940)	157.346
Remuneração	-	307.554	-	307.554
Receita de construção	-	29.692	-	29.692
Atualização do valor justo	-	(147.971)	(98.020)	(245.991)
Baixas	-	(7.684)	-	(7.684)
Em 30.09.2012 - Reapresentado	114.493	5.430.402	(1.875.308)	3.669.587

9.2 Reajuste tarifário na Copel Distribuição

Em 20.06.2013, a Aneel, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, deliberou sobre o Reajuste Tarifário Anual da Copel Distribuição. O reajuste tarifário médio autorizado foi de 14,61%, sendo 11,40% referente ao reajuste tarifário anual econômico, 1,68% relativos aos componentes financeiros do ano tarifário atual e 1,53% à retirada dos componentes financeiros do ano tarifário anterior. Entretanto, a Companhia solicitou junto à Aneel o efeito suspensivo do reajuste autorizado, com a perspectiva de diferimento na aplicação do índice de reajuste tarifário autorizado.

Atendendo à solicitação da Companhia, a Aneel, em 09.07.2013, aprovou o diferimento do reajuste médio de 14,61%, autorizando a aplicação de reajuste médio de 9,55%, retroativo a 24.06.2013, e, em caráter excepcional, o diferimento de R\$ 255.900, equivalente a diferença entre o reajuste aplicado e o autorizado, a ser considerado como um componente financeiro que será atualizado pela variação do IGP-M e incluído no cálculo do reajuste tarifário subsequente.

9.3 Compromissos relativos às concessões de transmissão

Linhas de Transmissão e Subestações	Valor
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté	297.387
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquillo III	43.775
Contrato nº 022/12 - LT 230 kV - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 e Londrina Figueira	39.517
Contrato nº 002/13 - LT 230 kV Assis - Paraguassu Paulista	50.624

10 Contas a Receber Vinculadas à Prorrogação da Concessão

10.1 Mutação das contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão

Consolidado	Ativo circulante	Ativo não circulante	Total
Em 1º.01.2013	356.085	717.805	1.073.890
Transferências do não circulante para o circulante	264.120	(264.120)	-
Amortizações	(335.273)	-	(335.273)
Variação monetária	34.648	-	34.648
Encargos	32.581	-	32.581
Em 30.09.2013	352.161	453.685	805.846

11 Outros Créditos

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativo circulante		
Serviços em curso (11.1)	97.754	80.043
Adiantamento a fornecedores	94.566	29.163
Adiantamento a empregados	31.978	29.788
Parcerias em consórcios	25.540	25.540
Adiantamento para indenizações imobiliárias	23.899	8.740
Desativações em curso	18.265	10.514
Repasse CDE	9.738	-
Locação da planta da Usina Termelétrica de Araucária	5.261	11.894
Outros créditos	39.673	39.269
	346.674	234.951
Ativo não circulante		
Adiantamento a fornecedores	12.817	12.279
Serviços em curso (11.1)	9.671	8.470
Outros créditos	3.894	1.979
	26.382	22.728

11.1 Serviços em curso

Referem-se, em sua maioria, aos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim, conforme legislação regulatória.

12 Estoques

Consolidado		
Operação / Manutenção	30.09.2013	31.12.2012
Copel Distribuição	93.325	84.995
Copel Geração e Transmissão	30.563	28.299
Copel Telecomunicações	9.522	10.645
Compagás	883	870
	134.293	124.809

13 Tributos

13.1 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativo circulante				
IR e CSLL a compensar	160.576	156.718	444.314	468.791
IR e CSLL a compensar com o passivo	-	(1.215)	(232.302)	(272.227)
IR e CSLL a compensar com o IRRF sobre JSCP	-	(5.020)	-	(5.020)
	160.576	150.483	212.012	191.544
Ativo não circulante				
IR e CSLL a recuperar	-	-	8.495	19.995
	-	-	8.495	19.995
Passivo circulante				
IR e CSLL a recolher	-	4.466	557.384	442.416
IR e CSLL a compensar com o ativo	-	(1.215)	(232.302)	(272.227)
	-	3.251	325.082	170.189

13.2 Imposto de renda e contribuição social diferidos

13.2.1 Mutação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Controladora			Reconhecidos em outros resultados abrangentes	
	Saldo em 1�.01.2013	Reconhecidos no resultado		Saldo em 30.09.2013
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	-	22.050	-	22.050
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	102.780	(8.455)	-	94.325
PCLD	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	18.085	192	-	18.277
Provisão Finan	4.795	-	-	4.795
Juros sobre o capital próprio	21.709	(21.709)	-	-
Outros	431	(57)	-	374
	149.278	(7.979)	-	141.299
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos da aplicação do CPC 38				
instrumentos financeiros	6.787	(1.861)	2.715	7.641
Exclusões temporárias				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
	32.084	(1.861)	2.715	32.938
Líquido	117.194	(6.118)	(2.715)	108.361

Controladora			Reconhecidos em outros resultados abrangentes	
	Saldo em 1�.01.2012	Reconhecidos no resultado		Saldo em 30.09.2012
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cáculo negativa	-	41.739	-	41.739
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	100.421	4.492	-	104.913
PCLD	1.478	-	-	1.478
Amortização do direito de concessão	17.830	192	-	18.022
Provisão Finan	4.795	-	-	4.795
Juros sobre o capital próprio	16.666	(16.666)	-	-
Outros	449	(164)	-	285
	141.639	29.593	-	171.232
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos da aplicação do CPC 38				
instrumentos financeiros	7.962	(982)	51	7.031
Exclusões temporárias				
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
	33.259	(982)	51	32.328
Líquido	108.380	30.575	(51)	138.904

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 30.09.2013
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	22.050	-	24.536
Planos previdenciário e assistencial	178.312	13.016	-	191.328
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do ICPC 01 contratos de concessão	87.299	(6.593)	-	80.706
Efeitos do CPC 33 - R1 benefícios a empregados	59.341	-	52.219	111.560
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	-	-	584	584
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	338.028	29.664	-	367.692
PSDV	53.986	(21.691)	-	32.295
Provisão para P&D e PEE	46.790	14.351	-	61.141
PCLD	41.452	6.232	-	47.684
Amortização do direito de concessão	36.429	192	-	36.621
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	14.847	(213)	-	14.634
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922
Provisão Finam	4.795	-	-	4.795
Provisão para compra de energia	97.033	1.300	-	98.333
Provisão para participação nos lucros e/ou resultados	9.671	(366)	-	9.305
Juros sobre capital próprio	21.709	(21.709)	-	-
Outros	6.844	(1.267)	-	5.577
	1.006.299	34.966	52.803	1.094.068
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do CPC 27 custo atribuído	689.160	(39.892)	-	649.268
Efeitos do CPC 38 instrumentos financeiros	15.042	(3.466)	315	11.891
Efeitos do CPC 33 - R1 benefícios a empregados	587	-	(587)	-
Outras exclusões temporárias				
Capitalização encargos financeiros	5.357	-	-	5.357
Diferimento de ganho de capital	175.450	(50.937)	-	124.513
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	3.581	(1.343)	-	2.238
Outros	1.076	-	-	1.076
	915.550	(95.638)	(272)	819.640
Líquido	90.749	130.604	53.075	274.428
Ativo apresentado no Balanço Patrimonial	681.285			733.065
(-) Passivo apresentado no Balanço Patrimonial	590.536			458.637
Líquido	90.749			274.428

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Reconhecidos no resultado	Reconhecidos em outros resultados abrangentes	Saldo em 30.09.2012 Reapresentado
Ativo não circulante				
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	2.486	41.739	-	44.225
Planos previdenciário e assistencial	154.108	12.603	-	166.711
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	16.142	12.414	-	28.556
Outras adições temporárias				
Provisões para litígios	287.220	30.010	-	317.230
PSDV	12.355	(2.090)	-	10.265
Provisão para P&D e PEE	28.791	13.289	-	42.080
Provisão para créditos liquidação duvidosa	42.216	(6.367)	-	35.849
Amortização do direito de concessão	36.173	192	-	36.365
Provisão para perdas de investimentos	355	-	-	355
Provisão para perdas tributárias	15.913	(1.320)	-	14.593
Provisão para efeitos de encargos da rede	6.922	-	-	6.922
Provisão Finan	4.795	-	-	4.795
Provisão para compra de energia	99.568	(8.918)	-	90.650
Provisão para participação nos				
lucros e/ou resultados	15.980	(2.747)	-	13.233
Juros sobre capital próprio	16.666	(16.666)	-	-
Outros	5.490	(1.475)	-	4.015
	745.180	70.664	-	815.844
(-) Passivo não circulante				
Regime tributário de transição - RTT				
Efeitos do CPC 27 - custo atribuído	741.195	(12.650)	-	728.545
Efeitos do ICPC 01 - contratos de concessão	138.712	(4.231)	(4.459)	130.022
Efeitos do CPC 38 - instrumentos financeiros	11.977	(982)	702	11.697
Efeitos do CPC 33 - benefícios a empregados	4.620	-	-	4.620
Outras exclusões temporárias				
Capitalização encargos financeiros	5.357	-	-	5.357
Provisão para deságio	25.297	-	-	25.297
Fornecimento de gás	5.372	(1.343)	-	4.029
	932.530	(19.206)	(3.757)	909.567
Líquido	(187.350)	89.870	3.757	(93.723)

13.2.2 Realização dos créditos fiscais diferidos

Conforme estimativa de lucros tributáveis futuros, a realização dos impostos diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora	Consolidado
2013	25.877	291.928
2014	3.224	(28.832)
2015	1.376	(18.766)
2016	120	30.564
2017	120	4.821
2018 a 2020	360	(24.710)
2021 a 2023	77.284	19.423
	108.361	274.428

13.3 Outros tributos a recuperar e a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Ativo circulante				
ICMS a recuperar	-	-	43.956	38.311
PIS/Pasep e Cofins a compensar	-	-	53.013	54.190
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o passivo	-	-	(25.942)	(43.378)
Outros tributos a compensar	-	11	1.818	367
	-	11	72.845	49.490
Ativo não circulante				
ICMS a recuperar	-	-	70.221	71.785
PIS/Pasep e Cofins	-	-	48.857	48.393
Outros tributos a compensar	-	-	91	11
	-	-	119.169	120.189
Passivo circulante				
ICMS a recolher	-	-	180.747	209.570
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	22.054	42.472	82.066
PIS/Pasep e Cofins a compensar com o ativo	-	-	(25.942)	(43.378)
IRRF sobre JSCP	-	5.020	-	39.303
IRRF sobre JSCP a compensar com o IR e CSLL ativo	-	(5.020)	-	(5.020)
Outros tributos	420	18	36.995	5.939
	420	22.072	234.272	288.480

13.4 Conciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Lucro antes do IRPJ e CSLL	904.616	775.788	1.359.674	1.167.960
IRPJ e CSLL (34%)	(307.569)	(263.768)	(462.289)	(397.106)
Efeitos fiscais sobre:				
Equivalência patrimonial	301.171	265.368	19.391	14.523
Juros sobre o capital próprio	161	28.857	161	32.327
Dividendos	134	134	134	134
Despesas indedutíveis	(15)	(16)	(2.353)	(1.912)
Incentivos fiscais	-	-	8.233	5.120
Outros	-	-	271	2.963
IRPJ e CSLL correntes	-	-	(567.056)	(433.821)
IRPJ e CSLL diferidos	(6.118)	30.575	130.604	89.870
Alíquota efetiva - %	0,7%	-3,9%	32,1%	29,4%

14 Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Fiscais	271.711	271.834	351.862	347.484
Trabalhistas	-	-	111.343	90.479
Cíveis				
Fornecedores	-	-	95.558	95.558
Cíveis	288	-	26.168	26.796
Serviços de passagem	-	-	7.831	7.157
Consumidores	-	-	2.393	2.419
	288	-	131.950	131.930
Outros	-	24	4.506	4.478
	271.999	271.858	599.661	574.371

15 Créditos com Partes Relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Coligadas e Controladas em Conjunto				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Dona Francisca Energética	8.154	78	8.154	78
Dominó Holdings	-	17.986	-	17.986
Matrinchã	-	-	20	-
	8.154	18.064	8.174	18.064
Controladas				
Dividendos e/ou juros sobre o capital próprio				
Copel Geração e Transmissão	392.525	635.489	-	-
Copel Distribuição	59.000	371.863	-	-
Copel Telecomunicações	7.982	7.982	-	-
Compagás	-	2.514	-	-
Elejor	-	2.752	-	-
	459.507	1.020.600	-	-
Financiamentos repassados - STN				
Copel Distribuição (15.1)	63.934	59.340	-	-
	63.934	59.340	-	-
Contratos de mútuo				
Copel Distribuição (15.2)	912.930	859.894	-	-
Elejor (15.3)	-	232.654	-	-
	912.930	1.092.548	-	-
	1.444.525	2.190.552	8.174	18.064
Ativo circulante - Dividendos a receber	467.661	1.038.664	8.174	18.064
Ativo circulante - Partes relacionadas	912.930	-	-	-
Ativo não circulante	63.934	1.151.888	-	-

15.1 Financiamentos repassados - STN

A Companhia repassou os empréstimos e financiamentos para suas subsidiárias integrais, quando de sua constituição em 2001. Entretanto, como os contratos de transferências para as respectivas subsidiárias não foram passíveis de formalização com as instituições financeiras, tais compromissos encontram-se igualmente registrados na Controladora.

Os financiamentos mencionados são repassados com a mesma incidência de encargos assumidos pela Companhia e são apresentados separadamente, como crédito com as subsidiárias integrais, e como obrigações por empréstimos e financiamentos nas subsidiárias (NE nº 21.1).

15.2 Contrato de mútuo - Copel Distribuição

Em 09.02.2012, a Aneel aprovou novo contrato de mútuo firmado entre a Copel (mutuante) e Copel Distribuição (mutuária), no valor de R\$ 800.000, com prazo definido de dois anos e juros de 109,41% da taxa DI. A destinação dos recursos foi a quitação das obrigações do contrato de mútuo firmado em 27.02.2007 e quitado em 23.02.2012.

15.3 Contrato de mútuo - Elejor

Em 07.04.2004, foi assinado contrato de mútuo entre a Copel (mutuante) e a Elejor (mutuária) com o objetivo de garantir a continuidade do projeto de construção das Usinas Hidrelétricas do Complexo Energético Fundão - Santa Clara, aprovado pelo Órgão Regulador, por meio do Despacho Aneel nº 2.876/06, e que passou a ser remunerado pela TJLP acrescido de 4,5% a.a.

Atendendo o deliberado na 36ª Assembleia Geral Extraordinária da Elejor, de 09.12.2010, após a total liquidação/devolução do Adiantamento para futuro aumento de capital - Afac, a Elejor iniciou a amortização do mútuo em outubro de 2011.

Em setembro de 2013, a Elejor captou recursos através da 2ª emissão de debêntures e liquidou a dívida com a Controladora.

16 Investimentos

16.1 Mutação dos investimentos

Controladora	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Direito de concessão	Amortização do direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 30.09.2013
Controladas (16.2)								
Copel Geração e Transmissão	6.167.382	733.690	(29.986)	-	-	-	-	6.871.086
Copel Distribuição	3.535.388	42.638	(74.850)	-	-	-	-	3.503.176
Copel Telecomunicações	328.145	35.492	(3.466)	-	-	-	-	360.171
UEG Araucária	133.119	8.287	-	-	-	-	-	141.406
Compagás	113.375	8.201	-	-	-	-	-	121.576
Elejor	52.403	19.968	-	-	-	-	(2.635)	69.736
Elejor - direito de concessão	17.534	-	-	-	-	(565)	-	16.969
Nova Asa Branca I	-	(25)	-	6.796	-	-	-	6.771
Nova Asa Branca I - direito de autorização	-	-	-	-	51.659	-	-	51.659
Nova Asa Branca II	-	(29)	-	6.820	-	-	-	6.791
Nova Asa Branca II - direito de autorização	-	-	-	-	51.745	-	-	51.745
Nova Asa Branca III	-	(27)	-	6.798	-	-	-	6.771
Nova Asa Branca III - direito de autorização	-	-	-	-	49.948	-	-	49.948
Nova Eurus IV	-	(25)	-	6.783	-	-	-	6.758
Nova Eurus IV - direito de autorização	-	-	-	-	53.154	-	-	53.154
Santa Maria	-	(35)	-	18.815	-	-	-	18.780
Santa Maria - direito de autorização	-	-	-	-	26.813	-	-	26.813
Santa Helena	-	(14)	-	18.780	-	-	-	18.766
Santa Helena - direito de autorização	-	-	-	-	28.955	-	-	28.955
Ventos de Santo Uriel	-	(8)	-	7.361	-	-	-	7.353
Ventos de S. Uriel - direito de autorização	-	-	-	-	13.445	-	-	13.445
	10.347.346	848.113	(108.302)	72.153	275.719	(565)	(2.635)	11.431.829
Controladas em conjunto (16.3)								
Dominó Holdings	358.114	41.411	-	-	-	-	(9.501)	390.024
Cutia	5.247	(344)	-	662	-	-	-	5.565
Cutia - direito de autorização	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	369.170	41.067	-	662	-	-	(9.501)	401.398
Coligadas (16.4)								
Sercomtel	10.567	(7.029)	-	-	-	-	-	3.538
Dona Francisca Energética	59.753	6.096	-	-	-	-	(9.212)	56.637
Foz do Chopim Energética	15.872	7.375	-	-	-	-	(7.513)	15.734
Carbocampel	1.413	(4)	-	-	-	-	-	1.409
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	180	-	-	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-	-	-
	88.085	6.120	-	318	-	-	(16.725)	77.798
Outros investimentos (16.5)								
Finam (16.5.1)	1.323	-	189	-	-	-	-	1.512
Finor (16.5.1)	312	-	(100)	-	-	-	-	212
Investco S.A. (16.5.1)	9.282	-	(184)	-	-	-	-	9.098
Nova Holanda Agropecuária S.A. (16.5.1)	-	-	8.069	-	-	-	-	8.069
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	46.631	-	-	31.255	-	-	-	77.886
Outros investimentos (16.5.1)	7.210	-	10	-	-	-	-	7.220
	64.758	-	7.984	31.255	-	-	-	103.997
	10.869.359	895.300	(100.318)	104.388	275.719	(565)	(28.861)	12.015.022

Controladora	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Amortização do direito de concessão	Dividendos e JSCP propostos	Resgate das quotas	Saldo em 30.09.2012 Reapresentado
Controladas (16.2)								
Copel Geração e Transmissão	5.742.236	552.970	1.273	-	-	8.389	-	6.304.868
Copel Distribuição	3.671.986	136.900	(8.663)	-	-	(13.468)	-	3.786.755
Copel Telecomunicações	288.107	21.869	-	22.643	-	(1.994)	-	330.625
UEG Araucária	127.445	3.500	-	-	-	-	-	130.945
Compagás	105.305	7.665	-	-	-	-	-	112.970
Elejor	33.170	15.820	-	-	-	(2.785)	-	46.205
Elejor - direito de concessão	18.289	-	-	-	(565)	-	-	17.724
Centrais Eólicas do Paraná	1.225	(9)	-	-	-	(306)	(910)	-
	9.987.763	738.715	(7.390)	22.643	(565)	(10.164)	(910)	10.730.092
Controladas em conjunto (16.3)								
Dominó Holdings	345.953	45.736	-	-	-	(8.595)	-	383.094
Cutia	4.310	(333)	-	1.384	-	-	-	5.361
Cutia - direito de concessão	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	356.072	45.403	-	1.384	-	(8.595)	-	394.264
Coligadas (16.4)								
Sercomtel Telecomunicações	70.341	(7.491)	-	-	-	-	-	62.850
Dona Francisca	53.061	5.584	-	-	-	-	-	58.645
Foz do Chopim	17.402	6.922	-	-	-	(8.156)	-	16.168
Carbocampel	1.307	(35)	-	143	-	-	-	1.415
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	11	-	-	-	-	-	176
Escoelectric	-	(22)	-	22	-	-	-	-
	142.576	4.969	-	165	-	(8.156)	-	139.554
Outros investimentos (16.5)								
Finam (16.5.1)	2.267	-	(756)	-	-	-	-	1.511
Finor (16.5.1)	613	-	(223)	-	-	-	-	390
Investco S.A.	8.345	-	766	-	-	-	-	9.111
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	38.945	-	-	6.728	-	-	-	45.673
Outros investimentos	6.496	-	361	-	-	-	-	6.857
	56.666	-	148	6.728	-	-	-	63.542
	10.543.077	789.087	(7.242)	30.920	(565)	(26.915)	(910)	11.327.452

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Saldo em 30.09.2013
Controladas em conjunto (16.3)						
Dominó Holdings	358.114	41.411	-	-	(9.501)	390.024
Cutia	5.247	(344)	-	662	-	5.565
Costa Oeste	1.049	2.056	-	7.840	-	10.945
Marumbi	2.212	1.367	-	7.395	-	10.974
Transmissora Sul Brasileira	9.577	1.009	-	53.064	-	63.650
Caiuá	7.747	394	-	29.418	-	37.559
Integração Maranhense	9.630	1.068	-	67.914	-	78.612
Matrinchã	10.130	3.198	-	85.256	(20)	98.564
Guaraciaba	6.963	666	-	31.139	-	38.768
Paranaíba	-	87	-	14.210	-	14.297
	410.669	50.912	-	296.898	(9.521)	748.958
Coligadas (16.4)						
Sercomtel Telecomunicações	10.567	(7.029)	-	-	-	3.538
Dona Francisca	59.753	6.096	-	-	(9.212)	56.637
Foz do Chopim	15.872	7.375	-	-	(7.513)	15.734
Carbocampel	1.413	(4)	-	-	-	1.409
Dois Saltos	300	-	-	-	-	300
Copel Amec	180	-	-	-	-	180
Escoelectric	-	(318)	-	318	-	-
	88.085	6.120	-	318	(16.725)	77.798
Outros investimentos (16.5)						
Finam (16.5.1)	1.323	-	189	-	-	1.512
Finor (16.5.1)	312	-	(100)	-	-	212
Investco S.A. (16.5.1)	9.282	-	(184)	-	-	9.098
Nova Holanda Agropecuária S.A. (16.5.1)	-	-	8.069	-	-	8.069
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	46.631	-	-	31.255	-	77.886
Outros investimentos (16.5.1)	8.397	-	10	5	-	8.412
	70.235	-	7.984	31.260	-	109.479
	568.989	57.032	7.984	328.476	(26.246)	936.235

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Aporte e/ou Afac	Dividendos e JSCP propostos	Outros	Saldo em 30.09.2012 Reapresentado
Controladas em conjunto (16.3)							
Dominó Holdings	345.953	45.736	-	-	(8.595)	-	383.094
Cutia	4.310	(333)	-	1.384	-	-	5.361
Costa Oeste	204	(195)	-	816	-	(31)	794
Marumbi	8	(173)	-	832	-	-	667
Transmissora Sul Brasileira	2	91	-	3.400	-	-	3.493
Caiuá	-	(55)	-	4.037	-	-	3.982
Integração Maranhense	-	32	-	6.357	-	-	6.389
Matrinchã	-	51	-	2.695	-	-	2.746
Guaraciaba	-	6	-	2.205	-	-	2.211
	350.477	45.160	-	21.726	(8.595)	(31)	408.737
Coligadas (16.4)							
Sercomtel Telecomunicações	70.341	(7.491)	-	-	-	-	62.850
Dona Francisca	53.061	5.584	-	-	-	-	58.645
Foz do Chopim	17.402	6.922	-	-	(8.156)	-	16.168
Carbocampel	1.307	(35)	-	143	-	-	1.415
Dois Saltos	300	-	-	-	-	-	300
Copel Amec	165	11	-	-	-	-	176
Escoelectric	-	(22)	-	22	-	-	-
	142.576	4.969	-	165	(8.156)	-	139.554
Outros investimentos (16.5)							
Finam (16.5.1)	2.267	-	(756)	-	-	-	1.511
Finor (16.5.1)	613	-	(223)	-	-	-	390
Investco S.A.	8.345	-	766	-	-	-	9.111
Bens destinados a uso futuro	4.290	-	-	-	-	-	4.290
Adiantamento para futuro investimento (16.5.2)	38.945	-	-	6.728	-	-	45.673
Outros investimentos	7.683	-	361	7	-	-	8.051
	62.143	-	148	6.735	-	-	69.026
	555.196	50.129	148	28.626	(16.751)	(31)	617.317

16.2 Controladas

Controladas	Sede	Atividade Principal	Participação %		
			Copel	Copel GeT	Não con- troladores
Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GeT)	Curitiba/PR	Geração e transmissão de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Distribuição S.A.	Curitiba/PR	Distribuição e comercialização de energia elétrica	100,00	-	-
Copel Telecomunicações S.A.	Curitiba/PR	Serviços de telecomunicações e de comunicações	100,00	-	-
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	São Miguel do Gostoso/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	Parazinho/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	Maracanau/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	Maracanau/CE	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Ventos de Santo Uriel S.A.	João Câmara/RN	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	100,00	-	-
Companhia Paranaense de Gás - Compagás	Curitiba/PR	Distribuição de gás canalizado	51,00	-	49,00
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica	70,00	-	30,00
UEG Araucária Ltda.	Curitiba/PR	Geração de energia elétrica utilizando gás natural	20,00	60,00	20,00

A Administração efetuou os julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, e concluiu que a Companhia possui todos os atributos necessários para determinar o controle das empresas Compagás, Elejor e UEG Araucária, ou seja, está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com as investidas e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre elas.

16.2.1 Demonstrações financeiras das principais controladas

ATIVO	Copel Geração e Transmissão	Copel Distribuição	Copel Telecomu- nicações	Compagás	Elejor	UEG Araucária
30.09.2013						
ATIVO TOTAL	9.974.179	8.704.570	473.202	308.611	779.810	711.773
ATIVO CIRCULANTE	1.597.205	2.190.625	90.923	91.312	76.847	271.861
Caixa e equivalentes de caixa	593.603	602.862	32.643	35.714	52.681	24.169
Títulos e valores mobiliários	157.567	112.571	-	-	4.418	234.443
Cauções e depósitos vinculados	-	1.009	-	1.045	-	-
Clientes	263.545	1.038.544	35.492	45.312	18.726	-
Dividendos a receber	20	-	-	-	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	82.009	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à concessão	4.463	-	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-
Outros créditos	175.905	158.612	2.725	1.626	816	7.514
Estoques	30.563	93.325	9.522	883	-	-
Imposto de renda e contribuição social	729	39.481	5.933	-	-	5.281
Outros tributos a recuperar	15.481	46.481	4.109	6.309	11	454
Despesas antecipadas	3.168	15.731	499	423	195	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	8.376.974	6.513.945	382.279	217.299	702.963	439.912
Realizável a Longo Prazo	935.294	5.152.059	21.265	14.692	27.821	8.724
Títulos e valores mobiliários	53.535	53.408	-	-	-	-
Cauções e depósitos vinculados	-	44.309	-	-	-	-
Clientes	6.166	38.464	5	1.317	-	-
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.296.240	-	-	-	-
Depósitos judiciais	26.866	298.513	1.667	341	46	229
Contas a receber vinculadas à concessão	338.192	2.767.906	-	-	-	-
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	453.685	-	-	-	-	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.817	-	-
Outros créditos	4.252	9.312	-	1	-	-
Imposto de renda e contribuição social	-	-	-	-	-	8.495
Outros tributos a recuperar	52.598	61.571	5.000	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	582.336	14.593	-	27.775	-
Despesas antecipadas	-	-	-	216	-	-
Investimentos	779.053	4.012	-	-	-	-
Imobilizado	6.617.326	-	344.944	-	471.839	431.006
Intangível	45.301	1.357.874	16.070	202.607	203.303	182

PASSIVO	Copel Geração e Transmissão	Copel Distribuição	Copel Telecomu- nicações	Compagás	Elejor	UEG Araucária
30.09.2013						
PASSIVO TOTAL	9.974.179	8.704.570	473.202	308.611	779.810	711.773
PASSIVO CIRCULANTE	1.258.590	2.475.880	50.240	64.527	133.585	4.747
Obrigações sociais e trabalhistas	90.950	205.061	22.229	5.230	316	139
Partes relacionadas	-	909.903	-	-	-	-
Fornecedores	279.818	652.534	9.447	53.958	1.907	3.909
Imposto de renda e contribuição social	312.832	-	1.716	1.716	8.818	-
Outras obrigações fiscais	26.133	170.952	3.395	1.765	30.903	682
Empréstimos e financiamentos	64.662	172.432	3.811	-	-	-
Debêntures	-	37.512	-	-	40.488	-
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	392.525	59.000	7.982	1.208	-	-
Benefícios pós-emprego	6.754	18.316	926	-	-	-
Encargos do consumidor a recolher	36.153	11.074	-	-	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	14.654	127.826	-	-	2.575	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	1.653	-	-	-	47.593	-
Outras contas a pagar	32.456	111.270	734	650	985	17
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.844.503	2.725.514	62.791	5.698	546.601	-
Partes relacionadas	-	-	-	-	-	-
Fornecedores	59.086	-	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	456.454	-	-	2.183	-	-
Empréstimos e financiamentos	449.908	624.489	34.383	-	-	-
Debêntures	-	998.301	-	-	162.104	-
Benefícios pós-emprego	261.200	577.944	25.774	2.807	-	-
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	54.190	94.988	-	-	-	-
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	31.277	-	-	-	384.197	-
Provisões para litígios	532.388	429.792	2.634	708	300	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.871.086	3.503.176	360.171	238.386	99.624	707.026
Capital social	3.505.994	2.624.841	240.398	135.943	35.503	707.440
Ajustes de avaliação patrimonial	1.183.516	(139.752)	(2.327)	-	2.088	-
Reserva legal	247.134	135.294	6.706	17.295	2.444	-
Reserva de retenção de lucros	1.123.315	840.155	79.902	64.722	34.827	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	4.345	-	-
Lucros (Prejuízos) acumulados	811.127	42.638	35.492	16.081	24.762	(414)

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Copel Geração e Transmissão	Copel Distribuição	Copel Telecomu- nicações	Compagás	Elejor	UEG Araucária
30.09.2013						
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.021.102	4.323.296	139.659	324.224	161.184	94.894
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.049.996)	(4.437.387)	(88.805)	(301.891)	(54.078)	(56.899)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	34.705	-	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO						
FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.005.811	(114.091)	50.854	22.333	107.106	37.995
Resultado financeiro	82.742	181.166	2.619	2.982	(63.921)	12.600
LUCRO OPERACIONAL	1.088.553	67.075	53.473	25.315	43.185	50.595
Imposto de renda e contribuição social	(470.559)	(45.335)	(17.891)	(9.990)	(14.121)	(9.160)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	115.696	20.898	(90)	756	(538)	-
LUCRO DO PERÍODO	733.690	42.638	35.492	16.081	28.526	41.435
Outros resultados abrangentes	(29.986)	(74.850)	(3.466)	-	-	-
Resultado abrangente total	703.704	(32.212)	32.026	16.081	28.526	41.435

16.2.2 Demonstração consolidada do resultado segregada por empresa

Visando possibilitar a análise do resultado por natureza de gasto, os custos e despesas operacionais são apresentados de forma agregada.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	Copel Geração e Transmissão	Copel Distribuição	Copel Telecomu- nicações	Compagás	Bejor	UEG Araucária	Outras (Eólicas)	Holding	Eliminações	Consolidado
30.09.2013										
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.021.102	4.323.296	139.659	324.224	161.184	94.894	-	-	(328.187)	6.736.172
Fornecimento de energia elétrica	342.107	2.097.329	-	-	-	-	-	-	(1.659)	2.437.777
Suprimento de energia elétrica	1.474.454	74.180	-	-	161.184	-	-	-	(232.125)	1.477.693
Disponibilidade da rede elétrica	112.714	1.430.257	-	-	-	-	-	-	(52.522)	1.490.449
Receita de construção	58.663	620.399	-	32.286	-	-	-	-	-	711.348
Telecomunicações	-	-	134.565	-	-	-	-	-	(32.010)	102.555
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	278.989	-	-	-	-	-	278.989
Arrendamentos e aluguéis	496	58.062	4.988	-	-	80.663	-	-	(4.840)	139.369
Outras receitas operacionais	32.668	43.069	106	12.949	-	14.231	-	-	(5.031)	97.992
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.049.996)	(4.437.387)	(88.805)	(301.891)	(54.078)	(56.899)	(163)	(5.669)	328.137	(5.666.751)
Energia elétrica comprada para revenda	(91.689)	(2.479.599)	-	-	(10.563)	-	-	-	232.125	(2.349.726)
Encargos de uso da rede elétrica	(152.474)	(164.182)	-	-	(7.154)	(10.255)	-	-	52.201	(281.864)
Pessoal e administradores	(176.923)	(470.762)	(37.451)	(15.756)	(1.921)	(1.003)	-	(7.614)	-	(711.430)
Planos previdenciário e assistencial	(36.025)	(89.481)	(5.875)	(1.190)	-	-	-	(570)	-	(133.141)
Material	(10.689)	(37.837)	(1.048)	(1.514)	(193)	(77)	-	(2)	-	(51.360)
Matéria-prima e insumos na produção de energia elétrica	(17.810)	-	-	-	-	(2.518)	-	-	-	(20.328)
Gás natural e insumos na operação de gás	-	-	-	(223.002)	-	-	-	-	-	(223.002)
Serviços de terceiros	(71.230)	(225.458)	(13.426)	(12.023)	(7.268)	(18.519)	(68)	(3.284)	44.282	(306.994)
Depreciação e amortização	(210.526)	(151.459)	(21.256)	(11.797)	(19.878)	(25.130)	-	(566)	-	(440.612)
Provisões e reversões	(71.524)	(102.465)	(2.059)	140	-	-	-	27.184	-	(148.724)
Custo de Construção	(64.595)	(620.399)	-	(32.286)	-	-	-	-	-	(717.280)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	(88.780)	-	-	-	(6.005)	-	-	-	-	(94.785)
Outros custos e despesas operacionais	(57.731)	(95.745)	(7.690)	(4.463)	(1.096)	603	(95)	(20.817)	(471)	(187.505)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	34.705	-	-	-	-	-	-	895.300	(872.973)	57.032
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO										
FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.005.811	(114.091)	50.854	22.333	107.106	37.995	(163)	889.631	(873.023)	1.126.453
Resultado financeiro	82.742	181.166	2.619	2.982	(63.921)	12.600	-	14.985	48	233.221
LUCRO OPERACIONAL	1.088.553	67.075	53.473	25.315	43.185	50.595	(163)	904.616	(872.975)	1.359.674
Imposto de renda e contribuição social	(470.559)	(45.335)	(17.891)	(9.990)	(14.121)	(9.160)	-	-	-	(567.056)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	115.696	20.898	(90)	756	(538)	-	-	(6.118)	-	130.604
LUCRO DO PERÍODO	733.690	42.638	35.492	16.081	28.526	41.435	(163)	898.498	(872.975)	923.222

16.2.3 Demonstração dos fluxos de caixa das principais controladas

30.09.2013	Copel Geração e Transmissão	Copel Distribuição	Copel Telecomu- nicações	Compagás	Eejeor	UEG Araucária
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS						
Lucro líquido do período	733.690	42.638	35.492	16.081	28.526	41.435
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa das atividades operacionais	616.223	457.984	54.045	22.064	63.393	34.290
Redução (aumento) dos ativos	248.914	148.019	(16.995)	(1.047)	(1.204)	11.964
Aumento (redução) dos passivos	(673.302)	(480.352)	(31.991)	(3.498)	(36.882)	(11.174)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	925.525	168.289	40.551	33.600	53.833	76.515
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO						
Aplicações financeiras	169.786	56.435	-	41	(2.653)	(51.429)
Adições em investimentos	(296.238)	-	-	-	-	-
Adições no imobilizado	(184.657)	-	(45.917)	-	(4.907)	(19.123)
Adições no intangível	(1.145)	(692.869)	(1.345)	(30.199)	(332)	(13)
Participação financeira do consumidor	-	115.104	-	-	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(312.254)	(521.330)	(47.262)	(30.158)	(7.892)	(70.565)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
Ingresso de empréstimos e financiamentos obtidos com terceiros	53.786	151.000	12.665	-	-	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	203.000	-
Amortização de principal de mútuo com a controladora	(27.699)	(8.595)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	-	-	-	(213.847)	-
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(242.964)	(312.863)	-	(3.721)	(7.695)	-
	(216.877)	(170.458)	12.665	(3.721)	(18.542)	-
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	396.394	(523.499)	5.954	(279)	27.399	5.950
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	197.209	1.126.361	26.689	35.993	25.282	18.219
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	593.603	602.862	32.643	35.714	52.681	24.169
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	396.394	(523.499)	5.954	(279)	27.399	5.950

16.3 Controladas em conjunto

Controladas em conjunto	Sede	Atividade Principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação %		Valor contábil da participação
				Copel	Copel GET	
Dominó Holdings S.A.	Curitiba/PR	Participação em sociedade de saneamento básico	866.719	45,00	-	390.024
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	21.461	-	51,00	10.945
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	13.718	-	80,00	10.974
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	318.248	-	20,00	63.650
Cutia Empreendimentos Eólicos SPE S.A.	São Paulo/SP	Geração de energia elétrica a partir de fontes eólicas	11.153	49,90	-	5.565
Caiuá Transmissora de Energia S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	76.650	-	49,00	37.559
Integração Maranhense Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	160.432	-	49,00	78.612
Matrinchã Transmissora de Energia (TP NORTE) S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	201.150	-	49,00	98.564
Guaraciaba Transmissora de Energia (TP SUL) S.A.	Curitiba/PR	Transmissão de energia elétrica	79.118	-	49,00	38.768
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Rio de Janeiro/RJ	Transmissão de energia elétrica	58.354	-	24,50	14.297

A Administração efetuou julgamentos exigidos pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, e concluiu que a Companhia controla estas empresas, em conjunto com os demais investidores.

Os controles em conjunto são decorrentes de acordos entre os acionistas, independentemente do percentual de participação.

16.3.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das controladas em conjunto

30.09.2013	Dominó ⁽¹⁾	Costa Oeste ⁽²⁾	Marumbi ⁽²⁾	Sul Brasileira ⁽²⁾	Cutia ⁽²⁾	Caiuá ⁽²⁾	Integração Maranhense ⁽²⁾	Matrinchã ⁽²⁾	Guaraciaba ⁽²⁾	Paranaíba ⁽²⁾
ATIVO	906.943	29.655	18.279	528.476	11.258	102.000	215.274	545.137	132.551	58.779
Ativo circulante	35.246	2.561	3.267	152.877	81	950	4.443	205.259	16.530	51.969
Caixa e equivalentes de caixa	15.177	2.519	3.217	143.485	63	741	4.109	201.474	14.187	51.904
Outros ativos circulantes	20.069	42	50	9.392	18	209	334	3.785	2.343	65
Ativo não circulante	871.697	27.094	15.012	375.599	11.177	101.050	210.831	339.878	116.021	6.810
PASSIVO	906.943	29.655	18.279	528.476	11.258	102.000	215.274	545.137	132.551	58.779
Passivo circulante	40.224	7.344	4.054	207.381	33	16.267	34.836	5.795	2.192	425
Passivos financeiros	-	-	-	150.000	-	-	-	-	-	-
Outros passivos circulantes	40.224	7.344	4.054	57.381	33	16.267	34.836	5.795	2.192	425
Passivo não circulante	-	16.223	9.750	110.848	496	55.323	147.378	512.182	114.790	-
Passivos financeiros	-	-	-	-	72	-	-	-	-	-
Adto. para futuro aumento de capital	-	15.373	9.243	108.001	424	46.240	127.372	173.990	63.549	-
Outros passivos não circulantes	-	850	507	2.847	-	9.083	20.006	338.192	51.241	-
Patrimônio líquido	866.719	6.088	4.475	210.247	10.729	30.410	33.060	27.160	15.569	58.354
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO										
Receita operacional líquida	-	21.535	14.022	320.811	-	75.523	174.523	322.786	109.715	6.635
Depreciação e amortização	-	(3)	(1)	(5)	(3)	-	-	-	-	-
Outros custos e despesas operacionais	538	(16.976)	(12.155)	(314.145)	(690)	(74.046)	(170.961)	(326.381)	(111.669)	(7.020)
Receita de juros	4.150	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros resultados financeiros	(22.380)	176	367	1.267	5	61	156	10.123	3.312	738
Resultado equivalência patrimonial	110.827	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para IR e CSLL	(1.113)	(700)	(526)	(2.681)	-	(735)	(1.537)	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	92.022	4.032	1.707	5.247	(688)	803	2.181	6.528	1.358	353
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	92.022	4.032	1.707	5.247	(688)	803	2.181	6.528	1.358	353

⁽¹⁾ Práticas ajustadas às da Copel

⁽²⁾ Fase pré-operacional

16.4 Coligadas

Coligadas	Sede	Atividade Principal	Patrimônio Líquido + Afac	Participação Copel %	Valor contábil da participação
Sercomtel S.A. Telecomunicações	Londrina/PR	Telecomunicações	7.862	45,00	3.538
Dona Francisca Energética S.A.	Agudo/RS	Energia elétrica	245.925	23,03	56.637
Foz do Chopim Energética Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	43.988	35,77	15.735
Carbocampel S.A.	Figueira/PR	Exploração de carvão	2.875	49,00	1.409
Dois Saltos Empreendimentos de Geração de Energia Elétrica Ltda.	Curitiba/PR	Energia elétrica	1.000	30,00	300
Copel Amec S/C Ltda. - em liquidação	Curitiba/PR	Serviços	375	48,00	180
Escoelectric Ltda.	Curitiba/PR	Serviços	(1.974)	40,00	-

16.4.1 Principais grupos de ativo, passivo e resultado das coligadas

30.09.2013	Sercomtel (1)	Foz do Chopim	Dona Francisca (1)	Dois Saltos (2)	Copel Amec	Carbocampel	Escoeletric
ATIVO	177.337	46.127	282.713	1.969	375	3.565	1.907
Ativo circulante	21.824	5.683	103.100	235	375	116	1.412
Ativo não circulante	155.513	40.444	179.613	1.734	-	3.449	495
PASSIVO	177.337	46.127	282.713	1.969	375	3.565	1.907
Passivo circulante	47.846	2.140	28.756	160	-	690	842
Passivo não circulante	121.629	-	8.032	809	-	-	3.039
Patrimônio líquido	7.862	43.987	245.925	1.000	375	2.875	(1.974)
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO							
Receita operacional líquida	100.402	28.784	77.606	-	-	-	-
Custos e despesas operacionais	(117.823)	(7.309)	(41.119)	-	(3)	(9)	(775)
Resultado financeiro	1.220	136	3.420	-	3	-	3
Provisão para IR e CSLL	477	(993)	(13.438)	-	-	-	-
Lucros (prejuízos) acumulados	(15.724)	20.618	26.469	-	-	(9)	(772)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente total	(15.724)	20.618	26.469	-	-	(9)	(772)

(1) Práticas ajustadas às da Copel

(2) Fase pré-operacional

16.5 Outros investimentos

16.5.1 Outros investimentos classificados como disponíveis para venda

	Quantidade de quotas	Preço médio do pregão BMF&Bovespa - setembro/2013 R\$ por mil ações	30.09.2013 Valor de mercado R\$ mil
Fundo de Investimento da Amazônia - Finam	18.891.053	0,08	1.512
Fundo de Investimentos do Nordeste - Finor	1.114.618	0,19	212
			1.724

Os investimentos na Investco S.A. e Nova Holanda Agropecuária S.A são mensurados aplicando o percentual de participação sobre o patrimônio líquido.

Empresa	Quantidade de ações	Tipo	Cotação em 30.09.2013 BMF&Bovespa R\$ por ação	30.09.2013 Valor de mercado R\$ mil
Tractebel Energia S.A.	180.888	ON	36,63	6.626
Eletrosul - Centrais Elétricas S.A.	14.195	ON	-	-
Telefônica Brasil S.A.	7.859	ON	42,91	337
Telefônica Brasil S.A.	675	PN	49,17	33
TIM Participações S.A.	11.804	ON	10,28	121
Cia. de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba	1.643	PNA	38,71	64
Embratel Participações S.A.	2.476.773	ON	0,0081	20
Embratel Participações S.A.	301.949	PN	0,0086	3
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	7.464	PNA	0,80	6
Centrais Elétricas do Pará S.A. - Celpa	1.057	PNB	0,60	1
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	377	ON	4,99	2
Telebras - Telecomunicações Brasileiras S.A.	30	PN	2,80	-
Empresa Brasileira de Aeronáutica S.A.	14	ON	17,82	-
Outras - sem mercado ativo	-	-	-	7
				7.220

16.5.2 Adiantamento para futuro investimento

Em novembro de 2011, foi assinado o contrato de compra e venda de 49,9% das ações representativas da São Bento Energia, Investimentos e Participações S.A., que detém o controle societário das empresas GE Olho D'Água S.A., GE Boa Vista S.A., GE Farol S.A. e GE São Bento do Norte S.A., as quais são detentoras das outorgas das Centrais Geradoras Eólicas Olho D'Água, Boa Vista, Farol e São Bento do Norte, respectivamente. São consideradas como condição para efetivação do contrato as aprovações pela Aneel, pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica - Cade e pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, banco financiador dos recursos necessários ao investimento, construção e exploração dos empreendimentos de geração de energia eólica detidos pelas controladas.

Caso o contrato de compra e venda não seja efetivado, fica a vendedora obrigada a restituir os recursos aportados no total de R\$ 77.886, corrigidos pela variação do Índice Nacional de Preços de Mercado - IGPM. As aprovações pela Aneel e pelo Cade, já foram obtidas, aguardando-se a finalização do procedimento junto ao BNDES.

16.6 Combinação de Negócios

Em 1º.08.2013, a Companhia adquiriu, do Salus Fundos de Investimento em Participações, 100% dos empreendimentos: Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A., Nova Eurús IV Energias Renováveis S.A., Santa Maria Energias Renováveis S.A., Santa Helena Energias Renováveis S.A. e Ventos de Santo Uriel S.A.

A aquisição desses empreendimentos de geração eólica atende ao objetivo estratégico da Copel de aumentar a participação no segmento de geração por meio de fontes renováveis em sua matriz energética.

O valor do investimento, no total de R\$ 342.077, está suportado pelas projeções dos fluxos de

caixa descontados das operações dos empreendimentos adquiridos.

No processo da aquisição, foram identificados os valores justos do patrimônio líquido, alocados no investimento, e o valor a título de direito de autorização, alocado no investimento no balanço da Controladora, e no intangível no balanço consolidado. O direito de autorização será amortizado durante o período das autorizações, a partir do início das operações comerciais.

Controladas 1º.08.2013	Vencimento da autorização	Patrimônio Líquido	Direito de autorização	Total pago
Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A.	25.04.2046	6.056	51.659	57.715
Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.	31.05.2046	6.080	51.745	57.825
Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A.	31.05.2046	6.058	49.948	56.006
Nova Eurus IV Energias Renováveis S.A.	27.04.2046	6.043	53.154	59.197
Santa Maria Energias Renováveis S.A.	08.05.2047	17.765	26.813	44.578
Santa Helena Energias Renováveis S.A.	09.04.2047	17.730	28.955	46.685
Ventos de Santo Uriel S.A.	09.04.2047	6.626	13.445	20.071
		66.358	275.719	342.077

Para a conclusão da operação de aquisição, a Companhia deverá desembolsar aproximadamente R\$ 18.500, conforme atendimento de condições previstas em contrato.

Os dados seguintes detalham a composição dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos que foram reconhecidos na data das aquisições, e que correspondem aos seus valores justos naquela data.

1º.08.2013	Nova Asa Branca I	Nova Asa Branca II	Nova Asa Branca III	Nova Eurus IV	Santa Maria	Santa Helena	Ventos de Santo Uriel
ATIVO	6.137	6.161	6.179	6.124	17.775	17.747	6.629
Ativo circulante	42	41	52	772	21	65	38
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	17	736	3	46	25
Outros ativos circulantes	36	35	35	36	18	19	13
Ativo não circulante	6.095	6.120	6.127	5.352	17.754	17.682	6.591
Imobilizado	6.070	6.095	6.102	5.327	17.715	17.643	6.567
Outros ativos não circulantes	25	25	25	25	39	39	24
PASSIVO	6.137	6.161	6.179	6.124	17.775	17.747	6.629
Passivo circulante	23	23	63	23	10	17	3
Passivo não circulante	58	58	58	58	-	-	-
Patrimônio líquido	6.056	6.080	6.058	6.043	17.765	17.730	6.626

17 Imobilizado

17.1 Imobilizado por empresa

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	30.09.2013	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço						
Copel Geração e Transmissão	12.468.629	(7.288.768)	5.179.861	11.491.186	(7.101.472)	4.389.714
Copel Telecomunicações	504.350	(307.277)	197.073	498.571	(294.255)	204.316
Elejor	594.746	(136.192)	458.554	591.738	(122.685)	469.053
UEG Araucária	685.406	(255.004)	430.402	666.750	(229.920)	436.830
	14.253.131	(7.987.241)	6.265.890	13.248.245	(7.748.332)	5.499.913
Em curso						
Copel Geração e Transmissão	1.437.480	-	1.437.480	2.245.507	-	2.245.507
Copel Telecomunicações	147.871	-	147.871	114.825	-	114.825
Elejor	13.285	-	13.285	11.386	-	11.386
UEG Araucária	604	-	604	137	-	137
Nova Asa Branca I	6.339	-	6.339	-	-	-
Nova Asa Branca II	6.289	-	6.289	-	-	-
Nova Asa Branca III	6.157	-	6.157	-	-	-
Nova Eurus IV	5.522	-	5.522	-	-	-
Santa Maria	17.437	-	17.437	-	-	-
Santa Helena	17.789	-	17.789	-	-	-
Ventos de Santo Uriel	6.788	-	6.788	-	-	-
	1.665.561	-	1.665.561	2.371.855	-	2.371.855
Obrigações especiais						
Copel Geração e Transmissão	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	15.918.677	(7.987.241)	7.931.436	15.620.085	(7.748.332)	7.871.753

17.2 Mutação do imobilizado

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	5.499.913	2.371.840	7.871.753
Efeito 1ª consolidação - Nova Asa Branca I	-	6.070	6.070
Efeito 1ª consolidação - Nova Asa Branca II	-	6.095	6.095
Efeito 1ª consolidação - Nova Asa Branca III	-	6.102	6.102
Efeito 1ª consolidação - Nova Eurus IV	-	5.327	5.327
Efeito 1ª consolidação - Santa Maria	-	17.715	17.715
Efeito 1ª consolidação - Santa Helena	-	17.643	17.643
Efeito 1ª consolidação - Ventos de Santo Uriel	-	6.567	6.567
Programa de investimentos pagos	-	255.684	255.684
Programa de investimentos a pagar	-	20.098	20.098
Imobilizações de obras	1.046.671	(1.046.671)	-
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão	(616)	158	(458)
Transferências para contas a receber vinculadas à concessão			
Resolução 367/2009	(5.436)	(2.741)	(8.177)
Transferências de (para) o intangível	(165)	2.660	2.495
Quotas de depreciação no resultado	(265.189)	-	(265.189)
Quotas de depreciação - créditos de PIs/Pasep e Cofins	(766)	-	(766)
Baixas	(1.221)	(1.001)	(2.222)
Baixas - Resolução 367/2009	(7.301)	-	(7.301)
Em 30.09.2013	6.265.890	1.665.546	7.931.436

Consolidado	em serviço	em curso	Total
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	5.745.134	1.463.983	7.209.117
Programa de investimentos pagos	-	662.833	662.833
Provisão para litígios	-	3.274	3.274
Imobilizações de obras	46.491	(46.491)	-
Transferências de contas a receber vinculadas à concessão	92	-	92
Quotas de depreciação no resultado	(250.161)	-	(250.161)
Quotas de depreciação - créditos de Pis/Pasep e Cofins	(1.322)	-	(1.322)
Baixas	(724)	(1.774)	(2.498)
Em 30.09.2012 - Reapresentado	5.539.510	2.081.825	7.621.335

17.3 Imobilizado por classe de ativo

Consolidado	Custo	Depreciação acumulada	30.09.2013	Custo	Depreciação acumulada	Reapresentado 31.12.2012
Em serviço						
Reservatórios, barragens, adutoras	7.582.035	(4.449.905)	3.132.130	7.108.618	(4.341.971)	2.766.647
Máquinas e equipamentos	4.817.831	(2.509.636)	2.308.195	4.509.319	(2.406.775)	2.102.544
Edificações	1.518.677	(987.204)	531.473	1.379.133	(963.086)	416.047
Terrenos	263.620	-	263.620	183.024	-	183.024
Veículos	59.778	(32.428)	27.350	57.474	(28.580)	28.894
Móveis e utensílios	11.190	(8.068)	3.122	10.677	(7.920)	2.757
	14.253.131	(7.987.241)	6.265.890	13.248.245	(7.748.332)	5.499.913
Em curso	1.665.561	-	1.665.561	2.371.855	-	2.371.855
Obrigações especiais	(15)	-	(15)	(15)	-	(15)
	15.918.677	(7.987.241)	7.931.436	15.620.085	(7.748.332)	7.871.753

17.4 UHE Colíder

Em 30.07.2010, por meio do Leilão de Energia Nova nº 003/10 Aneel, a Copel Geração e Transmissão conquistou a concessão para exploração da Usina Hidrelétrica Colíder, com prazo de 35 anos, a partir de 17.01.2011, data da assinatura do Contrato de Concessão nº 001/11-MME-UHE Colíder.

O empreendimento está inserido no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, do Governo Federal, e será constituído por uma casa de força principal de 300 MW de potência instalada, suficientes para atender cerca de 1 milhão de habitantes, a partir do aproveitamento energético inventariado no rio Teles Pires, na divisa dos municípios de Nova Canaã do Norte e Itaúba, na região Norte do Estado do Mato Grosso.

O BNDES aprovou o enquadramento do projeto da UHE Colíder para análise da viabilidade de apoio financeiro.

A energia da UHE Colíder foi comercializada em leilão da Aneel, à tarifa final de R\$ 103,40/MWh, na data base de 1º.07.2010, atualizada pela variação do IPCA para R\$ 124,28, em 30.09.2013. Foram negociados 125 MW médios, a serem fornecidos a partir de janeiro de 2015, por 30 anos. A garantia física do empreendimento, estabelecida no contrato de concessão, é de 179,6 MW médios, após a completa motorização.

Os gastos realizados neste empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso e apresentavam, em 30.09.2013, o saldo de R\$ 1.272.444.

Os compromissos totais assumidos com fornecedores de equipamentos e serviços, referentes à UHE Colíder, montam em R\$ 456.830, em 30.09.2013.

17.5 Consórcio Tapajós

A Copel Geração e Transmissão assinou Acordo de Cooperação Técnica com outras oito empresas para desenvolver estudos nos rios Tapajós e Jamanxim, na Região Norte do Brasil, compreendendo a avaliação ambiental integrada da bacia do rio Tapajós e estudos de viabilidade e ambientais de cinco aproveitamentos hidrelétricos, totalizando 10.682 MW de capacidade instalada.

As usinas que atualmente estão em estudo são Jatobá, com 2.338 MW, e São Luiz do Tapajós, a maior delas, com 6.133 MW, ambas no rio Tapajós. Já no rio Jamanxim, serão objeto de estudos, futuramente, as usinas de Cachoeira do Caí, com 802 MW, Cachoeira dos Patos, com 528 MW e Jamanxim, com 881 MW.

Os gastos realizados nesse empreendimento são contabilizados no grupo de contas Ativo Imobilizado em Curso, na proporção de quota-parte e apresentavam, em 30.09.2013, o saldo de R\$ 9.582.

18 Intangível

Consolidado	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	30.09.2013
	custo	amortização	custo	amortização	custo	amortização		
		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽²⁾		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	15.884	(467)	15.165	(5.473)	43	25.152
Copel Distribuição	-	-	3.663.597	(3.222.448)	-	-	-	441.149
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(324.750)	244.844	-	-	-	(79.906)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	23.764	(9.093)	-	14.671
Compagás	-	-	238.306	(98.090)	4.425	(3.181)	-	141.460
Elejor	-	-	263.921	(66.904)	-	-	6.286	203.303
UEG Araucária	-	-	-	-	373	(191)	-	182
Direito de concessão - Elejor	22.626	(5.657)	-	-	-	-	-	16.969
Direito de autorização - Cutia	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
Direito de autorização - Nova Asa I	51.659	-	-	-	-	-	-	51.659
Direito de autorização - Nova Asa II	51.745	-	-	-	-	-	-	51.745
Direito de autorização - Nova Asa III	49.948	-	-	-	-	-	-	49.948
Direito de autorização - Nova Eurus IV	53.154	-	-	-	-	-	-	53.154
Direito de autorização - S. Maria	26.813	-	-	-	-	-	-	26.813
Direito de autorização - S. Helena	28.955	-	-	-	-	-	-	28.955
Direito de autorização - S. Uriel	13.445	-	-	-	-	-	-	13.445
	304.154	(5.657)	3.856.958	(3.143.065)	43.727	(17.938)	6.329	1.044.508
Sem vida útil definida								
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	21	21
	304.154	(5.657)	3.856.958	(3.143.065)	43.727	(17.938)	6.350	1.044.529
Em curso								
Copel Geração e Transmissão	-	-	16.647	-	1.556	-	1.946	20.149
Copel Distribuição	-	-	1.130.357	-	-	-	-	1.130.357
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(133.726)	-	-	-	-	(133.726)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.363	-	36	1.399
Compagás	-	-	61.126	-	-	-	-	61.126
Nova Asa Branca I	-	-	-	-	-	-	40	40
Nova Asa Branca II	-	-	-	-	-	-	40	40
Nova Asa Branca III	-	-	-	-	-	-	185	185
Nova Eurus IV	-	-	-	-	-	-	38	38
Santa Maria	-	-	-	-	-	-	441	441
Santa Helena	-	-	-	-	-	-	42	42
Ventos de Santo Uriel	-	-	-	-	-	-	48	48
	-	-	1.074.404	-	2.919	-	2.816	1.080.139
								2.124.668

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização: 20%

Consolidado	Direito de concessão e autorização		Contrato de concessão		Direito de uso de softwares		Outros	Reapresentado 31.12.2012
	custo	amortização	custo	amortização	custo	amortização		
		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽¹⁾		acumulada ⁽²⁾		
Em serviço								
Com vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	12.905	(36)	15.158	(3.511)	43	24.559
Copel Distribuição	-	-	3.713.620	(3.113.508)	-	-	-	600.112
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(320.627)	211.651	-	-	-	(108.976)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	25.819	(6.319)	-	19.500
Compagás	-	-	217.446	(86.920)	4.070	(2.906)	-	131.690
Elejor	-	-	263.920	(60.532)	-	-	5.927	209.315
UEG Araucária	-	-	-	-	360	(145)	-	215
Direito de concessão - Elejor	22.626	(5.092)	-	-	-	-	-	17.534
Direito de autorização - Cutia	5.809	-	-	-	-	-	-	5.809
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.407	(12.881)	5.970	899.758
Sem vida útil definida								
Copel Geração e Transmissão	-	-	-	-	-	-	18	18
Compagás	-	-	-	-	-	-	21	21
	-	-	-	-	-	-	39	39
	28.435	(5.092)	3.887.264	(3.049.345)	45.407	(12.881)	6.009	899.797
Em curso								
Copel Geração e Transmissão	-	-	15.101	-	991	-	4.312	20.404
Copel Distribuição	-	-	898.361	-	-	-	-	898.361
Copel Distribuição-obrig. especiais	-	-	(83.748)	-	-	-	-	(83.748)
Copel Telecomunicações	-	-	-	-	1.467	-	7	1.474
Compagás	-	-	52.837	-	-	-	-	52.837
Elejor	-	-	-	-	-	-	27	27
	-	-	882.551	-	2.458	-	4.346	889.355
1.789.152								

⁽¹⁾ Amortização pelo período de concessão

⁽²⁾ Taxa anual de amortização: 20%

Mutação do intangível

Consolidado	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		Saldos
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	em curso		em serviço	em curso	
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	946.895	966.299	(108.976)	(83.748)	23.343	38.535	6.804	1.789.152
Programa de investimentos (NE nº 16.6)	-	722.713	-	-	275.719	-	3.746	1.002.178
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(115.104)	-	-	-	(115.104)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	4.525	-	-	-	-	-	4.525
Transferências de (para) o imobilizado	-	-	-	-	-	165	(2.660)	(2.495)
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	-	(414.647)	-	60.094	-	-	-	(354.553)
Capitalizações para intangível em serviço	63.949	(63.949)	(5.032)	5.032	-	866	(866)	-
Quotas de amortização - concessão e autorização	(201.801)	-	32.018	-	(565)	(5.075)	-	(175.423)
Quotas de amortização - créditos Pis/Pasep e Cofins	(10.609)	-	1.853	-	-	(295)	-	(9.051)
Baixas	(4.236)	(6.811)	231	-	-	(2.038)	(1.289)	(14.143)
Baixas - Resolução 367	(399)	-	-	-	-	(19)	-	(418)
Em 30.09.2013	793.799	1.208.130	(79.906)	(133.726)	298.497	32.139	5.735	2.124.668

Consolidado	Contrato de concessão				Direito de concessão e autorização	Outros		Saldos
	em serviço	em curso	Obrigações especiais em serviço	em curso		em serviço	em curso	
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	1.224.874	674.591	(200.444)	(40.457)	24.098	4.271	30.011	1.716.944
Programa de investimentos	-	608.352	-	-	-	-	11.067	619.419
Participação financeira do consumidor	-	-	-	(62.428)	-	-	-	(62.428)
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.085	-	-	-	-	-	1.085
Capitalizações para contas a receber vinculadas à concessão	(136.658)	(240.425)	60.802	26.421	-	-	-	(289.860)
Capitalizações para intangível em serviço	92.331	(92.331)	(11.808)	11.808	-	31.593	(31.593)	-
Quotas de amortização-concessão e autorização	(191.066)	-	32.462	-	(565)	(1.859)	-	(161.028)
Quotas de amortização-créditos Pasep/Cofins	(17.077)	(301)	1.678	-	-	15	-	(15.685)
Baixas	(1.925)	(1.848)	-	-	-	-	(67)	(3.840)
Alienações	(191)	-	-	-	-	-	-	(191)
Em 30.09.2012 - Reapresentado	970.288	949.123	(117.310)	(64.656)	23.533	34.020	9.418	1.804.416

19 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Obrigações Sociais		
Impostos e contribuições sociais	26.427	61.312
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	42.938	34.160
	69.365	95.472
Obrigações trabalhistas		
Folha de pagamento, líquida	3.153	3.015
Férias e 13º Salário	128.534	96.746
Participação nos lucros e/ou resultados	628	29.940
Participação nos lucros e/ou resultados do período	27.370	-
Desligamentos voluntários	94.986	158.781
Consignações a favor de terceiros	138	54
	254.809	288.536
	324.174	384.008

20 Fornecedores

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Energia elétrica	440.861	517.982
Materiais e serviços	382.057	471.526
Encargos de uso da rede elétrica	62.731	82.195
Gás para revenda	53.157	43.681
Gás para usina termelétrica - repactuação Petrobras	77.578	117.306
	1.016.384	1.232.690
Circulante	958.615	1.131.782
Não circulante	57.769	100.908

20.1 Principais contratos de compra de energia

Contratos de compra de energia firmados em ambiente regulado, apresentados pelo valor original e reajustados anualmente pelo IPCA:

	Período de suprimento	Energia comprada (MWh médio anual)	Data do leilão	Preço médio de compra (R\$/MWh)
Leilão de energia existente				
1º Leilão - Produto 2006	2006 a 2013	812,41	07.12.2004	67,33
1º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	37,45	07.12.2004	75,46
2º Leilão - Produto 2008	2008 a 2015	51,91	02.04.2005	83,13
4º Leilão - Produto 2009	2009 a 2016	44,76	11.10.2005	94,91
5º Leilão - Produto 2007	2007 a 2014	54,37	14.12.2006	104,74
8º Leilão - Produto 2010 Q5	2010 a 2014	0,010	30.11.2009	99,14
8º Leilão - Produto 2010 D5	2010 a 2014	0,012	30.11.2009	80,00
10º Leilão - Produto 2012 Q3	2012 a 2014	15,59	30.11.2011	79,99
		1.016,51		
Leilão de energia nova				
1º Leilão - Produto 2008 Hidro	2008 a 2037	3,61	16.12.2005	106,95
1º Leilão - Produto 2008 Termo	2008 a 2022	25,25	16.12.2005	132,26
1º Leilão - Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	3,54	16.12.2005	114,28
1º Leilão - Produto 2009 Termo	2009 a 2023	42,37	16.12.2005	129,26
1º Leilão - Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	72,41	16.12.2005	115,04
1º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	67,10	16.12.2005	121,81
3º Leilão - Produto 2011 Hidro	2011 a 2040	57,66	10.10.2006	120,86
3º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	54,22	10.10.2006	137,44
4º Leilão - Produto 2010 Termo	2010 a 2024	15,44	26.07.2007	134,67
5º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	53,24	16.10.2007	129,14
5º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	115,38	16.10.2007	128,37
6º Leilão - Produto 2011 Termo	2011 a 2025	11,99	17.09.2008	128,42
7º Leilão - Produto 2013 Hidro	2013 a 2042	-	30.09.2008	98,98
7º Leilão - Produto 2013 Termo	2013 a 2027	143,32	30.09.2008	145,23
8º Leilão - Produto 2012 Hidro	2012 a 2041	0,01	27.08.2009	144,00
8º Leilão - Produto 2012 Termo	2012 a 2026	0,14	27.08.2009	144,60
		665,70		
Leilão de projetos estruturantes				
Santo Antonio	2012 a 2041	52,55	10.12.2007	78,87
Jirau	2013 a 2042	75,22	19.05.2008	71,37
		127,77		

21 Empréstimos e Financiamentos

Consolidado	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	2.986	1.298	4.284	3.311	59.650	56.029
Eletrobrás	7	-	7	6	4	5
	2.993	1.298	4.291	3.317	59.654	56.034
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	643.917	44.938	688.855	168.624	873.720	1.373.235
Eletrobrás (21.3)	49.126	8	49.134	54.204	142.617	178.841
Finep (21.4)	5.442	64	5.506	2.014	34.806	27.511
BNDES (21.5)	17.320	606	17.926	18.156	239.745	196.699
Banco do Brasil Repassse BNDES (21.6)	11.369	440	11.809	14.975	151.584	157.268
	727.174	46.056	773.230	257.973	1.442.472	1.933.554
	730.167	47.354	777.521	261.290	1.502.126	1.989.588

Controladora	Passivo circulante				Passivo não circulante	
	Principal	Encargos	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Moeda estrangeira						
STN (21.1)	2.986	1.298	4.284	3.311	59.650	56.029
Moeda nacional						
Banco do Brasil (21.2)	527.818	8.798	536.616	24.795	393.346	915.692
	530.804	10.096	540.900	28.106	452.996	971.721

21.1 Secretaria do Tesouro Nacional - STN

Tipo de bônus	Nº de parcelas	Vencimento final	Amortização	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2013	31.12.2012
<i>Capitalization Bond</i>	21	10.04.2014	semestral	8,0% + 0,20%	12.225	3.099	4.180
<i>Par Bond</i>	1	11.04.2024	única	6,0% + 0,20%	17.315	24.703	22.548
<i>Discount Bond</i>	1	11.04.2024	única	Libor semestral+0,8125%+0,20%	12.082	36.132	32.612
						63.934	59.340
						Circulante	4.284
						Não circulante	59.650
							3.311
							56.029

Empresa: Copel

Data da emissão: 20.05.1998

Garantias:

Conta corrente bancária centralizadora da arrecadação das receitas. Nos bônus *Discount Bond* e *Par Bond* existem garantias depositadas nos valores de R\$ 18.270 e R\$ 26.039 (R\$ 17.820 e R\$ 25.426 em 31.12.2012), respectivamente (NE nº 6.1).

Observação:

Reestruturação da dívida da Controladora referente aos financiamentos sob amparo da Lei nº 4.131/62.

21.2 Banco do Brasil S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado		
						30.09.2013	31.12.2012	
Lei 8.727/93 (a)	30.03.1994	240	1º.03.2014	TJLP e IGP-M + 5,098%	28.178	126	298	
21/02155-4 (b)	10.09.2010	3	15.08.2015	98,5% da taxa média do CDI	350.000	304.036	430.932	
21/02248-8 (c)	22.06.2011	1	1º.06.2015	99,5% da taxa média do CDI	150.000	180.331	170.142	
CCB 21/11062-X (d)	26.08.2013	3	27.07.2018	106,0% da taxa média do CDI	151.000	148.120	-	
NC 330600129 (e)	31.01.2007	1	31.01.2014	106,5% da taxa média do CDI	29.000	29.432	29.911	
NC 330600132 (f)	28.02.2007	1	28.02.2014	106,2% da taxa média do CDI	231.000	232.880	236.729	
NC 330600151 (g)	31.07.2007	1	31.07.2014	106,5% da taxa média do CDI	18.000	18.268	18.565	
NC 330600156 (h)	28.08.2007	1	28.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	14.348	14.465	14.705	
NC 330600157 (i)	31.08.2007	1	31.08.2014	106,5% da taxa média do CDI	37.252	37.516	38.143	
NC 330600609 (j)	19.08.2011	3	21.07.2016	109,41% da taxa média do CDI	600.000	597.401	602.434	
						1.562.575	1.541.859	
						Circulante	688.855	168.624
						Não circulante	873.720	1.373.235

Empresas:

Copel Distribuição: (a) (b) (c) (d)

Controladora: (e) (f) (g) (h) (i) (j)

Prestações anuais:

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas; a primeira no valor de R\$ 116.666, vencível em 25.08.2013 e as demais no valor de R\$ 116.667, vencíveis em 11.07.2014 e 15.08.2015: (b)

Juntamente com os juros proporcionais às parcelas, no valor de R\$ 50.333, vencíveis em 27.07.2016, 27.07.2017 e 27.07.2018: (d)

A primeira no valor de R\$ 200.000, vencível em 21.07.2014, e as demais em 21.07.2015 e 21.07.2016: (j)

Destinação:

Renegociação de dívida com a União: (a)

Capital de giro: (b) (c) (d)

Exclusivo para quitação de empréstimos : (e) (f) (g) (h) (i) (j)

Garantias:

Receita própria: (a)

Penhor de duplicatas mercantis de até 360 dias: (b) (c)

Cessão de créditos: (d)

21.3 Eletrobrás - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2013	31.12.2012
1293/94 (a)	23.09.1994	180	30.06.2016	5,5% à 6,5% + 2,0%	307.713	91.388	119.038
980/95 (b)	22.12.1994	80	15.11.2018	8,0%	11	14	16
981/95 (c)	22.12.1994	80	15.08.2019	8,0%	1.169	393	441
982/95 (d)	22.12.1994	80	15.02.2020	8,0%	1.283	149	166
983/95 (e)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	11	186	205
984/95 (f)	22.12.1994	80	15.11.2020	8,0%	14	79	87
985/95 (g)	22.12.1994	80	15.08.2021	8,0%	61	49	53
002/04 (h)	07.06.2004	120	30.07.2016	8,0%	30.240	3.121	4.059
142/06 (i)	11.05.2006	120	30.09.2018	5,0% + 1,0%	74.340	18.195	21.333
206/07 (j)	03.03.2008	120	30.08.2020	5,0% + 1,0%	109.642	61.582	69.351
273/09 (k)	18.02.2010	120	30.12.2022	5,0% + 1,0%	63.944	15.209	16.525
2540/06 (l)	12.05.2009	60	30.10.2016	5,0% + 1,5%	2.844	1.386	1.771
						191.751	233.045
						Circulante	49.134
						Não circulante	142.617
							54.204
							178.841

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a)

Copel Distribuição: (b) (c) (d) (e) (f) (g) (h) (i) (j) (k) (l)

Destinação:

Cobertura financeira de até 29,14% do total do projeto de Implantação da UHE Governador José Richa e do sistema de transmissão: (a)

Programa Nacional de Irrigação - Proni: (b) (c) (d) (e) (f) (g)

Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos: (h) (i) (j) (k)

Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente - Reluz: cobertura de 75% do custo total do município de Ponta Grossa /PR: (l)

Garantias:

Representada pela receita própria, suportada por procuração outorgada por instrumento público, e na emissão de notas promissórias em igual número das parcelas a vencer.

Observação:

Final da carência em 30.12.2012 (k)

21.4 Financiadora de Estudos e Projetos - Finep

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
						30.09.2013	31.12.2012
2070791-00 (a)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,37% acima da TJLP	5.078	1.434	2.295
2070790-00 (b)	28.11.2007	49	15.12.2014	0,13% acima da TJLP	3.535	684	1.618
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	4%	35.095	21.216	15.526
21120105-00 (c)	17.05.2012	81	15.10.2020	3,5% + TR	17.103	16.978	10.086
						40.312	29.525
						Circulante	5.506
						Não circulante	2.014
						34.806	27.511

Empresas:

Copel Geração e Transmissão: (a) (b)

Copel Telecomunicações: (c)

Destinação:

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento GER 2007: (a)

Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento TRA 2007: (b)

Projeto BEL - serviço de internet banda ultra larga (*Ultra Wide Band* - UWB): (c)

Garantias:

Bloqueio de recebimentos na conta corrente da arrecadação: (a) (b) (c)

Observações:

Foram devolvidos R\$ 414 por não ter sido executada parte do projeto: (b)

Em substituição ao contrato 2100567-00, de 29.11.2010. Crédito de R\$ 52.198 a ser disponibilizado em 6 parcelas. Em contrapartida a financiada se compromete a participar dos custos de elaboração com o valor mínimo de R\$ 8.324. Foram liberadas 3 parcelas no valor de R\$ 38.471, deste, R\$ 12.664 em 2013. A 1ª amortização ocorrerá em 15.02.2014: (c)

21.5 BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			30.09.2013	31.12.2012
820989.1 (a)	17.03.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	1,63% acima da TJLP	169.500	163.392	172.137
1120952.1-A (b)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,82% acima da TJLP	42.433	38.237	39.568
1120952.1-B (c)	16.12.2011	168	15.05.2012	15.04.2026	1,42% acima da TJLP	2.290	2.063	3.150
1220768.1 (d)	28.09.2012	192	15.08.2013	15.07.2029	1,36% acima da TJLP	73.122	53.979	-
							257.671	214.855
							Circulante	17.926
							Não circulante	18.156
							239.745	196.699

Empresa:

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado: (a)

Implantação de linha de transmissão entre as subestações Foz do Iguaçu e Cascavel Oeste: (b)

Aquisição de máquinas e equipamentos nacionais para a implantação da linha de transmissão descrita acima: (c)

Implantação da PCH Cavernoso II: (d)

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças: (a) e (d)

Cessão fiduciária dos direitos decorrentes do Contrato de Concessão nº 027/2009-Aneel, do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão nº 09/2010-ONS e dos contratos de uso do Sistema de Transmissão, celebrados entre o ONS, as Concessionárias e as Usuárias do Sistema de Transmissão, inclusive a totalidade da receita proveniente da prestação dos serviços de transmissão: (b) e (c)

21.6 Banco do Brasil - repasse de recursos do BNDES

Contrato	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros + comissão)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			30.09.2013	31.12.2012
21/02000-0	16.04.2009	179	15.03.2013	15.01.2028	2,13% acima da TJLP	169.500	163.393	172.243
							163.393	172.243
							Circulante	11.809
							Não circulante	151.584
								14.975
								157.268

Empresa:

Copel Geração e Transmissão

Encargos financeiros:

Pagos trimestralmente no período de carência e mensalmente a partir da primeira amortização do principal.

Destinação:

Implementação da UHE Mauá e sistema de transmissão associado, em consórcio com a Eletrosul.

Garantias:

Totalidade da receita proveniente da venda e/ou comercialização de energia dos CCEARs relativos ao projeto, através de Contrato de Cessão de Vinculação de Receitas, Administração de Contas e Outras Avenças.

21.7 Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador

Variação da moeda estrangeira e indexadores acumulada no período (%)		Consolidado			
		30.09.2013	%	31.12.2012	%
Moeda estrangeira					
Dólar norte-americano	9,13	63.945	2,81	59.351	2,64
		63.945	2,81	59.351	2,64
Moeda nacional					
TJLP	(9,09)	423.189	18,56	387.111	17,20
IGP-M	3,69	120	0,01	284	0,01
Ufir	0,00	100.362	4,40	114.006	5,06
Finel	0,73	91.387	4,01	119.040	5,29
CDI	26,23	1.562.450	68,54	1.541.561	68,49
TR	0,03	16.979	0,74	13.998	0,62
Sem indexador	-	21.215	0,93	15.527	0,69
		2.215.702	97,19	2.191.527	97,36
		2.279.647	100,00	2.250.878	100,00
Circulante		777.521		261.290	
Não circulante		1.502.126		1.989.588	

21.8 Vencimentos das parcelas de longo prazo

Consolidado	Moeda estrangeira	Moeda nacional	30.09.2013	31.12.2012
2014	4	100.746	100.750	730.115
2015	-	536.425	536.425	588.300
2016	-	312.365	312.365	258.572
2017	-	98.098	98.098	46.098
2018	-	97.242	97.242	44.180
2019	-	45.281	45.281	41.435
2020	-	41.428	41.428	37.760
2021	-	30.982	30.982	28.584
2022	-	30.977	30.977	28.580
2023	-	29.382	29.382	26.936
após 2023	59.650	119.546	179.196	159.028
	59.654	1.442.472	1.502.126	1.989.588

21.9 Mutação de empréstimos e financiamentos

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2013	3.317	56.034	257.973	1.933.554	2.250.878
Ingressos	-	-	-	217.450	217.450
Encargos	2.055	-	103.710	26.068	131.833
Variação monetária e cambial	221	4.964	143	498	5.826
Transferências	1.344	(1.344)	735.098	(735.098)	-
Amortização - principal	(739)	-	(35.556)	-	(36.295)
Pagamento - juros e variação	(1.907)	-	(288.138)	-	(290.045)
Em 30.09.2013	4.291	59.654	773.230	1.442.472	2.279.647

Consolidado	Moeda estrangeira		Moeda nacional		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2012	4.490	53.955	111.997	2.004.030	2.174.472
Ingressos	-	-	-	69.914	69.914
Encargos	2.040	-	105.746	35.787	143.573
Variação monetária e cambial	153	4.358	209	1.343	6.063
Transferências	1.270	(1.270)	173.432	(173.432)	-
Amortização - principal	(1.563)	-	(25.575)	-	(27.138)
Pagamento - juros e variação	(2.367)	-	(139.256)	-	(141.623)
Em 30.09.2012	4.023	57.043	226.553	1.937.642	2.225.261

21.10 Cláusulas contratuais restritivas

A Companhia e suas controladas contrataram empréstimos com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência; especificamente para a Copel Geração e Transmissão, não realizar distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere o mínimo obrigatório, sem prévia e expressa autorização. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas.

Em 30.09.2013, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

22 Debêntures

Debêntures	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento		Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	Consolidado	
			inicial	final			30.09.2013	31.12.2012
1ª emissão (a)	30.10.2012	2	30.10.2016	30.10.2017	DI + Spread 0,99% a.a.	1.000.000	1.035.813	1.010.677
2ª emissão (b)	26.09.2013	60	26.10.2013	26.09.2018	DI + Spread 1,00% a.a.	203.000	202.592	-
							1.238.405	1.010.677
							Circulante 78.000	12.719
							Não circulante 1.160.405	997.958

Empresa:

Copel Distribuição: (a)

Elejor: (b)

Características:

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476, nos valores mínimos de: R\$ 1.000.000 (a) e R\$ 203.000 (b)

Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10, nas quantidades de: 100.000 (a) e 20.300 (b)

O valor unitário das debêntures não será atualizado monetariamente.

Encargos financeiros:

Juros pagos semestralmente em abril e outubro: (a)

Juros pagos mensalmente: (b)

Destinação:

Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora: (a)

Liquidação total do contrato de mútuo com a Copel: (b)

Garantias:

Fidejussória: (a) e (b)

Interveniente garantidora:

Copel: (a)

Copel, na proporção de 70% e Paineira Participações S.A., na proporção de 30%: (b)

Agente fiduciário:

C&D Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.: (a) e (b)

22.1 Mutação das debêntures

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2013	12.719	997.958	1.010.677
Ingressos	40.600	162.400	203.000
Encargos	63.409	47	63.456
Amortização - juros e variação	(38.728)	-	(38.728)
Em 30.09.2013	78.000	1.160.405	1.238.405

22.2 Cláusulas contratuais restritivas

A Copel Distribuição e a Elejor emitiram debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, exceto os dividendos obrigatórios por lei e os juros sobre capital próprios imputados aos dividendos obrigatórios nos termos da Lei das Sociedades por Ações, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 30.09.2013, todas as condições foram analisadas e indicam pleno atendimento aos parâmetros previstos nos contratos.

23 Benefícios Pós-Emprego

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de complementação de aposentadoria e pensão (Planos Previdenciários I, II e III) e de assistência médica e odontológica (Plano Assistencial), para seus empregados ativos e pós-emprego e seus dependentes legais.

23.1 Plano de benefício previdenciário

Os planos previdenciários I e II são planos de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, e o plano previdenciário III é um plano de Contribuição Definida - CD.

As parcelas de custos assumidas pelas patrocinadoras desses planos são registradas de acordo com avaliação atuarial preparada anualmente por atuários independentes, de acordo com as regras estabelecidas pela Deliberação CVM nº 695/12, que aprovou e tornou obrigatório para as companhias abertas o CPC 33 (R1) a partir de 1º.01.2013, que trata de benefícios a empregados, correlacionada à norma contábil internacional IAS 19(R1) e IFRIC 14. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com os atuários independentes e aprovadas pela Administração das patrocinadoras.

23.2 Plano de benefício assistencial

A Companhia e suas controladas alocam recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos em regulamentos específicos. A cobertura inclui exames médicos periódicos e é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente.

23.3 Balanço patrimonial e resultado do exercício

Os valores consolidados reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Plano previdenciário	65	989
Plano assistencial	893.656	700.060
	893.721	701.049
Circulante	25.996	25.819
Não circulante	867.725	675.230

A Companhia revisou a sua posição atuarial definida por ocasião do último exercício social em 31.12.2012, motivada principalmente pelo aumento nas taxas de juros e na variação real dos custos ocorridas até o terceiro trimestre de 2013. Consequentemente, as premissas financeiras foram revisadas em conjunto com seu atuário independente, considerando uma nova taxa de desconto na data base de 30.09.2013, com base nos leilões de títulos do Governo Federal mais recentes. Os ativos líquidos dos planos também foram revisados e reavaliados pelos seus valores justos em 30.09.2013.

Com base na revisão das premissas acima descritas, os valores revisados do plano previdenciário para 30.09.2013 totalizaram um superávit do plano de R\$ 238.170, enquanto que, em 31.12.2012, a posição era de R\$ 578.288, resumidos abaixo:

Consolidado	Plano Previdenciário	Plano Assistencial	30.09.2013	31.12.2012
Obrigações total ou parcialmente cobertas	4.254.723	1.042.236	5.296.959	5.412.342
Valor justo dos ativos do plano	(4.492.893)	(148.580)	(4.641.473)	(5.290.570)
Estado de cobertura do plano	(238.170)	893.656	655.486	121.772
Ativo não reconhecido	238.170	-	238.170	578.288
	-	893.656	893.656	700.060

Em função do considerável valor apurado de ajuste no seu passivo assistencial através de relatório atuarial emitido em 30.09.2013, a Companhia registrou em outros resultados abrangentes a importância de R\$ 155.313 correspondente a perda atuarial apurada até setembro de 2013. Todavia, conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia procederá a revisão anual de todas as premissas atuariais para remensuração de suas obrigações referentes aos benefícios pós-emprego..

Os valores consolidados reconhecidos na demonstração de resultado estão resumidos a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Plano previdenciário (CD)	-	-	42.806	36.844
Plano previdenciário (CD) - administradores	510	361	607	394
Plano assistencial - pós-emprego	-	-	57.611	53.574
Plano assistencial	-	-	32.046	30.738
Plano assistencial - administradores	60	42	71	42
	570	403	133.141	121.592

Mutação de benefícios pós-emprego

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	25.819	675.230	701.049
Apropriação do cálculo atuarial	-	57.628	57.628
Contribuições previdenciárias e assistenciais	88.927	-	88.927
Ajuste referente a perdas atuariais		155.313	155.313
Transferências	20.446	(20.446)	-
Amortizações	(109.196)	-	(109.196)
Em 30.09.2013	25.996	867.725	893.721

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	36.037	419.253	455.290
Apropriação do cálculo atuarial	-	53.667	53.667
Contribuições previdenciárias e assistenciais	76.707	-	76.707
Transferências	16.460	(16.460)	-
Amortizações	(106.923)	-	(106.923)
Em 30.09.2012 - Reapresentado	22.281	456.460	478.741

Conforme informado na NE nº 3.2, a Companhia adotou retrospectivamente o CPC nº 33(R1). Os efeitos para fins de comparabilidade são apresentados na NE nº 3.3.

23.4 Avaliação atuarial de acordo com a Deliberação da CVM nº 695/12

A Companhia, em atendimento à Deliberação CVM nº 695/12, opta pela elaboração do laudo atuarial.

As informações elaboradas em conformidade com o Relatório de Avaliação Atuarial estão contidas na NE nº 23 das demonstrações financeiras de 31.12.2012.

24 Encargos do Consumidor a Recolher

Consolidado	30.09.2013	31.12.2012
Reserva global de reversão - RGR	40.885	15.581
Conta de desenvolvimento energético - CDE	6.342	23.719
Conta de consumo de combustível - CCC	-	17.198
	47.227	56.498

25 Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

25.1 Saldos constituídos para aplicação em P&D e PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 30.09.2013	Saldo em 31.12.2012
Pesquisa e desenvolvimento - P&D					
FNDCT*	-	3.420	-	3.420	3.424
MME	-	1.711	-	1.711	1.712
P&D	26.852	-	137.263	164.115	142.384
	26.852	5.131	137.263	169.246	147.520
Programa de eficiência energética - PEE					
	59.421	-	65.566	124.987	116.640
	86.273	5.131	202.829	294.233	264.160
Circulante				145.055	159.599
Não circulante				149.178	104.561

* Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

25.2 Mutação dos saldos de P&D e PEE

Consolidado	FNDCT	MME	P&D		PEE		Total
	circulante	circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2013	3.424	1.712	40.323	102.061	114.140	2.500	264.160
Constituições	16.179	8.089	645	15.535	-	18.060	58.508
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	432	432
Juros Selic	-	-	75	7.085	-	3.505	10.665
Recolhimentos	(16.183)	(8.090)	-	-	-	-	(24.273)
Conclusões	-	-	(1.609)	-	(13.650)	-	(15.259)
Em 30.09.2013	3.420	1.711	39.434	124.681	100.490	24.497	294.233

Consolidado	FNDCT		MME		P&D		PEE		Total
	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	circulante	não circulante	
Em 1º.01.2012	3.017	-	1.510	-	34.910	86.027	117.478	8.622	251.564
Constituições	13.052	1.275	6.527	637	639	13.689	-	19.119	54.938
Contrato de desempenho	-	-	-	-	-	-	-	12	12
Juros Selic	-	-	-	-	91	7.000	-	4.596	11.687
Transferências	1.275	(1.275)	637	(637)	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(14.129)	-	(7.066)	-	-	-	-	-	(21.195)
Conclusões	-	-	-	-	(4.408)	-	(41.220)	-	(45.628)
Em 30.09.2012	3.215	-	1.608	-	31.232	106.716	76.258	32.349	251.378

26 Contas a Pagar Vinculadas à Concessão - Uso do Bem Público

Referem-se aos encargos de outorga de concessão pela Utilização do Bem Público - UBP, incorridos a partir do início de operação do empreendimento até a data final da concessão.

Consolidado	Outorga	Assinatura	Final	circulante		não circulante	
				30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Copel Geração e Transmissão							
UHE Mauá (a)	29.06.2007	03.07.2007	07.2042	900	884	12.479	12.083
UHE Colider (b)	29.12.2010	17.01.2011	01.2046	-	-	16.647	15.101
PCH Cavernoso (c)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	35	-	105	-
PCH Apucarantina (d)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	243	-	735	-
PCH Chopim I (e)	11.07.2013	11.07.2013	07.2015	54	-	37	-
PCH Chaminé (f)	11.07.2013	11.07.2013	07.2018	421	-	1.274	-
Elejor							
Complexo Energético Fundão-Santa Clara (g)	23.10.2001	25.10.2001	10.2036	47.593	47.593	384.197	371.896
				49.246	48.477	415.474	399.080

Taxa de desconto no cálculo do valor presente:

Taxa desconto real e líquida, compatível com a taxa estimada de longo prazo, não tendo vinculação com a expectativa de retorno do projeto:

5,65% a.a. (a)

7,74% a.a. (b) (c) (d) (e) (f)

11,00% a.a. (g)

Pagamento à União:

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 643 (51% de R\$ 1.262), conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/07: (a)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 1.256, a partir da entrada em operação comercial da UHE, conforme cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 001/11: (b)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto, conforme cláusula 5ª do Contrato de Concessão nº 007/2013, pelo prazo de 5 anos, nos valores de: R\$ 34: (c); R\$ 240: (d); R\$ 53 (e); e R\$ 414 (f)

Parcelas mensais equivalentes a 1/12 do pagamento anual proposto de R\$ 19.000, do 6º ao 35º ano de concessão ou enquanto estiver na exploração dos aproveitamentos hidrelétricos, conforme Termo de Ratificação do Lance e cláusula 6ª do Contrato de Concessão nº 125/01: (g)

Correção anual das parcelas:

Variação IPCA: (a) (b) (c) (d) (e) (f)

Variação IGP-M: (g)

26.1 Mutação de contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2013	48.477	399.080	447.557
Outorga Aneel - uso do bem público	749	3.776	4.525
Transferências	36.501	(36.501)	-
Pagamentos	(36.481)	-	(36.481)
Variação monetária	-	49.119	49.119
Em 30.09.2013	49.246	415.474	464.720

Consolidado	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2012	44.656	370.442	415.098
Outorga Aneel - uso do bem público	-	1.085	1.085
Transferências	33.144	(33.144)	-
Pagamentos	(33.031)	-	(33.031)
Variação monetária	-	61.670	61.670
Em 30.09.2012	44.769	400.053	444.822

27 Outras Contas a Pagar

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 31.12.2012
Repasso antecipado - CDE (27.1)	38.507	-
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	24.696	11.786
Consumidores	18.061	15.661
Taxa de iluminação pública arrecadada	16.918	17.852
Cauções em garantia	16.853	12.109
Devolução ao consumidor	8.443	7.650
Parcerias em consórcios	2.803	2.063
Outras obrigações	20.172	22.682
	146.453	89.803
Circulante	146.221	89.803
Não circulante	232	-

27.1 Repasse antecipado - CDE - Decreto nº 7.891, de 23.01.2013

Saldo referente ao repasse antecipado pela Eletrobrás à Copel Distribuição, com recursos da CDE, dos valores mensais homologados pela Aneel para cobertura dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica e à redução equilibrada das tarifas referentes às competências de maio a novembro de 2013.

28 Contingências e Provisões para Litígios

28.1 Ações consideradas como de perda provável

A Companhia e suas controladas respondem por diversos processos judiciais perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração mantém provisão para litígios sobre as causas cujas perdas são consideradas prováveis, fundamentada na opinião de seus assessores legais.

Mutações das provisões para litígios

Consolidado	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Custo de construção	Quitações	Saldo em 30.09.2013
Fiscais (28.1.1)						
Cofins (a)	243.131	-	-	-	-	243.131
Outras	51.445	12.206	(21.433)	-	-	42.218
	294.576	12.206	(21.433)	-	-	285.349
Trabalhistas	154.990	38.129	(1.235)	-	(10.440)	181.444
Benefícios a empregados	78.670	57.177	-	-	(17.489)	118.358
Cíveis (28.1.2)						
Fornecedores (a)	68.630	-	(2.730)	-	-	65.900
Cíveis e direito administrativo (b)	176.811	35.034	(21.303)	-	(3.432)	187.110
Servidões de passagem	5.964	2.315	(953)	-	(87)	7.239
Desapropriações e patrimoniais (c)	317.472	23.630	-	727	(17)	341.812
Consumidores	7.477	2.862	(712)	-	-	9.627
	576.354	63.841	(25.698)	727	(3.536)	611.688
Ambientais	193	27	(17)	-	-	203
Regulatórias (28.1.3)	50.925	68	(4.785)	-	-	46.208
	1.155.708	171.448	(53.168)	727	(31.465)	1.243.250

Consolidado	Saldo em 1º.01.2012 Reapresentado	Adições	Reversões	Custo de construção	Adições no imobilizado em curso	Quitações	Saldo em 30.09.2012 Reapresentado
Fiscais (28.1.1)							
Cofins (a)	234.563	8.568	-	-	-	-	243.131
Outras	47.371	19.752	(9.180)	-	-	(41)	57.902
	281.934	28.320	(9.180)	-	-	(41)	301.033
Trabalhistas	128.505	34.191	(1.630)	-	-	(11.289)	149.777
Benefícios a empregados	58.089	29.350	(149)	-	-	(11.266)	76.024
Cíveis (28.1.2)							
Fornecedores (a)	88.003	2.179	(20.813)	-	-	-	69.369
Cíveis e direito administrativo (b)	112.059	33.824	(9.333)	-	-	(6.057)	130.493
Servidões de passagem	4.839	808	(176)	-	-	(15)	5.456
Desapropriações e patrimoniais (c)	273.647	28.502	(93)	961	3.274	-	306.291
Consumidores	5.493	4.423	(2.506)	-	-	-	7.410
	484.041	69.736	(32.921)	961	3.274	(6.072)	519.019
Ambientais	104	82	-	-	-	-	186
Regulatórias (28.1.3)	48.147	220	(160)	-	-	(38)	48.169
	1.000.820	161.899	(44.040)	961	3.274	(28.706)	1.094.208

Controladora	Saldo em 1º.01.2013	Adições	Reversões	Saldo em 30.09.2013
Fiscais (28.1.1)				
Cofins (a)	243.131	-	-	243.131
Outras	29.803	11.547	(19.400)	21.950
	272.934	11.547	(19.400)	265.081
Cíveis	17.694	2.341	(19.355)	680
Regulatórias	11.667	-	-	11.667
	302.295	13.888	(38.755)	277.428

Controladora	Saldo em 1º.01.2012	Adições	Reversões	Saldo em 30.09.2012
Fiscais (28.1.1)				
Cofins (a)	234.563	-	-	234.563
Outras	40.042	9.144	(4.200)	44.986
	274.605	9.144	(4.200)	279.549
Cíveis	9.929	8.267	-	18.196
Regulatórias	10.821	-	-	10.821
	295.355	17.411	(4.200)	308.566

Detalhamento das principais ações

28.1.1 Fiscais

a) Contribuição para o financiamento da seguridade social - Cofins

Processo nº 10980.004398/2010-09 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

Trata-se de processo administrativo fiscal (auto de Infração), pelo qual a Receita Federal pretende cobrar a Cofins do período de agosto de 1995 a dezembro de 1996, como decorrência do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a Ação Rescisória n. nº 2000.04.01.100266-9 ajuizada pela União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Essa cobrança decorre do entendimento da Receita Federal do Brasil de que a Copel teria declarado por meio de DCTF e/ou DIPJ, durante a tramitação do supra referido Mandado de Segurança, por ela impetrado, ser devedora da quantia de R\$ 40.678, a título de Cofins no período cobrado.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidas no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 48.814.

Por outro lado, sustenta a Companhia, em sua defesa, em síntese, que essas declarações não tiveram o efeito de confessar o débito objeto da cobrança, até porque o referido débito era objeto de questionamento judicial (Mandado de Segurança nº 95.0011037-7), tendo ainda o fisco decaído de seu direito de constituí-lo.

Com a improcedência do Mandado de Segurança nº 5005264-27.2011.404.7000, impetrado pela Companhia perante a 1ª Vara Federal de Curitiba, para questionar a competência da Superintendência da Receita Federal para apreciar a impugnação da Companhia à Intimação Fiscal nº 09/2010 (que deu origem ao proc. Adm. 10980.004398/2010-09), o débito foi inscrito em dívida ativa sob nº 90 6 11 018367-09.

A União então propôs a execução fiscal do débito, autos nº 5015930-53.2010.404.7000, em trâmite na 2ª Vara Federal, no valor de R\$ 48.814. A Copel então realizou o depósito judicial da quantia exequenda e, em seguida, ajuizou os Embargos à Execução (autos nº 5022933-59.2012.404.7000) os quais foram recebidos em seu efeito suspensivo.

Os embargos à execução da Copel foram julgados improcedentes, entendendo o juízo, em síntese, que a DCTF emitida pela empresa informando os valores de COFINS depositados judicialmente no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, teria constituído o crédito tributário, passível de imediata inscrição em dívida ativa pela União face o julgamento que lhe foi favorável da Ação Rescisória n. nº 2000.04.01.100266-9.

Desta sentença a Companhia apresentou Recurso de Apelação que, embora tenha sido recebido no efeito devolutivo pelo juízo, o despacho judicial que a recebeu condicionou qualquer levantamento do valor depositado ao trânsito em julgado da decisão.

Os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário são objeto do processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, os quais totalizam em 30.09.2013 o montante de R\$ 120.689 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Houve julgamento recente nesse processo (11453.720.001/2011-23), no qual a 2ª Turma da 1ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF deu provimento, por maioria, ao Recurso Administrativo da Copel para julgar improcedente o lançamento dos juros e da multa referente ao débito de Cofins do período de 1995/1996, objeto do processo 10980.004398/2010-09. Foi interposto recurso especial da Fazenda Nacional para a Câmara Superior de Recursos Fiscais, o qual está pendente de análise quanto a sua admissibilidade.

Processo nº 10980.720458/2011-15 - Receita Federal do Brasil de Curitiba.

Trata-se de processo administrativo fiscal (auto de Infração), pelo qual a Receita Federal pretende cobrar a Cofins do período de outubro de 1998 a junho de 2001, como decorrência do trânsito em julgado da sentença que julgou procedente a Ação Rescisória n. nº 2000.04.01.100266-9 ajuizada pela União Federal, desconstituindo a sentença proferida no Mandado de Segurança nº 95.0011037-7, que havia reconhecido a imunidade da Companhia quanto ao recolhimento da Cofins.

Entende a Receita Federal que o julgamento da Ação Rescisória teria suspenso o prazo decadencial para constituir o referido crédito tributário.

Com base no entendimento da Receita Federal, somado à ausência de precedentes jurisprudenciais sobre o assunto e a complexidade e a peculiaridade tanto dos fatos quanto da questão jurídica envolvidos no processo em questão, a Diretoria Jurídica considera como perda provável o valor do principal, de R\$ 194.317.

Contudo, a Companhia sustenta, em sua defesa, que a União Federal decaiu de seu direito de constituir o referido crédito tributário, tendo em vista a ausência da constituição tempestiva do crédito tributário, para prevenir a decadência.

Os juros e a multa concernentes ao referido débito tributário, totalizam em 30.09.2013 o montante de R\$ 593.034 classificado pela Administração da Companhia com base na opinião de seus assessores jurídicos como de risco de perda possível, visto que se tratam de linhas de defesa independentes entre o principal e os encargos e que há fortes argumentos para a defesa dos valores referentes a juros e multas.

Em 27.11.2012, a 2ª Câmara da Terceira Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF, por maioria, deu provimento ao recurso administrativo da Copel para reconhecer a decadência do lançamento da Cofins. Desta decisão foi interposto Recurso de Embargos de Declaração pela Fazenda Nacional o qual foi rejeitado por unanimidade. Foi interposto recurso especial pela Fazenda Nacional, o qual aguarda análise da sua admissibilidade.

28.1.2 Cíveis

a) Fornecedores

Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A.

A Copel Distribuição discute judicialmente a validade de cláusulas e condições do contrato de compra e venda de energia firmado com as empresas Rio Pedrinho Energética S.A. e Consórcio Salto Natal Energética S.A., ao entendimento de que estabelecem benefícios às empresas vendedoras. Concomitantemente, as vendedoras, após rescindirem o contrato, levaram o conflito para decisão da Câmara de Arbitragem da Fundação Getúlio Vargas, que condenou a Copel Distribuição a pagar a multa contratual, ao entendimento de que esta dera causa à rescisão. A Copel Distribuição pleiteia judicialmente a anulação dessa decisão no âmbito do Superior Tribunal de Justiça em recurso especial.

Considerando que ambos os fornecedores já levantaram os valores penhorados (R\$ 35.913 em 17.06.2010, R\$ 22.823 em 1º.10.2009 e R\$ 11.833 em 03.02.2010), permanece a classificação da ação, pela Diretoria Jurídica, como perda provável, ressaltando que foram apresentadas pelas mesmas cartas de fiança bancária como garantia a referidos levantamentos. Além da discussão judicial em questão, houve, no final de 2011, a execução de saldo remanescente, no valor de R\$ 27.438, com consequente bloqueio em conta, pretensão impugnada pela Copel Distribuição, razão pela qual a Administração decidiu por constituir provisão financeira para referidos litígios, no valor originário das dívidas que, corrigidas até 30.09.2013, apontam para a importância de R\$ 89.025. Deste valor, R\$ 23.125 estão contabilizados na conta Fornecedores.

Conforme decisão judicial proferida pelo juízo da 3ª Vara da Fazenda Pública, foi determinado o pagamento do valor de R\$ 22.162 a título de saldo remanescente, com a consequente liberação a favor das exequentes os valores de R\$ 12.790 e R\$ 9.372, em 12.04.2012, mediante caução de fiança bancária. Esta decisão ainda está *sub judice*, vez que é objeto de recurso pela Copel e pelo Consórcio Salto Natal.

b) Cíveis e direito administrativo

Tradener Ltda.

Copel e Tradener Ltda. demandam em diversas ações sobre contrato de comercialização de energia, no qual a Tradener se comprometeu a “comercializar”, nas melhores condições para a Copel, todo o excedente de compra e todo o excedente de energia assegurada, com os efetivos preços, quantidades e condições a serem estipulados em contratos de compra e venda de energia elétrica. São elas: Ação Popular (autos nº 37879/0000 da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba); Ação Popular (autos nº 720/2001 da 01ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba); Ação Civil Pública (autos nº 421/2003 da 02ª Vara da Fazenda Pública de Curitiba); Ação Declaratória Anulatória (autos nº 1583/2005 da 01ª Vara da Fazenda de Curitiba); e Ação Declaratória Anulatória (autos nº 0000659-69.2006.8.16.0004 da 02ª Vara da Fazenda de Curitiba).

Nas ações acima não se discutiam valores, apenas a validade ou não do contrato de comercialização firmado entre a Tradener e a Copel e dos contratos de venda de energia em que a Tradener figurou como intermediadora. A possibilidade de anulação dos contratos é remota, tendo em vista decisões já proferidas em alguns dos processos acima.

Em face de uma liminar proferida nos autos nº 421/2003 da Ação Civil Pública, a execução do contrato estava suspensa, no entanto, houve a revogação da liminar.

Assim, a Tradener ajuizou as seguintes ações de cobrança, visando o recebimento de suas comissões:

- autos nº 0005990-22.2012.8.16.0004 – 01ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com a empresa Centrais Elétricas de Santa Catarina - Celesc. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 41.417, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 19.125 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e desta forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

- autos nº 05550-26.2012.8.16.0004 – 04ª Vara da Fazenda de Curitiba – a ação foi proposta para cobrar as comissões devidas pela Copel à Tradener em razão da intermediação por esta dos contratos de venda de energia celebrados pela Copel com as empresas Carbocloro S.A. Indústrias Químicas, Companhia Luz e Força Santa Cruz, Elektro Eletricidade e Serviços S.A., Opp Polietilenos S.A. e Enron Comercializadora de Energia Ltda. Nesta ação, após a conferência financeira e comercial dos valores, foi considerado como provável apenas o valor principal de R\$ 20.825, pois a incidência da correção monetária no valor de R\$ 15.850 está sendo discutida, tendo em vista que a execução do contrato estava suspensa por liminar e dessa forma não incidiria a referida correção, sendo esta classificada como possível.

c) Desapropriações e patrimoniais

Ivaí Engenharia de Obras S.A.

Em ação declaratória processada em Curitiba, foi reconhecido o direito da empresa Ivaí de reclamar créditos que teria junto à Copel Geração e Transmissão em consequência da execução do contrato D-01, cujo objeto era execução de obras de derivação do rio Jordão, consistido em quantia compensatória de suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira do mesmo. Com base nesta decisão, a Ivaí propôs ação de cobrança, também em Curitiba, cuja decisão, contestada pela Copel, determinou o pagamento do valor de R\$ 180.917, valor histórico relativo a 31.10.2005, que deverá ser corrigido pela média do INPC e do IGP-DI, acrescido de juros moratórios de 1% ao mês desde aludida data, além de honorários advocatícios na ordem de 3,2% de referida importância.

A tese recursal da Copel, atualmente sob análise do STJ, aborda a ausência de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, bem como a nulidade do cálculo realizado pelo perito judicial que utilizou parâmetros equivocados para obter o valor da condenação, pois aplicou juros em duplicidade (selic mais juros). Embora o Tribunal de Justiça tenha afastado a duplicidade na incidência de juros a partir da elaboração do laudo pericial, não analisou as razões recursais que demonstraram que o cálculo contido no laudo pericial já estava viciado.

No mês de junho de 2013, o julgamento do Recurso Especial nº 1.096.906 foi concluído, com votos desfavoráveis do Ministro Relator Castro Meira, acompanhado pelos Ministros Humberto Martins e Mauro Campbell Marques, sendo que o Ministro Herman Benjamin, vencido, posicionou-se em favor do provimento do recurso da Copel.

O acórdão foi publicado em 27.09.2013. A Copel opôs embargos de declaração, salientando que o voto-vencido, da lavra do Ministro Herman Benjamin, deve prevalecer, além de apontar que a questão da cumulação da taxa selic não foi enfrentada e debatida pela Turma, estando o recurso pendente de julgamento, sob a relatoria do Ministro Og Fernandes.

Até a conclusão do julgamento do recurso especial, e diante do voto desfavorável e da análise dos precedentes das decisões anteriormente proferidas pelos demais Ministros que participaram do julgamento, a Administração da Companhia havia procedido a uma minuciosa revisão do processo ao final de 2011 e decidiu por remensurar o montante a ser provisionado, de R\$ 125.000, que representava o valor original do débito em discussão, atualizado com juros legais e correção monetária em índices admitidos pela Companhia, para R\$ 302.433, uma vez ponderada a forma de atualização da dívida que ainda está sendo discutida, afastando apenas a incidência da selic e mantendo os juros nos cálculos periciais e a partir daí, com atualização até os dias atuais com base nos parâmetros fixados no acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná - TJPR (juros mais correção monetária). Assim, o montante ora provisionado reflete a expectativa da Companhia em eventual desfecho desfavorável da ação.

Ressalta-se também que a cumulação de juros, no caso, selic mais juros de mora, é situação rechaçada pelo Poder Judiciário, inclusive pelo próprio STJ em diversos precedentes, razão pela qual considera-se como risco possível, para o caso em comento, a diferença entre o valor considerado como provável e o eventual valor total da condenação, na data base de 30.09.2013, ou seja, R\$ 250.919. Neste caso, a Companhia reputa que a chance de êxito é superior a 50%, haja vista a jurisprudência do STJ a respeito da matéria, e o fato de que o TJPR e o STJ não enfrentaram a questão nem rejeitaram expressamente o pedido da Copel de não-cumulação, o que garante a perspectiva de que, quando analisada a fundo, predominará o entendimento pacificado daquela Corte Superior.

Com a publicação do acórdão do recurso especial, confirmou-se que a tese recursal acerca da cumulação indevida não foi enfrentada a contento pelo Colegiado, na medida em que apenas se fez referência à ilegalidade da cumulação a partir da elaboração do laudo pericial, de modo que a Companhia vislumbra, quando julgados os embargos de declaração, seja a questão direta e profundamente apreciada e corrigida, com a exclusão da cumulação no laudo pericial.

Há que se considerar, ainda, que houve julgamento desfavorável no Agravo Regimental no Recurso Especial na Ação Rescisória, de relatoria do Ministro Arnaldo Esteves Lima, autuado sob nº 1.121.458, em que busca a Copel a desconstituição do débito, por ausência do direito de reclamar a diferença em decorrência da existência de transações administrativas, acórdão contra o qual a Companhia já opôs três embargos de declaração em sua defesa, de acordo com a legislação processual, e interpôs, em 09.10.2013, recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal.

No que concerne à discussão em questão, em Medida Cautelar de relatoria do Ministro Castro Meira, autuada no STJ sob nº 15.372 - PR, foi concedida liminar em favor da Copel para atribuir efeito suspensivo à execução provisória promovida pela Ivaí. Após o julgamento do Recurso Especial, a Ivaí requereu a revogação da medida, o que foi questionado pela Copel, para que se mantivesse a suspensão até julgamento final dos recursos subsequentes. O STJ decidiu pela perda do objeto em decisão publicada em 08.08.2013, motivo pelo qual a Copel opôs agravo regimental, improvido em acórdão publicado em 04.10.2013, estando pendente de julgamento recurso de embargos de declaração da Copel.

28.1.3 Regulatórias

A Companhia está discutindo nas esferas administrativa e judicial notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias, dentre eles o valor de R\$ 38.313, referente às ações judiciais envolvendo a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE e Dona Francisca Energética S.A., contra o Despacho Aneel nº 288/02. O provável êxito nas ações citadas resultará em modificações na contabilização da CCEE, o que torna necessária a constituição de provisão destes valores, visto que a Copel será acionada a quitar os montantes de sua responsabilidade.

28.2 Ações consideradas como de perda possível

Consolidado	30.09.2013	31.12.2012
Fiscais (28.2.1)	1.382.434	1.227.536
Trabalhistas	330.973	257.382
Benefícios a empregados	141.214	41.390
Cíveis (28.2.2)	974.012	810.764
Regulatórias	51.273	19.200
	2.879.906	2.356.272

Detalhamento das principais ações

28.2.1 Fiscais

- Processo administrativo nº 11453.720001/2011-23, decorrente ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, refere-se a juros e multa da Cofins do período de 95/96, sendo que, em virtude dos fortes argumentos para a defesa destes encargos, sua classificação está como possível. O principal deste débito, porém, está classificado como provável e é objeto de discussão na execução fiscal nº 5015930-53.2010.404.7000 ajuizada pela União, em trâmite na 2ª Vara Federal, embargada pela Copel (autos de Embargos à

Execução nº 5022933-59.2012.404.7000). Processo administrativo nº 10980720458/2011-15, também advindo da ação rescisória nº 2000.04.01.100266.9 do Cofins, no total de R\$ 713.722, em 30.09.2013. Informações adicionais sobre esta ação estão descritas no item 28.1.1, deste relatório;

- Exigências fiscais, conforme Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35.273.870-7, no valor aproximado de R\$ 181.014 em 30.09.2013, de autoria do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, contra a Copel, referente à execução fiscal de contribuição previdenciária; e
- Exigências fiscais, conforme NFLD nº 35.273.876-6, no valor de R\$ 73.579 em 30.09.2013, de autoria do INSS, contra a Copel referente à execução fiscal, com o objetivo de obter contribuição previdenciária incidente sobre a cessão de mão-de-obra.

28.2.2 Cíveis

- Causa cível referente à ação de indenização nº 166-53.2011.8.16.0122, de autoria da Mineradora Tibagiana Ltda., tendo como réu o Consórcio Energético Cruzeiro do Sul. Compete a Copel Geração e Transmissão o percentual de 51% do total do risco da ação, que equivale a R\$ 250.836, atualizado em 30.09.2013. A requerente alega ser detentora de decreto de Lavra expedido pelo Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM, e afirma que, com a concessão de Lavra obtida, tornou-se legítima detentora da posse e domínio de área na região do entorno do Rio Tibagi. A indenização pleiteada refere-se a supostos prejuízos nas atividades da mineradora em função das obras de construção da usina. Atualmente o processo aguarda despacho saneador.
- Ação proposta pela empresa Ivaí Engenharia de Obras S.A., que consiste no pleito de compensação por suposto desequilíbrio da equação econômico-financeira de contrato firmado com a Copel. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível para esta ação, o montante de R\$ 250.919, em 30.09.2013. Informações adicionais estão descritas no item 28.1.2-c, deste relatório.
- Ação proposta contra a Copel, a respeito de contrato de franquia, e pretende o reconhecimento de subconcessão, com a transferência dos serviços e o repasse integral dos valores das tarifas, dentre outras verbas, a sentença proferida pelo juízo da 4ª Vara Federal de Curitiba, no auto nº 5017789-75.2010.404.7000, atendeu parcialmente o pleito, declarou a nulidade do contrato de franquia e a realização de transferência de concessão de serviço público da Copel para o autor entre julho de 2001 a setembro de 2005, nos Municípios e localidades de Faxinal, Mauá da Serra, Rosário do Ivaí, Rio Branco do Ivaí, Grandes Rios, Cruzmaltina, Nova Amoreira e São José (Município de Marilândia do Sul), com a consequente condenação da Copel ao pagamento das tarifas durante o período, com juros e correção monetária, bem como a devolução dos valores cobrados indevidamente a título de taxa de franquia, além das importâncias depositadas a título de fundo de propaganda, com juros e correção monetária. A Copel recorreu da sentença ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF4, cujo julgamento da apelação, em 25.07.2012, foi integralmente favorável à Companhia. O autor interpôs recurso especial e extraordinário, em processamento ainda no

TRF4. A Administração da Companhia classificou como risco de perda possível o montante de R\$ 161.901, em 30.09.2013. O autor também promoveu uma Reclamação no STF sob nº 13.592, à qual foi negado seguimento pelo Ministro Marco Aurélio de Mello em agosto de 2012. O reclamante interpôs agravo regimental, em processamento no STF. O reclamante interpôs agravo regimental, improvido. O reclamante opôs embargos declaratórios, em processamento no STF.

29 Patrimônio Líquido

29.1 Atribuível aos acionistas da empresa controladora

29.1.1 Capital social

O capital social integralizado, em 30.09.2013 (e em 31.12.2012), monta a R\$ 6.910.000. Sua composição por ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Número de ações em unidades							
	Ordinárias		Preferenciais "A"		Preferenciais "B"		Total	
	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%	nº ações	%
Estado do Paraná	85.028.598	58,63	-	-	13.639	0,01	85.042.237	31,08
BNDESPAR	38.298.775	26,41	-	-	27.282.006	21,27	65.580.781	23,96
Eletrobrás	1.530.774	1,06	-	-	-	-	1.530.774	0,56
Custódias em bolsa:								
BM&FBOVESPA ⁽¹⁾	19.782.023	13,64	129.437	33,91	65.822.247	51,33	85.733.707	31,33
NYSE ⁽²⁾	95.121	0,07	-	-	35.023.506	27,31	35.118.627	12,83
Latibex ⁽³⁾	-	-	-	-	58.884	0,05	58.884	0,02
Prefeituras	178.393	0,12	9.326	2,44	3.471	-	191.190	0,07
Outros	117.396	0,07	242.939	63,65	38.840	0,03	399.175	0,15
	145.031.080	100,00	381.702	100,00	128.242.593	100,00	273.655.375	100,00

⁽¹⁾ Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros

⁽²⁾ Bolsa de Valores de Nova Iorque

⁽³⁾ Mercado de Valores Latino Americano em Euros, vinculado à Bolsa de Valores de Madri

O valor de mercado das ações da Companhia em 30.09.2013 está demonstrado a seguir:

	Número de ações em unidades	Valor de mercado
Ações ordinárias	145.031.080	3.277.551
Ações preferenciais classe "A"	381.702	11.451
Ações preferenciais classe "B"	128.242.593	4.022.036
	273.655.375	7.311.038

Nas Assembleias Gerais, cada ação ordinária tem direito a um voto. As ações preferenciais não têm direito a voto e são de classes "A" e "B".

As ações preferenciais classe "A" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos de 10% a.a., não cumulativos, calculados com base no capital próprio a esta espécie e classe de ações.

As ações preferenciais classe "B" têm prioridade no reembolso do capital e direito ao recebimento de dividendos, correspondentes à parcela do valor equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, de acordo com a legislação societária e o estatuto da Companhia, calculados com base no capital

próprio a esta espécie e classe de ações. Os dividendos assegurados à classe “B” são prioritários apenas em relação às ações ordinárias e somente são pagos à conta dos lucros remanescentes, depois de pagos os dividendos prioritários das ações preferenciais classe “A”.

De acordo com o artigo 17 e seus parágrafos, da Lei Federal nº 6.404/76, os dividendos atribuídos às ações preferenciais são, no mínimo, 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

29.1.2 Ajustes de avaliação patrimonial

A Companhia e suas controladas reconheceram, por equivalência patrimonial, o ajuste do valor justo do ativo imobilizado - custo atribuído da Copel Geração e Transmissão, na data da adoção inicial das IFRS. A contrapartida desse ajuste, líquido do imposto de renda e contribuição social diferidos, foi reconhecida na conta Ajustes de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido. A realização de tais ajustes é contabilizada na conta de Lucros acumulados, na medida em que ocorra a realização dos itens avaliados, seja pela depreciação ou eventual baixa.

A movimentação dessa conta inclui os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, os quais correspondem aos outros resultados abrangentes da Companhia.

Mutação de ajustes de avaliação patrimonial

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2013 - Reapresentado	1.214.394	1.214.394
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (*)	(5.795)	(8.779)
Tributos sobre os ajustes	-	2.984
Investimentos em participações societárias	7.984	7.984
Tributos sobre os ajustes	(2.715)	(2.715)
Ajustes referentes a passivos atuariais		
Benefícios pós-emprego (*)	(102.507)	(155.313)
Tributos sobre os ajustes	-	52.806
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (*)	(77.437)	(117.330)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	39.893
Em 30.09.2013	1.033.924	1.033.924

	Controladora	Consolidado
Em 1º.01.2012 - Reapresentado	1.466.046	1.466.046
Ajustes referentes a ativos financeiros disponíveis para venda:		
Aplicações financeiras (*)	1.267	1.918
Tributos sobre os ajustes	-	(651)
Contas a receber vinculadas à concessão (*)	(8.657)	(13.116)
Tributos sobre os ajustes	-	4.459
Investimentos em participações societárias	148	148
Tributos sobre os ajustes	(51)	(51)
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial:		
Custo atribuído do imobilizado (*)	(77.081)	(116.788)
Tributos sobre a realização dos ajustes	-	39.707
Em 30.09.2012 - Reapresentado	1.381.672	1.381.672

(*) Equivalência patrimonial na controladora, líquida de tributos

29.1.3 Lucro por ação - básico e diluído

Controladora	30.09.2013	30.09.2012
Numerador básico e diluído		
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas controladores:		
Ações ordinárias	454.807	408.169
Ações preferenciais classe "A"	1.317	1.188
Ações preferenciais classe "B"	442.374	397.006
	898.498	806.363
Denominador básico e diluído		
Média ponderada das ações (em milhares):		
Ações ordinárias	145.031.080	145.031.080
Ações preferenciais classe "A"	381.742	383.736
Ações preferenciais classe "B"	128.242.553	128.240.559
	273.655.375	273.655.375
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas da empresa controladora:		
Ações ordinárias	3,1359	2,8144
Ações preferenciais classe "A"	3,4500	3,0959
Ações preferenciais classe "B"	3,4495	3,0958

A quantidade média ponderada de ações ordinárias, usadas no cálculo do lucro básico por ação, concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro por ação diluído, já que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo.

29.2 Mutação do patrimônio líquido atribuível aos acionistas não controladores

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2013	108.930	22.459	133.117	264.506
Dividendos intermediários	-	(1.128)	-	(1.128)
Resultado do período	7.880	8.558	8.286	24.724
Em 30.09.2013	116.810	29.889	141.403	288.102

Participação no capital social	Compagás: 49%	Elejor: 30%	UEG Araucária: 20%	Consolidado
Em 1º.01.2012	101.175	14.215	127.444	242.834
Dividendos intermediários	-	(1.192)	-	(1.192)
Resultado do período	7.365	6.780	3.501	17.646
Em 30.09.2012	108.540	19.803	130.945	259.288

30 Receita Operacional Líquida

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 30.09.2013
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	3.736.398	(326.991)	(942.498)	(29.132)	-	2.437.777
Suprimento de energia elétrica (30.2)	1.671.490	(141.324)	-	(52.473)	-	1.477.693
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	2.442.909	(229.643)	(623.125)	(99.692)	-	1.490.449
Receita de construção	711.348	-	-	-	-	711.348
Telecomunicações	134.845	(7.058)	(24.937)	-	(295)	102.555
Distribuição de gás canalizado	353.817	(32.528)	(42.300)	-	-	278.989
Outras receitas operacionais (30.4)	283.233	(44.533)	-	-	(1.339)	237.361
	9.334.040	(782.077)	(1.632.860)	(181.297)	(1.634)	6.736.172

Consolidado	Receita bruta	PIS/Pasep e Cofins	ICMS	Encargos do consumidor (30.5)	ISSQN	Receita líquida 30.09.2012
						Reapresentado
Fornecimento de energia elétrica (30.1)	3.029.438	(280.489)	(850.673)	(74.338)	-	1.823.938
Suprimento de energia elétrica (30.2)	1.410.405	(132.089)	(195)	(47.612)	-	1.230.509
Disponibilidade da rede elétrica (30.3)	3.961.362	(356.251)	(920.898)	(483.198)	-	2.201.015
Receita de construção	367.898	-	-	-	-	367.898
Telecomunicações	120.469	(6.320)	(21.351)	-	(281)	92.517
Distribuição de gás canalizado	304.480	(27.993)	(36.865)	-	-	239.622
Outras receitas operacionais (30.4)	154.664	(16.542)	(3)	-	(967)	137.152
	9.348.716	(819.684)	(1.829.985)	(605.148)	(1.248)	6.092.651

30.1 Fornecimento de energia por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Residencial	1.173.049	955.767	782.502	575.440
Industrial	1.438.706	1.052.329	926.022	633.577
Comercial, serviços e outras atividades	742.500	676.899	453.176	407.542
Rural	141.048	127.840	119.865	76.969
Poder público	84.836	81.451	59.992	49.039
Iluminação pública	70.724	68.158	43.708	41.036
Serviço público	85.535	66.994	52.512	40.335
	3.736.398	3.029.438	2.437.777	1.823.938

30.2 Suprimento de energia elétrica

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2013	30.09.2012
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado - CCEAR (leilão)	568.269	975.438
Contratos bilaterais	626.397	203.798
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	475.973	231.169
Venda de energia elétrica no curto prazo	851	-
	1.671.490	1.410.405

30.3 Disponibilidade da rede elétrica por classe de consumidor

Consolidado	Receita bruta		Receita líquida	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
		Reapresentado		Reapresentado
Residencial	915.704	1.245.004	530.840	691.903
Industrial	467.141	963.459	259.831	535.435
Comercial, serviços e outras atividades	557.026	840.594	324.941	467.155
Rural	124.103	174.001	100.885	96.700
Poder público	72.173	106.867	48.319	59.391
Iluminação pública	65.136	82.126	37.792	45.641
Serviço público	43.894	80.724	25.275	44.862
Consumidores livres	105.763	153.748	91.651	85.444
Rede básica, de fronteira e de conexão	854	1.876	740	1.043
Receita de operação e manutenção - O&M	67.548	38.298	50.300	21.284
Receita de juros efetivos	23.567	274.665	19.875	152.157
	2.442.909	3.961.362	1.490.449	2.201.015

30.4 Outras receitas operacionais

Consolidado	Receita bruta	
	30.09.2013	30.09.2012
Arrendamentos e aluguéis (30.4.1)	147.668	111.009
Renda da prestação de serviços	50.096	35.702
Serviço taxado	7.177	5.993
Outras receitas	78.292	1.960
	283.233	154.664

30.4.1 Receita de arrendamentos e aluguéis

Consolidado	30.09.2013	30.09.2012
Usina termelétrica de Araucária	88.962	60.541
Equipamentos e estruturas	57.812	49.266
Imóveis	456	631
Compartilhamento de instalações	438	571
	147.668	111.009

Os arrendamentos operacionais referem-se a receitas de aluguéis de bens de propriedade da Companhia. O arrendatário não tem a opção de compra do bem após o término do prazo do arrendamento.

Não identificamos recebíveis de arrendamento operacionais não canceláveis.

30.5 Encargos do consumidor

Consolidado	30.09.2013	30.09.2012
Conta de desenvolvimento energético - CDE	60.276	211.585
Quota para reserva global de reversão - RGR	44.705	89.021
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	58.508	54.938
Conta de consumo de combustível - CCC	17.808	238.133
Outros encargos	-	11.471
	181.297	605.148

31 Custos e Despesas Operacionais

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Consolidado 30.09.2013
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(2.349.726)	-	-	-	(2.349.726)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(281.864)	-	-	-	(281.864)
Pessoal e administradores (31.3)	(547.768)	(6.909)	(156.753)	-	(711.430)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(102.667)	(809)	(29.665)	-	(133.141)
Material	(45.649)	(631)	(5.080)	-	(51.360)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.328)	-	-	-	(20.328)
Gás natural e insumos para operação de gás	(223.002)	-	-	-	(223.002)
Serviços de terceiros (31.4)	(232.719)	(29.843)	(44.432)	-	(306.994)
Depreciação e amortização	(401.556)	(37)	(38.453)	(566)	(440.612)
Provisões e reversões (31.5)	-	(33.423)	-	(115.301)	(148.724)
Custo de construção (31.6)	(717.280)	-	-	-	(717.280)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(20.254)	4.438	(83.360)	(183.114)	(282.290)
	(4.942.813)	(67.214)	(357.743)	(298.981)	(5.666.751)

Natureza dos custos e despesas	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Consolidado Reapresentado 30.09.2012
Energia elétrica comprada para revenda (31.1)	(1.970.725)	-	-	-	(1.970.725)
Encargos de uso da rede elétrica (31.2)	(559.174)	-	-	-	(559.174)
Pessoal e administradores (31.3)	(606.951)	(6.515)	(174.140)	-	(787.606)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(94.193)	(672)	(26.727)	-	(121.592)
Material	(44.794)	(308)	(7.382)	-	(52.484)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(18.563)	-	-	-	(18.563)
Gás natural e insumos para operação de gás	(183.088)	-	-	-	(183.088)
Serviços de terceiros (31.4)	(222.909)	(28.258)	(51.886)	-	(303.053)
Depreciação e amortização	(384.079)	(31)	(26.511)	(568)	(411.189)
Provisões e reversões (31.5)	-	182	-	(113.976)	(113.794)
Custo de construção (31.6)	(363.133)	-	-	-	(363.133)
Outros custos e despesas operacionais (31.7)	(4.248)	4.136	(62.819)	(114.101)	(177.032)
	(4.451.857)	(31.466)	(349.465)	(228.645)	(5.061.433)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora 30.09.2013
Administradores (31.3)	(7.614)	-	(7.614)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(570)	-	(570)
Material	(2)	-	(2)
Serviços de terceiros	(3.284)	-	(3.284)
Depreciação e amortização	-	(566)	(566)
Provisões e reversões (31.5)	-	27.184	27.184
Outras receitas / despesas operacionais	(22.005)	1.188	(20.817)
	(33.475)	27.806	(5.669)

Natureza dos custos e despesas	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas), líquidas	Controladora 30.09.2012
Administradores (31.3)	(6.859)	-	(6.859)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 23)	(403)	-	(403)
Material	(32)	-	(32)
Serviços de terceiros	(2.417)	-	(2.417)
Depreciação e amortização	-	(566)	(566)
Provisões e reversões (31.5)	-	(13.211)	(13.211)
Outras receitas / despesas operacionais	(7.608)	467	(7.141)
	(17.319)	(13.310)	(30.629)

31.1 Energia elétrica comprada para revenda

Consolidado	30.09.2013	30.09.2012
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	1.659.044	1.385.552
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	460.365	166.164
(-) Repasse CDE - CCEE - Decreto nº 7.945/2013	(264.202)	-
Itaipu Binacional	450.096	364.616
Contratos bilaterais	160.971	150.092
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	125.055	107.512
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(241.603)	(203.211)
	2.349.726	1.970.725

31.2 Encargos de uso da rede elétrica

Consolidado	30.09.2013	30.09.2012
Encargos dos serviços do sistema - ESS	286.155	26.868
(-) Repasse CDE - ESS - Decreto nº 7.945/2013	(319.624)	-
Encargos de uso do sistema - distribuição	159.190	405.854
Encargos de uso do sistema - rede básica e conexão	132.403	109.849
Encargos de transporte de Itaipu	38.365	33.491
Encargo de Energia de Reserva - EER	16.672	40.226
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(31.297)	(57.114)
	281.864	559.174

31.3 Pessoal e administradores

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Pessoal				
Remunerações	-	-	454.164	482.297
Encargos sociais	-	-	158.042	179.717
Participação nos lucros e/ou resultados	-	-	28.751	40.227
Auxílio alimentação e educação	-	-	60.838	54.856
Provisão (reversão) para indenização por demissões voluntárias e aposentadorias	-	-	(1.665)	20.525
	-	-	700.130	777.622
Administradores				
Honorários	5.794	5.405	8.757	7.956
Encargos sociais	1.750	1.404	2.443	1.966
Outros gastos	70	50	100	62
	7.614	6.859	11.300	9.984
	7.614	6.859	711.430	787.606

31.4 Serviços de terceiros

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Manutenção do sistema elétrico	77.700	81.580
Manutenção de instalações	56.376	55.014
Comunicação, processamento e transmissão de dados	37.970	33.130
Leitura e entrega de faturas	27.351	26.545
Agentes autorizados e credenciados	24.893	23.795
Consultoria e auditoria	13.500	18.981
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre serviços de terceiros	(4.264)	(598)
Outros serviços	73.468	64.606
	306.994	303.053

31.5 Provisões e reversões

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
PCLD (Clientes e Outros créditos)	-	-	33.423	(183)
Reversão para perdas de créditos tributários	-	-	(624)	(3.882)
Provisão (reversão) para litígios (NE nº 28)				
Fiscais	(7.853)	4.944	(9.227)	19.140
Trabalhistas	-	-	36.894	32.561
Benefícios a empregados	-	-	57.177	29.201
Cíveis	(19.331)	8.267	35.826	36.815
Ambientais	-	-	10	82
Regulatórias	-	-	(4.755)	60
	(27.184)	13.211	115.925	117.859
	(27.184)	13.211	148.724	113.794

31.6 Custo de construção

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Material	331.961	173.996
Serviços de terceiros	230.132	115.072
Pessoal	76.152	53.387
Outros	79.035	20.678
	717.280	363.133

31.7 Outros custos e despesas operacionais

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	94.785	77.329
Perdas na desativação e alienação de bens	53.328	1.988
Outros custos de manutenção	23.488	8.145
Indenizações	24.493	23.566
Arrendamentos e aluguéis (31.7.1)	23.452	20.463
Tributos	20.393	22.583
Propaganda e publicidade	21.421	5.812
Taxa de fiscalização da Aneel	16.017	16.281
Incentivo esporte, Lei Rouanet e fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	5.341	7.528
Recuperação de custos e despesas	(36.668)	(34.951)
Outros custos e despesas, líquidos	36.240	28.288
	282.290	177.032

31.7.1 Custos e despesas de arrendamentos e aluguéis

Consolidado	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Imóveis	18.793	16.356
Fotocopiadora	695	926
Outros	5.360	4.291
(-) Créditos de PIS e Cofins	(1.396)	(1.110)
	23.452	20.463

A estimativa de gastos para os próximos exercícios é basicamente a mesma de 2012, acrescida dos índices de correção contratualmente assumidos, não existindo riscos com relação à rescisão contratual.

Não identificamos compromissos de arrendamento operacional não canceláveis.

32 Resultado Financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	Reapresentado 30.09.2012
Receitas financeiras				
Renda e variação monetária sobre repasse CRC (NE nº 8)	-	-	116.274	159.671
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	-	-	80.970	96.939
Variação monetária e encargos sobre contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	67.229	-
Renda de aplicações financeiras mantidas para negociação	1.179	1.444	83.706	69.211
Variação monetária sobre contas a receber vinculadas à concessão	-	-	72.068	157.346
Renda de aplicações financeiras disponíveis para venda	9	10	31.919	10.436
Renda de aplicações financeiras mantidas até o vencimento	-	-	719	886
Juros e comissões sobre contratos de mútuo	69.522	76.990	-	-
Outras receitas financeiras	6.619	7.904	23.785	29.124
	77.329	86.348	476.670	523.613
(-) Despesas financeiras				
Encargos de dívidas	61.339	66.784	163.344	95.706
Variação monetária e reversão de juros sobre contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	-	-	49.119	61.670
Atualização do valor justo do contas a receber vinculadas à concessão	-	-	-	245.991
Variações monetárias e cambiais	7	9	10.964	11.418
Juros sobre P&D e PEE	-	-	10.665	11.687
PIS/Pasep e Cofins sobre juros sobre capital próprio	952	802	952	802
Outras despesas financeiras	46	1.423	8.405	9.726
	62.344	69.018	243.449	437.000
	14.985	17.330	233.221	86.613

Os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados durante o ano de 2013 totalizaram R\$ 38.115, à taxa média de 7,13% a.a.

33 Segmentos Operacionais

33.1 Produtos e serviços dos quais os segmentos reportáveis têm suas receitas geradas

A Companhia atua em cinco segmentos reportáveis identificados pela Administração, por meio das diretorias de cada área de negócio, considerando os ambientes regulatórios, as unidades estratégicas de negócios e os diferentes produtos e serviços. Os segmentos são gerenciados separadamente, pois cada negócio e cada empresa exige diferentes tecnologias e estratégias.

No período findo em 30.09.2013, todas as vendas foram realizadas em território brasileiro.

Não identificamos nenhum cliente na Companhia que seja responsável individualmente por mais de 10% da receita líquida total no ano de 2013.

A Companhia avalia o desempenho de cada segmento, com base em informações derivadas dos registros contábeis.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das principais práticas contábeis e contabiliza operações intersegmentos como se estas fossem com terceiros, ou seja, pelos preços correntes de mercado.

33.2 Segmentos reportáveis da Companhia

Geração e transmissão de energia elétrica (GET) - tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulica, eólica e térmica, e prover os serviços de transporte e transformação da energia elétrica, sendo responsável pela construção, operação e manutenção de subestações, bem como pelas linhas destinadas à transmissão de energia. Atua por intermédio das empresas Copel Geração e Transmissão, Elejor, UEG Araucária, Nova Asa Branca I, Nova Asa Branca II, Nova Asa Branca III, Nova Eurus IV, Santa Maria, Santa Helena e Ventos de Santo Uriel;

Distribuição e comercialização de energia elétrica (DIS) - tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da Copel Distribuição;

Telecomunicações (TEL) - tem como atribuição a prestação de serviços de telecomunicações e de comunicações em geral. Atua por intermédio da Copel Telecomunicações;

Gás - tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás natural canalizado. Atua por intermédio da Compagás; e

Holding (HOL) - tem como atribuição a participação em outras empresas. Atua por intermédio da Copel.

33.3 Ativo por segmento reportável

ATIVO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2013							
ATIVO TOTAL	11.539.239	8.704.570	473.202	308.611	14.184.888	(13.044.395)	22.166.115
ATIVO CIRCULANTE	1.952.033	2.190.625	90.923	91.312	1.725.572	(1.415.789)	4.634.676
Caixa e equivalentes de caixa	676.461	602.862	32.643	35.714	184.136	-	1.531.816
Títulos e valores mobiliários	396.428	112.571	-	-	184	-	509.183
Cauções e depósitos vinculados	-	1.009	-	1.045	-	-	2.054
Clientes	282.271	1.038.544	35.492	45.312	-	(45.770)	1.355.849
Dividendos a receber	20	-	-	-	467.661	(459.507)	8.174
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	82.009	-	-	-	-	82.009
Contas a receber vinculadas à concessão	4.463	-	-	-	-	-	4.463
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	352.161	-	-	-	-	-	352.161
Outros créditos	184.235	158.612	2.725	1.626	85	(609)	346.674
Estoques	30.563	93.325	9.522	883	-	-	134.293
Imposto de renda e contribuição social	6.022	39.481	5.933	-	160.576	-	212.012
Outros tributos a recuperar	15.946	46.481	4.109	6.309	-	-	72.845
Despesas antecipadas	3.463	15.731	499	423	-	3.027	23.143
Partes relacionadas	-	-	-	-	912.930	(912.930)	-
ATIVO NÃO CIRCULANTE	9.587.206	6.513.945	382.279	217.299	12.459.316	(11.628.606)	17.531.439
Realizável a Longo Prazo	972.041	5.152.059	21.265	14.692	444.294	(65.251)	6.539.100
Títulos e valores mobiliários	53.535	53.408	-	-	-	-	106.943
Cauções e depósitos vinculados	-	44.309	-	-	-	-	44.309
Clientes	6.166	38.464	5	1.317	-	(1.317)	44.635
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	-	1.296.240	-	-	-	-	1.296.240
Depósitos judiciais	27.141	298.513	1.667	341	271.999	-	599.661
Contas a receber vinculadas à concessão	338.192	2.767.906	-	-	-	-	3.106.098
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	453.685	-	-	-	-	-	453.685
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	12.817	-	-	12.817
Outros créditos	4.252	9.312	-	1	-	-	13.565
Imposto de renda e contribuição social	8.495	-	-	-	-	-	8.495
Outros tributos a recuperar	52.598	61.571	5.000	-	-	-	119.169
Imposto de renda e contribuição social diferidos	27.775	582.336	14.593	-	108.361	-	733.065
Despesas antecipadas	202	-	-	216	-	-	418
Partes relacionadas	-	-	-	-	63.934	(63.934)	-
Investimentos	779.053	4.012	-	-	12.015.022	(11.861.852)	936.235
Imobilizado	7.586.492	-	344.944	-	-	-	7.931.436
Intangível	249.620	1.357.874	16.070	202.607	-	298.497	2.124.668

33.4 Passivo por segmento reportável

PASSIVO 30.09.2013	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
PASSIVO TOTAL	11.539.239	8.704.570	473.202	308.611	14.184.888	(13.044.395)	22.166.115
PASSIVO CIRCULANTE	1.398.177	2.475.880	50.240	64.527	626.089	(1.420.071)	3.194.842
Obrigações sociais e trabalhistas	91.405	205.061	22.229	5.230	249	-	324.174
Partes relacionadas	-	909.903	-	-	-	(909.903)	-
Fornecedores	286.757	652.534	9.447	53.958	2.186	(46.267)	958.615
Imposto de renda e contribuição social	321.650	-	1.716	1.716	-	-	325.082
Outras obrigações fiscais	57.850	170.952	3.395	1.765	420	(110)	234.272
Empréstimos e financiamentos	64.662	172.432	3.811	-	540.900	(4.284)	777.521
Debêntures	40.488	37.512	-	-	-	-	78.000
Dividendo mínimo obrigatório a pagar	392.525	59.000	7.982	1.208	82.225	(459.507)	83.433
Benefícios pós-emprego	6.754	18.316	926	-	-	-	25.996
Encargos do consumidor a recolher	36.153	11.074	-	-	-	-	47.227
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	17.229	127.826	-	-	-	-	145.055
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	49.246	-	-	-	-	-	49.246
Outras contas a pagar	33.458	111.270	734	650	109	-	146.221
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.397.131	2.725.514	62.791	5.698	730.424	(66.762)	5.854.796
Partes relacionadas	5.795	-	-	-	-	(5.795)	-
Fornecedores	59.086	-	-	-	-	(1.317)	57.769
Imposto de renda e contribuição social diferidos	456.454	-	-	2.183	-	-	458.637
Empréstimos e financiamentos	449.908	624.489	34.383	-	452.996	(59.650)	1.502.126
Debêntures	162.104	998.301	-	-	-	-	1.160.405
Benefícios pós-emprego	261.200	577.944	25.774	2.807	-	-	867.725
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	54.190	94.988	-	-	-	-	149.178
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	415.474	-	-	-	-	-	415.474
Provisões para litígios	532.688	429.792	2.634	708	277.428	-	1.243.250
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7.743.931	3.503.176	360.171	238.386	12.828.375	(11.557.562)	13.116.477
Atribuível aos acionistas controladores	7.743.931	3.503.176	360.171	238.386	12.828.375	(11.845.664)	12.828.375
Capital social	4.317.997	2.624.841	240.398	135.943	6.910.000	(7.319.179)	6.910.000
Ajustes de avaliação patrimonial	1.185.604	(139.752)	(2.327)	-	1.033.924	(1.043.525)	1.033.924
Reserva legal	249.586	135.294	6.706	17.295	571.221	(408.881)	571.221
Reserva de retenção de lucros	1.158.290	840.155	79.902	64.722	3.337.295	(2.147.414)	3.332.950
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	4.345	-	-	4.345
Lucros acumulados	832.454	42.638	35.492	16.081	975.935	(926.665)	975.935
Atribuível aos acionistas não controladores						288.102	288.102

33.5 Demonstração do resultado por segmento reportável

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	GET	DIS	TEL	GÁS	HOL	Eliminações	Consolidado
30.09.2013							
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	2.277.180	4.323.296	139.659	324.224	-	(328.187)	6.736.172
Fornecimento de energia elétrica para terceiros	342.107	2.095.670	-	-	-	-	2.437.777
Fornecimento de energia elétrica entre segmentos	-	1.659	-	-	-	(1.659)	-
Suprimento de energia elétrica para terceiros	1.403.513	74.180	-	-	-	-	1.477.693
Suprimento de energia elétrica para terceiros entre segmentos	232.125	-	-	-	-	(232.125)	-
Disponibilidade da rede elétrica para terceiros	70.175	1.420.274	-	-	-	-	1.490.449
Disponibilidade da rede elétrica entre segmentos	42.539	9.983	-	-	-	(52.522)	-
Receita de construção	58.663	620.399	-	32.286	-	-	711.348
Serviços de telecomunicações para terceiros	-	-	102.555	-	-	-	102.555
Serviços de telecomunicações entre segmentos	-	-	32.010	-	-	(32.010)	-
Distribuição de gás canalizado	-	-	-	278.989	-	-	278.989
Outras receitas operacionais para terceiros	123.027	100.133	1.252	12.949	-	-	237.361
Outras receitas operacionais entre segmentos	5.031	998	3.842	-	-	(9.871)	-
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(1.161.136)	(4.437.387)	(88.805)	(301.891)	(5.669)	328.137	(5.666.751)
Energia elétrica comprada para revenda	(102.252)	(2.479.599)	-	-	-	232.125	(2.349.726)
Encargos de uso da rede elétrica	(169.883)	(164.182)	-	-	-	52.201	(281.864)
Pessoal e administradores	(179.847)	(470.762)	(37.451)	(15.756)	(7.614)	-	(711.430)
Planos previdenciário e assistencial	(36.025)	(89.481)	(5.875)	(1.190)	(570)	-	(133.141)
Material	(10.959)	(37.837)	(1.048)	(1.514)	(2)	-	(51.360)
Matéria-prima e insumos para produção de energia elétrica	(20.328)	-	-	-	-	-	(20.328)
Gás natural e insumos para operação de gás	-	-	-	(223.002)	-	-	(223.002)
Serviços de terceiros	(97.085)	(225.458)	(13.426)	(12.023)	(3.284)	44.282	(306.994)
Depreciação e amortização	(255.534)	(151.459)	(21.256)	(11.797)	(566)	-	(440.612)
Provisões e reversões	(71.524)	(102.465)	(2.059)	140	27.184	-	(148.724)
Custo de construção	(64.595)	(620.399)	-	(32.286)	-	-	(717.280)
Outros custos e despesas operacionais	(153.104)	(95.745)	(7.690)	(4.463)	(20.817)	(471)	(282.290)
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	34.705	-	-	-	895.300	(872.973)	57.032
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E TRIBUTOS	1.150.749	(114.091)	50.854	22.333	889.631	(873.023)	1.126.453
Resultado financeiro	31.421	181.166	2.619	2.982	14.985	48	233.221
LUCRO OPERACIONAL	1.182.170	67.075	53.473	25.315	904.616	(872.975)	1.359.674
Imposto de renda e contribuição social	(493.840)	(45.335)	(17.891)	(9.990)	-	-	(567.056)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	115.158	20.898	(90)	756	(6.118)	-	130.604
LUCRO DO PERÍODO	803.488	42.638	35.492	16.081	898.498	(872.975)	923.222

34 Instrumentos Financeiros

34.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Consolidado	NE nº	30.09.2013		Reapresentado 31.12.2012	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação					
Caixa e bancos conta movimento (a)	4	62.666	62.666	94.484	94.484
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras (a)	4	1.469.150	1.469.150	1.364.733	1.364.733
Títulos e valores mobiliários (b)	5	234.411	234.411	183.014	183.014
Títulos e valores mobiliários - derivativos (i)	5	115	115	-	-
		1.766.342	1.766.342	1.642.231	1.642.231
Empréstimos e recebíveis					
Caução STN (c)	6	44.309	41.919	43.246	42.627
Cauções e depósitos vinculados (a)	6	2.054	2.054	36.808	36.808
Clientes (a)	7	1.400.484	1.400.484	1.515.344	1.515.344
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (d)	8	1.378.249	1.443.631	1.384.284	1.633.076
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	342.655	342.655	267.883	267.883
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	10	645.628	660.712	913.673	960.436
		3.813.379	3.891.455	4.161.238	4.456.174
Disponível para venda					
Contas a receber vinculadas à concessão (e)	9	2.767.906	2.767.906	2.383.262	2.383.262
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (g)	10	160.218	160.218	160.217	160.217
Títulos e valores mobiliários (b)	5	368.701	368.701	568.822	568.822
Outros investimentos (h)	16.5.1	26.111	26.111	18.127	18.127
		3.322.936	3.322.936	3.130.428	3.130.428
Mantidos até o vencimento					
Títulos e valores mobiliários (b)	5	12.899	12.899	12.180	12.180
		12.899	12.899	12.180	12.180
Total dos ativos financeiros		8.915.556	8.993.632	8.946.077	9.241.013
Passivos Financeiros					
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação					
Outras obrigações - derivativos (b)		-	-	40	40
		-	-	40	40
Outros passivos financeiros					
Fornecedores (a)	20	1.016.384	1.016.384	1.232.690	1.232.690
Empréstimos e financiamentos (c)	21	2.279.647	2.178.182	2.250.878	2.233.244
Debêntures (i)	22	1.238.405	1.238.405	1.010.677	1.010.677
Contas a pagar vinculadas à concessão - UBP (j)	26	464.720	566.757	447.557	554.408
		4.999.156	4.999.728	4.941.802	5.031.019
Total dos passivos financeiros		4.999.156	4.999.728	4.941.842	5.031.059

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado para instrumentos financeiros com mercado ativo. Quanto aos instrumentos financeiros sem cotação disponível no mercado, os valores justos são apurados pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados.

- a) Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- b) Calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- c) Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pela Companhia, variação do CDI vezes 106% a.a.

- d) Utilizada como premissa a comparação com o título Notas do Tesouro Nacional - NTN-B, de longo prazo e pós-fixado, que foi remunerado aproximadamente em 5,71% a.a. mais IPCA, em 30.09.2013.
- e) Critérios e premissas divulgados na NE nº 9, de 31.12.2012.
- f) Ativos que entraram em operação após maio de 2000, têm valores justos calculados pelo fluxo de entradas de caixa esperado, descontado à taxa Selic, melhor taxa de curto prazo disponível para comparação na apuração do seu valor de mercado.
- g) Ativos existentes em 31.05.2000, têm valores justos equivalentes aos valores contábeis, dadas as indefinições de valores, prazos de recebimento e taxas.
- h) São contabilizados pelo valor justo, conforme NE nº 16.5.1.
- i) Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 30.09.2013, obtido junto à Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - Anbima, líquido do custo financeiro, de R\$ 1.699.
- j) Utilizada como premissa a taxa de remuneração referente ao último empreendimento licitado pela Aneel, vencido pela Companhia.

34.2 Nível de classificação para apuração do valor justo

Consolidado	30.09.2013				31.12.2012			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos Financeiros								
Títulos e valores mobiliários	335.141	268.086	-	603.227	404.784	347.052	-	751.836
Contas a receber vinculadas à concessão	-	-	2.767.906	2.767.906	-	-	2.383.262	2.383.262
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	-	-	160.218	160.218	-	-	160.217	160.217
Outros investimentos	26.111	-	-	26.111	18.127	-	-	18.127
Passivos Financeiros								
Outras obrigações - derivativos	-	-	-	-	40	-	-	40

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir:

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos

Nível 2: obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo

Nível 3: obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado

34.3 Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia mantém o Comitê de Gestão de Riscos Corporativos, responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de riscos e o assessoramento do Comitê de Auditoria, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção e valorização do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

34.3.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contra-parte

em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Consolidado		Reapresentado
Exposição ao risco de crédito	30.09.2013	31.12.2012
Caixa e equivalentes de caixa (a)	1.531.816	1.459.217
Títulos e valores mobiliários (a)	616.126	764.016
Cauções e depósitos vinculados (a)	46.363	80.054
Clientes (b)	1.400.484	1.515.344
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná (c)	1.378.249	1.384.284
Contas a receber vinculadas à concessão (d)	3.110.561	2.651.145
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (e)	645.628	913.673
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão (f)	160.218	160.217
Total	8.889.445	8.927.950

- a) A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos contabilizados, considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- b) Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está intimamente relacionado a fatores internos e externos à Copel. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gerência das contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, suspendendo o fornecimento de energia e implementando políticas específicas de cobrança, atreladas a garantias reais ou fidejussórias, sempre que possível.
- Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas na sua realização.
- c) A Administração considera o risco deste crédito reduzido, visto que as amortizações são garantidas com recursos oriundos de dividendos. O Governo do Estado vem cumprindo o pagamento das parcelas renegociadas conforme estabelecido no quarto termo aditivo.
- d) A Administração considera bastante reduzido o risco deste, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos efetuados em infraestrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão, especificamente a atividade de transmissão, tendo em vista que a RAP é uma receita garantida, portanto sem risco de demanda.
- e) Para o valor relativo a indenização homologada para os ativos que entraram em operação após maio de 2000, a Administração considera reduzido o risco de crédito uma vez que as regras de sua realização e remuneração já foram estabelecidos pelo Poder Concedente e vem sendo recebido dentro do cronograma previsto.

- f) Para o valor relativo aos ativos existentes em 31.05.2000, apesar do Poder Concedente ainda não ter divulgado o regulamento sobre a forma de remuneração e o pagamento da indenização e que ajustes podem ocorrer nos investimentos realizados, quando da homologação pelo regulador e Poder Concedente, a avaliação da Administração considerou as regras regulatórias existentes na sua valorização.

34.3.2 Risco de liquidez

O Risco de Liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício.

As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Bacen, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2014, repetem-se os indicadores de 2013 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação americana.

Consolidado Passivo	Juros ⁽¹⁾	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
30.09.2013							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	14.380	20.724	873.172	1.453.775	460.685	2.822.736
Debêntures	NE nº 22	46.582	-	52.719	1.313.801	-	1.413.102
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.239	8.482	38.203	238.583	2.028.422	2.317.929
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	104.773	539.194	3.598.478	6.713.940	10.956.385
Petrobras - Compagás	100% do CDI	5.172	10.477	49.433	17.481	-	82.563
Outros fornecedores	-	449.283	117.713	41.406	44.994	-	653.396
Benefícios pós emprego	7,46%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	622.154	2.142.716	11.310.789	61.755.795	75.831.454
		548.601	942.214	3.997.352	19.501.034	80.056.789	105.045.990
31.12.2012							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 21	17.022	50.158	289.708	1.977.774	515.760	2.850.422
Debêntures	NE nº 22	-	-	78.618	1.284.897	-	1.363.515
Derivativos	DI Futuro	40	-	-	-	-	40
Contas a pagar vinculadas à concessão - uso do bem público	Tx. Retorno + IGP-M e IPCA	4.040	8.080	36.858	225.955	2.043.351	2.318.284
Eletrobrás - Itaipu	Dólar	-	92.864	417.886	2.677.260	4.777.443	7.965.453
Petrobras - Compagas	100% do CDI	4.892	9.874	45.969	65.690	-	126.425
Outros fornecedores	-	756.890	152.854	875	35.126	-	945.745
Benefícios pós emprego	7,30%	28.945	57.891	260.509	1.523.133	9.097.947	10.968.425
Obrigações de compra	IGP-M e IPCA	-	452.633	2.188.186	8.865.291	46.201.543	57.707.653
		811.829	824.354	3.318.609	16.655.126	62.636.044	84.245.962

⁽¹⁾ Taxa de juros efetiva - média ponderada

Conforme divulgado nas NEs nºs 21.10 e 22.2, a Companhia e suas controladas têm empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

As principais garantias para passivos, constituídas para manutenção dos negócios e investimentos, estão aplicadas em títulos e valores mobiliários (NE nº 5.2) e em dinheiro (NE nº 6).

34.3.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) **Risco cambial - dólar norte-americano**

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira.

A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário da Copel Distribuição.

A variação cambial decorrente da compra de gás da Petrobras pela Compagás impacta diretamente no resultado da Companhia. A Compagás mantém negociação com seus consumidores, objetivando, na medida do possível, o repasse desses custos.

Análise de sensibilidade do risco cambial

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do Dólar Norte-Americano sobre seus Empréstimos e Financiamentos expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2013 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 2,25) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2013 do Relatório Focus do Bacen de 25.10.2013. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco cambial	Risco	Base 30.09.2013	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Caução STN	Baixa do dólar	44.309	397	11.574	22.751
		44.309	397	11.574	22.751
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
STN	Alta do dólar	63.934	573	16.700	32.827
Eletrobrás	Alta do dólar	11	-	3	6
		63.945	573	16.703	32.833
Fornecedores					
Eletrobrás (Itaipu)	Alta do dólar	108.338	972	28.299	55.626
Petrobras (aquisição de gás pela Compagas)	Alta do dólar	53.157	477	13.885	27.294
		161.495	1.449	42.184	82.920
Exposição líquida		(181.131)			
Efeito esperado no resultado			(1.625)	(47.313)	(93.002)

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

b) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, exceto para os fundos de investimentos exclusivos (34.3.3-c), mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 30.09.2013 e para o cenário provável, considerou-se os saldos com a variação dos indicadores (BM&F para LTN – 9,46%, CDI/Selic – 10,00%, IPCA – 5,83%, IGP-DI – 5,81%, IGP-M – 5,78% e TJLP – 5,00%) previstos na mediana das expectativas de mercado para 2013 do Relatório Focus do Bacen de 25.10.2013 e variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 1º.01.2014. Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 30.09.2013	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	1.469.150	34.655	26.223	17.617
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/SELIC	616.126	14.533	10.998	7.388
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/SELIC	2.054	49	37	25
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	Baixa IGP-DI	1.378.249	25.909	6.633	(12.642)
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IGP-M	3.110.561	62.357	19.013	(24.330)
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão - RBNI	Baixa IPCA	645.628	12.690	3.623	(5.443)
Contas a receber vinculadas à prorrogação da concessão	Indefinido ⁽¹⁾	160.218	-	-	-
		7.381.986	150.193	66.527	(17.385)
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos					
Banco do Brasil	Alta CDI	1.562.575	37.679	46.695	55.562
Eletrobrás - Finel	Alta IGP-M	91.389	377	639	902
Eletrobrás - RGR	Sem Risco ⁽²⁾	100.362	-	-	-
Finep	Alta TJLP	40.312	495	616	735
BNDES - Copel Geração e Transmissão	Alta TJLP	257.671	3.162	3.935	4.701
Banco do Brasil - Repasse de recursos do BNDES	Alta TJLP	163.393	2.005	2.495	2.981
Debêntures	Alta CDI	1.238.405	29.863	37.008	44.035
		3.454.107	73.581	91.388	108.916
Exposição líquida		3.927.879			
Efeito esperado no resultado			76.612	(24.861)	(126.301)

⁽¹⁾ Avaliação do risco ainda carece de regulamentação por parte do Poder Concedente.

⁽²⁾ Empréstimo indexado à Ufir.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30.09.2013, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

c) Risco de derivativos

A Companhia opera instrumentos financeiros derivativos com o objetivo exclusivo de se proteger frente à volatilidade das exposições às oscilações nas taxas de juros.

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições ativas (taxas de juros em DI) decorrentes de títulos e valores mobiliários, a Companhia contratou operações de DI futuro, negociadas na BM&FBOVESPA e registradas na Cetip S.A. Mercados Organizados - Cetip, cujos saldos de face apresentam os seguintes montantes e condições:

- Durante o ano de 2013, o resultado das operações com instrumentos financeiros derivativos no mercado de futuros foi um ganho de R\$ 4.837 (uma perda de R\$ 5.884 em 2012);
- Os contratos são ajustados diariamente, conforme ajustes do DI Futuro divulgados pela BM&FBOVESPA. Os valores de referência (nacionais) desses contratos em aberto em 30.09.2013 correspondem a R\$ 147.869 (R\$ 192.900 em 31.12.2012);
- Em 30.09.2013, parte dos títulos públicos federais no montante de R\$ 6.585 (R\$ 9.560 em 31.12.2012), estava depositada como garantia de operações realizadas na BM&FBOVESPA.

Análise de sensibilidade do risco de derivativos

De modo a mensurar os efeitos das flutuações dos índices e das taxas atreladas às operações com derivativos, elaboramos a seguir o quadro de análise de sensibilidade, nos termos determinados pela instrução CVM nº 475/08, incluindo um cenário considerado provável pela Administração, uma situação considerada adversa de, pelo menos, 25% de deterioração nas variáveis utilizadas e uma situação considerada remota, com deterioração de, pelo menos, 50% nas variáveis de risco. Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes e, para o cenário provável, os saldos com a variação da taxa de referência BM&FBOVESPA para LTN, com vencimento em 1º.01.2014.

Risco de derivativos	Risco	Base 30.09.2013	Cenários projetados - dez.2013		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos (passivos) financeiros					
Derivativos - ativos	Alta do DI	115	(408)	(1.258)	(2.123)
Efeito esperado no resultado			(523)	(1.373)	(2.238)

34.3.4 Risco quanto à escassez de energia

Risco decorrente de possível período de escassez de chuvas, dado que a matriz energética brasileira está baseada em fontes hidrelétricas de geração, que dependem do volume de água em seus reservatórios.

Um período prolongado de escassez de chuvas pode reduzir o volume de água em estoque nestes reservatórios, podendo impactar em perdas em razão da redução de receitas quando da eventual adoção de racionamento energético.

Segundo o Plano Anual da Operação Energética - PEN 2013, divulgado anualmente no site www.ons.org.br, as avaliações probabilísticas de análise das condições de atendimento à carga,

com base nos riscos de déficit de energia para o Cenário de Referência, indicam adequabilidade ao critério de suprimento preconizado pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco de déficit não superior a 5%) para todos os subsistemas no horizonte 2013/2017. Os riscos de déficit atingem valores de no máximo 3,0% no subsistema Sul e 2,5% no subsistema Sudeste/Centro Oeste e inferiores a 1,0% nos subsistemas Norte e Nordeste, em todo horizonte de estudo.

34.3.5 Risco de não renovação das concessões

A lei nº 12.783/2013 publicada em 14.01.2013 disciplinou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica para as concessões alcançadas pelos artigos 17, 19 e 22 da Lei 9.074/2015. No entanto, a prorrogação é facultada a aceitação expressa das condições daquela lei.

No segmento de geração, foram quatro as usinas alcançadas pela Lei nº 12.783/2013: Rio dos Patos com 1,8 MW, Mourão com 8,2 MW, Chopim com 1,8 MW e Usina Governador Pedro Viriato Parigot de Souza com 260 MW de capacidade instalada.

Visando preservar os atuais níveis de rentabilidade da empresa, estas usinas não foram prorrogadas, pois estudos apontaram sua inviabilidade frente as condições impostas pelo poder concedente. Ao término contratual, estas usinas serão licitadas, sem a garantia da empresa sagrar-se vencedora do certame.

No segmento de transmissão, as instalações constantes do Contrato de Concessão nº 060/2001, foram prorrogadas por mais 30 anos, segundo as condições impostas pela Lei nº 12.783/2013. Neste caso, foram mantidas as condições para a realização dos investimentos decorrentes de contingências, modernizações, atualizações e reforma das estruturas e equipamentos que se efetivarão desde que haja reconhecimento e autorização pela ANEEL. A garantia de ressarcimento pelo órgão regulador, afasta a possibilidade de perdas financeira bem como preserva os atuais níveis de rentabilidade da empresa.

No segmento de distribuição, a Companhia manifestou-se favorável pela prorrogação do Contrato de Concessão nº 046/1999, nos termos da Lei nº 12.783/2013. No momento, aguarda-se a decisão do Poder Concedente pela prorrogação. Caso as condições estabelecidas pelo Poder Concedente garantam os níveis de rentabilidade da empresa, a Companhia assinará o contrato de concessão ou termo aditivo, por um período de mais 30 anos.

Copel Geração e Transmissão**Contratos de concessões / autorizações****Datas de vencimento**

Hidrelétricas**Contrato de concessão de geração nº 045/1999**

Governador Bento Munhoz da Rocha Netto (Foz do Areia)	23.05.2023
Governador Ney Aminthas de Barros Braga (Segredo)	15.11.2029
Governador José Richa (Caxias)	04.05.2030
Governador Pedro Viriato Parigot de Souza (a) (b)	07.07.2015
Guaricana	16.08.2026
Chaminé	16.08.2026
Apucarantina	12.10.2025
Mourão (a) (b)	07.07.2015
Derivação do Rio Jordão	15.11.2029
Marumbi (c)	-
São Jorge	03.12.2024
Chopim I (a) (b)	07.07.2015
Rio dos Patos (a) (b)	14.02.2014
Cavernoso	07.01.2031
Melissa (d)	-
Salto do Vau (d)	-
Pitangui (d)	-

Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 007/2013

Chaminé (e)	16.08.2026
Apucarantina (e)	12.10.2025
Derivação do Rio Jordão (e)	15.11.2029
Chopim I (a) (b) (e)	07.07.2015
Cavernoso (e)	07.01.2031

Contrato de concessão de geração nº 001/2007 - Mauá - 51% da Copel

Contrato de concessão de geração nº 001/2011 - Colider (f) 16.01.2046

Autorização - Cavernoso II (f) 27.02.2046

Termelétrica

Contrato de concessão de geração nº 045/1999 - Figueira 26.03.2019

Eólica

Autorização - Palmas	28.09.2029
Autorização - Asa Branca I (f) (g)	25.04.2046
Autorização - Asa Branca II (f) (g)	31.05.2046
Autorização - Asa Branca III (f) (g)	31.05.2046
Autorização - Eurus IV (f) (g)	27.04.2046
Autorização - Santa Maria (f) (g)	08.05.2047
Autorização - Santa Helena (f) (g)	09.04.2047
Autorização - Ventos de Santo Uriel (f) (g)	09.04.2047

(a) Usina não renovada nos termos da MP nº 579/2012 - prerrogativa da Concessionária

(b) Haverá licitação do empreendimento ao término da concessão

(c) Em processo de homologação na Aneel

(d) Nas usinas com capacidade inferior a 1 MW, efetua-se apenas registro na Aneel

(e) Usinas que passaram por mudança no regime de exploração de Serviço Público para Produtor Independente

(f) Empreendimento em construção

(g) Usinas incorporadas a partir de 01.08.2013

Copel Geração e Transmissão	
Contratos de concessões	Datas de vencimento
Linhas de transmissão e subestações	
Contrato nº 060/01 - Instalações de transmissão (a)	05.12.2042
Contrato nº 075/01 - Linha de transmissão Bateias - Jaguariáiva	16.08.2031
Contrato nº 006/08 - Linha de transmissão Bateias - Pilarzinho	16.03.2038
Contrato nº 027/09 - Linha de transmissão Foz do Iguaçu - Cascavel Oeste	18.11.2039
Contrato nº 010/10 - Linha de transmissão Araraquara 2 - Taubaté (b)	05.10.2040
Contrato nº 015/10 - Subestação Cerquilha III (b)	05.10.2040
Contrato nº 001/12 - Linha de transmissão Cascavel Oeste - Umuarama - 51% Copel GeT (b)	11.01.2042
Contrato nº 004/12 - Linha de transmissão Nova Santa Rita - Camaquã 3 - 20% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 007/12 - Linha de transmissão Umuarama - Guaira - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 008/12 - Linha de transmissão Curitiba - Curitiba Leste - 80% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 011/12 - Linha de transmissão Açailândia - Miranda II - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 012/12 - Linha de transmissão Paranaíta - Ribeirãozinho - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 013/12 - Linha de transmissão Ribeirãozinho - Marimbondo II - 49% Copel GeT (b)	09.05.2042
Contrato nº 022/12 - Linha de transmissão - Foz do Chopim - Salto Osorio C2 (b)	26.08.2042
Contrato nº 002/13 - Linha de transmissão - Assis - Paraguaçu Paulista II (b)	24.02.2043
Contrato nº 007/13 - Linha de transmissão - Barreiras II - Pirapora 2 - 24,5% Copel GeT (b)	01.05.2043
(a) Concessão prorrogada nos termos da MP nº 579/2012	
(b) Empreendimento em construção	

Contratos de concessões / autorizações	Datas de vencimento
Copel Distribuição - Contrato de concessão nº 046/99 - Instalações de Distribuição (a)	07.07.2015
Elejor - Contrato de concessão nº 125/2001 - UHE Fundão e Santa Clara	24.10.2036
Elejor - Contrato de autorização - PCH Fundão I e PCH Santa Clara I	18.12.2032
Dona Francisca Energética - Contrato de concessão nº 188/1998 - UHE Dona Francisca	27.08.2033
UEG Araucária - contrato de autorização - UTE Araucária	22.12.2029
Compagás - contrato de concessão de distribuição de gás	06.07.2024
(a) Encaminhado em 31.05.2012 requerimento solicitando prorrogação da concessão, e em 11.10.2012 ratificação ao requerimento de prorrogação conforme MP nº 579/2012	

34.3.6 Risco quanto à escassez de gás

Risco decorrente de eventual período de escassez no fornecimento de gás natural, para atender às atividades relacionadas à distribuição de gás e geração de energia termelétrica.

Um período prolongado de escassez de gás poderia impactar em perdas em razão da redução de receitas das controladas Compagás e UEG Araucária.

34.4 Gerenciamento de capital

A Companhia busca sempre conservar uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

A estrutura de capital é formada:

- a) pela Dívida líquida, definida como o total de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, líquidos de Caixa e equivalentes de caixa, e Títulos e valores mobiliários, de curto prazo; e

b) pelo Capital próprio, definido como o Patrimônio Líquido.

	Controladora		Consolidado	
			Reapresentado	
Endividamento	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
Empréstimos e financiamentos	993.896	999.827	2.279.647	2.250.878
Debêntures	-	-	1.238.405	1.010.677
(-) Caixa e equivalentes de caixa	184.136	29.464	1.531.816	1.459.217
(-) Títulos e valores mobiliários	184	176	509.183	635.501
Dívida líquida	809.576	970.187	1.477.053	1.166.837
Patrimônio líquido	12.828.375	12.097.384	13.116.477	12.361.890
Endividamento do patrimônio líquido	0,06	0,08	0,11	0,09

35 Transações com Partes Relacionadas

As principais transações entre a Controladora e suas coligadas e controladas estão demonstradas na NE nº 15 - Créditos com Partes Relacionadas e na NE nº 16 - Investimentos.

A Controladora concedeu, em 2002, avais correspondentes à sua participação acionária de 23,03% à sua coligada Dona Francisca Energética S.A., para empréstimos tomados junto ao BNDES (aval solidário) e ao Bradesco (aval solidário), com prazo de liquidação até 2014. Em 30.09.2013, os saldos devedores atualizados montavam a R\$ 10.872 e R\$ 6.301, respectivamente.

A Controladora concedeu garantia fidejussória na emissão das debêntures da Elejor em 26.09.2013, conforme NE nº 22.

A Copel Geração e Transmissão concedeu garantia fidejussória, correspondente à sua participação acionária de 20%, na emissão de debêntures da controlada em conjunto Transmissora Sul Brasileira, em 27.09.2013. Foram emitidas 15.000 debêntures simples, com prazo de vencimento de 12 meses, no valor total de R\$ 150.000. Os recursos serão utilizados como "empréstimo ponte" para a operação de financiamento a ser realizado junto ao BNDES. O saldo devedor atualizado em 30.09.2013 montava em R\$ 149.435.

Os valores decorrentes de atividades operacionais da Copel Distribuição com as partes relacionadas são faturados de acordo com as tarifas homologadas pela Aneel.

Consolidado	Ativo		Passivo		Resultado	
		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado
Parte Relacionada / Natureza da operação	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	30.09.2012
Controlador						
Estado do Paraná						
Dividendos a pagar (a)	-	-	79.539	79.539	-	-
Programa luz fraterna (b)	72.519	60.259	-	-	-	-
Empregados cedidos (c)	1.746	1.640	-	-	-	-
CRC (NE nº 8)	1.378.249	1.384.284	-	-	116.274	159.671
ICMS (NE nº 13.3)	114.177	110.096	180.747	209.570	-	-
Entidades com influência significativa						
BNDES e BNDESPAR (d)						
Financiamentos (NE nº 21.5)	-	-	257.671	214.855	(10.566)	(11.478)
Dividendos a pagar (d)	-	-	-	63.890	-	-
Petrobras (e)						
Aluguel da usina - UEG Araucária	5.261	11.894	-	-	88.962	60.541
Fornecimento e transporte de gás (f)	408	293	-	-	21.066	11.173
Aquisição de gás para revenda (f)	-	-	53.157	43.681	(222.858)	(182.987)
Adiantamento a fornecedores da Compagás (g)	13.742	12.666	-	-	-	-
Dividendos a pagar pela Compagás	-	-	-	1.208	-	-
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (h)	-	-	1.208	1.208	-	-
Paineira Participações S.A. (i)	-	-	-	1.179	-	-
Controladas em conjunto						
Dominó Holdings						
Dividendos a receber pela Copel	-	17.986	-	-	-	-
Matrinchã Transmissora de Energia						
Dividendos a receber pela Copel	20	-	-	-	-	-
Coligadas						
Dona Francisca Energética S.A.						
Compra de energia elétrica (j)	-	-	5.850	6.045	(53.249)	(49.493)
Dividendos a receber pela Copel	8.154	78	-	-	-	-
Foz do Chopim Energética Ltda. (k)	169	135	-	-	1.253	1.196
Sercomtel S.A. Telecomunicações (l)	192	179	-	-	1.712	1.604
Pessoal chave da administração						
Honorários e encargos sociais (NE nº 31.3)	-	-	-	-	(11.300)	(9.984)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	-	-	(678)	(436)
Outras partes relacionadas						
Fundação Copel						
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	-	(8.363)	(7.951)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 23)	-	-	893.721	701.049	-	-
Lactec (m)	27.229	18.742	1.021	303	(4.611)	(3.286)

- a) Ao Governo do Estado do Paraná, foi proposto a título de dividendos do exercício de 2012, o montante de R\$ 79.539.
- b) O Programa Luz Fraterna, instituído pela Lei Estadual nº 491, de 11.09.2003, permite ao Governo do Estado do Paraná quitar as contas de energia elétrica de famílias paranaenses de baixa renda (devidamente cadastradas) quando o consumo não ultrapassar o limite de 100 kWh no mês. O benefício é válido para ligações elétricas residenciais de padrão monofásico, ligações rurais monofásicas e rurais bifásicas com disjuntor de até 50 ampères. Também é preciso que o titular não tenha outra conta de luz no seu nome e não tenha débitos em atraso com a Copel.
- c) Ressarcimento do valor correspondente à remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Governo do Estado do Paraná. Para os saldos de 30.09.2013 foi constituída PCLD no valor de R\$ 1.614 (R\$ 1.466 em 31.12.2012).

- d) O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que detém 23,96% do capital social da Copel (26,41% das ações ordinárias e 21,27% das ações preferenciais).
- e) A Petrobras detém 20% do capital social da UEG Araucária e 24,5% do capital social da Compagás.
- f) O fornecimento e transporte de gás canalizado e a aquisição de gás para revenda pela Compagás.
- g) O adiantamento a fornecedores da Compagás refere-se ao contrato de aquisição de gás relativo à aquisição de volumes e capacidades de transporte contratados e garantidos, superiores àqueles efetivamente retirados e utilizados, e contém cláusula de compensação futura. A Compagás possui o direito de retirar o gás em meses subsequentes, podendo compensar o volume contratado e não consumido num prazo prescricional de até 10 anos. Decorrente do plano de expansão da Compagás e das perspectivas de aumento de consumo pelo mercado, a Administração da Compagás entende que a compensação do volume de gás acumulado até 30.09.2013 será efetuada nos próximos exercícios.
- h) A Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. detém 24,5% do capital social da Compagás. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Compagás.
- i) A Paineira Participações S.A. detém 30% do capital social da Elejor. Os saldos referem-se a dividendos a pagar pela Elejor.
- j) Contrato de compra e venda de energia, realizado entre a Dona Francisca Energética e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 31.03.2015.
- k) Contrato de prestação de serviços de operação e manutenção, realizado entre a Foz do Chopim Energética Ltda. e a Copel Geração e Transmissão, com vencimento em 24.05.2015.
- l) Contrato de compartilhamento de postes, realizado entre a Sercomtel S.A. Telecomunicações e a Copel Distribuição, com vencimento em 28.12.2013.
- m) O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec foi constituído em 06.02.1997, sob a forma de associação sem fins lucrativos, e tem por objetivo a promoção do desenvolvimento econômico, científico, tecnológico, social e sustentável da preservação e conservação do meio ambiente. Foi qualificado, em 2000, pelo Ministério da Justiça, com base na Lei nº 9.790, como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, que permite, dentre outros desenvolvimentos, o de parceria com o setor público por meio de dispensa do processo licitatório. Os associados são: Copel, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Instituto de Engenharia do Paraná - IEP, Federação das Indústrias do Estado do Paraná - Fiep e Associação Comercial do Paraná - ACP.

O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Geração e Transmissão e com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a *posteriori*, com anuência da Aneel.

Os saldos do ativo referem-se a Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, contabilizados no Circulante, na conta Serviços em curso, na qual devem permanecer até a conclusão do projeto, conforme determinação da Aneel.

36 Seguros

Consolidado Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos nomeados (36.1)	24.08.2014	1.727.388
Incêndio - imóveis próprios e locados (36.2)	24.08.2014	521.633
Responsabilidade civil - Copel (36.3)	24.08.2014	12.000
Responsabilidade civil - Compagas (36.3)	30.09.2014	4.200
Engenharia - Copel (36.4)	24.08.2014	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação (36.5)	24.08.2014	apólice por averbação
Multirriscos - Compagas (36.6)	18.12.2013	16.950
Multirriscos - Elejor (36.6)	25.03.2014	446.691
Automóveis (36.7)	20.08.2014	valor de mercado
Riscos diversos (36.8)	24.08.2014	810
Riscos Nomeados - Elejor (36.9)	06.06.2014	500
Riscos operacionais - UEG Araucária (36.10) *	30.11.2013	598.200
Garantia Judicial - Compagas (36.11)	03.02.2014	56.938
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	14.07.2014	12.500
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	15.01.2014	2.200
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	30.07.2015	44.319
Garantia de Fiel Cumprimento - Copel (36.12)	27.12.2014	1.850
Riscos Operacionais - UHE Mauá - Consórcio Energético Cruzeiro do Sul (36.13)	23.11.2013	799.290
Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores - D&O (36.14) *	30.06.2014	55.408

* Os valores das importâncias seguras de Riscos operacionais - UEG Araucária e de Responsabilidade civil para diretores e administradores foram convertidos de dólar para real com a taxa do dia 30.09.2013, R\$ 2,2163.

36.1 Riscos nomeados

Apólice contratada destaca as subestações e usinas, nomeando os principais equipamentos, com respectivos valores segurados. Possui cobertura securitária básica de incêndio, queda de raios, explosão de qualquer natureza e cobertura adicional contra possíveis danos elétricos, riscos diversos, riscos para equipamentos eletrônicos e informática.

36.2 Incêndio

Imóveis próprios e locados – cobertura para os imóveis e parte dos seus conteúdos. Garante o pagamento de indenização ao segurado ou proprietário do imóvel, pelos prejuízos em consequência dos riscos básicos de incêndio, queda de raio e explosão de qualquer natureza, mais a cobertura adicional de vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e fumaça.

36.3 Responsabilidade civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia. Possui também cobertura adicional para prestação de serviços em locais de terceiros e responsabilidade civil de empregador.

36.4 Riscos de engenharia - Copel

Cobertura dos riscos de instalação, montagem, desmontagem e testes em equipamentos novos, principalmente em subestações e usinas. Contratada apólice na modalidade por averbação, conforme a ocorrência e necessidade para cobertura dos riscos na execução de serviços de engenharia.

36.5 Seguro de transporte

Garante cobertura para as perdas e danos causados às mercadorias durante o transporte, por qualquer meio adequado, em operações no mercado interno ou externo, nas modalidades de transporte nacional e internacional de importação e exportação. Contratada apólice na modalidade por averbação, sendo basicamente utilizado para o seguro de transporte de equipamentos elétricos, eletrônicos e de telecomunicações.

36.6 Multirrisco

Apólice onde são relacionados os bens da Companhia. Visa dar cobertura securitária para possíveis danos causados por incêndio, raio, explosão, danos elétricos, riscos para equipamentos eletrônicos, recomposição de registros e documentos, vendaval, fumaça e roubo ou furto qualificado.

36.7 Seguro de automóveis

Garante as indenizações dos prejuízos sofridos e das despesas incorridas, decorrentes dos riscos cobertos e relativos à frota de 33 veículos segurados da Compagás. Possui cobertura básica para os veículos e cobertura adicional de responsabilidade civil facultativa para os danos materiais, corporais e morais causados a terceiros. As importâncias seguradas para os danos causados a terceiros são de R\$ 150 para danos materiais e R\$ 300 para danos pessoais, para cada veículo.

36.8 Riscos diversos - Copel

Garante cobertura para as perdas e danos materiais, causados aos bens descritos na apólice, por quaisquer acidentes decorrentes de causa externa, incluindo os riscos de transladação.

Nesta modalidade de seguro são incluídos os equipamentos elétricos móveis e/ou estacionários, bem como os equipamentos de informática e eletrônicos, quando em operação nas unidades das empresas ou quando arrendados ou cedidos a terceiros.

36.9 Riscos nomeados - Elejor

Garante cobertura para as avarias, perdas e danos materiais de origem súbita, imprevista e acidental a prédios, mercadorias, matérias-primas, produtos em elaboração e acabados, embalagens, maquinismos, ferramentas, móveis e utensílios, e demais instalações que constituem o estabelecimento segurado, além de lucros cessantes.

36.10 Riscos operacionais – UEG Araucária

Apólice contratada tipo *all risks* (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis), inclusive quebra de máquinas, para todo o complexo da UTE Araucária.

36.11 Garantia judicial

Garante a liquidação de sentença transitada em julgado de processos judiciais contra a Compagás. Possui o mesmo respaldo que a caução em processos judiciais, substituindo os depósitos judiciais em dinheiro, a penhora de bens e a fiança bancária.

36.12 Garantia de Fiel Cumprimento

Garante as obrigações assumidas pela Copel nos contratos de concessões firmados com a Aneel.

O seguro-garantia é destinado às empresas que, na condição de contratadas, estão obrigadas a garantir a seus clientes que os contratos firmados, no que se refere a preços, prazos e demais especificações pactuadas, serão rigorosamente cumpridos. Também os órgãos públicos de administração direta ou indireta, conforme determinam as Leis nºs 8.666/93 e 8.883/94, podem receber apólices de seguro como garantia de seus fornecedores de bens, serviços, executantes de obras e licitantes.

Esta modalidade de seguro tem como objetivo garantir o fiel cumprimento de um contrato. O seguro-garantia não cobre danos e sim responsabilidades, pelo não cumprimento do contrato, sendo uma opção de garantia contratual prevista na legislação brasileira e que substitui a carta de fiança bancária, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública.

36.13 Riscos operacionais UHE Mauá – Consórcio Energético Cruzeiro do Sul

Caracteriza-se pela cobertura do tipo "*All Risks*", abrangendo todas as perdas ou danos materiais causados aos bens segurados, exceto os formalmente considerados excluídos em suas condições.

Estão cobertos pela apólice as unidades geradoras, subestação, casa de força, barragem, vertedouro e túnel.

Além das coberturas para danos materiais, destacam-se as coberturas adicionais para salvamento e contenção de sinistros, inundação e alagamento, remoção de entulhos, pequenas obras de engenharia, roubo, greves e tumulto, honorários de peritos e despesas extraordinárias. Não inclui cobertura para lucros cessantes.

36.14 Responsabilidade Civil para Diretores e Administradores – D&O

Seguro de responsabilidade civil de sociedades comerciais para conselheiros, diretores e administradores D&O - Directors & Officers, com abrangência em todo território nacional e no exterior, contratado pela Companhia.

A finalidade do seguro é a cobertura de pagamento dos prejuízos financeiros, honorários advocatícios e despesas processuais decorrentes de reclamação feita contra os segurados em virtude de atos danosos pelos quais sejam responsabilizados dentro dos seus atos regulares de gestão.

Estão cobertos pelo seguro conselheiros, diretores, administradores da Copel e pessoas indicadas pela Copel para ocupar cargos equivalentes nas empresas subsidiárias e controladas.

37 Conta de Compensação da “Parcela A”

Em função da adoção das normas internacionais de contabilidade, a Companhia deixou de contabilizar ativos e passivos regulatórios e reverteu os saldos existentes.

Estes ativos e passivos continuam sendo registrados na contabilidade regulatória, instituída pela Resolução Normativa nº 396 da Aneel.

Na Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA são acompanhadas as variações ocorridas entre os valores homologados, por ocasião dos reajustes tarifários, e os valores efetivamente desembolsados ao longo do período tarifário, dos seguintes componentes de custo da “Parcela A”: Compra de Energia Elétrica (Contratos Bilaterais, Itaipu e CCEAR), Custo com Transporte de Energia Elétrica (Transporte de Itaipu e Rede Básica) e Encargos Setoriais (Conta de Desenvolvimento Energético - CDE; Encargos de Serviços do Sistema - ESS e Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia - Proinfa - Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética, entre outros).

A Aneel autorizou a Copel Distribuição, por meio da Resolução Homologatória nº 1.541, de 20.06.2013, a aplicar em suas tarifas de fornecimento, a partir de 24.06.2013, reajuste médio de 13,08%, sendo 11,40% relativos ao reajuste das tarifas e 1,68% relativos aos componentes financeiros pertinentes, dentre os quais, a CVA, representando o total de R\$ 21.967, sendo composta por duas parcelas: a CVA em processamento, relativa ao ano tarifário 2012-2013, no valor de R\$ 15.780, e o saldo a compensar da CVA de períodos anteriores no valor de R\$ 6.187. Após a retirada do ativo regulatório (CVA) concedido no ano anterior e do diferimento parcial do reajuste, o efeito desse reajuste foi um aumento médio de 9,55% nas tarifas dos consumidores, conforme Resolução Homologatória nº 1.565, de 09.07.2013.

Caso os ativos e passivos regulatórios fossem contabilizados, a Companhia teria em suas demonstrações financeiras os seguintes saldos:

Composição dos saldos da CVA

Consolidado	Ativo circulante		Ativo não circulante	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
CVA recuperável reajuste tarifário 2012				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	-	14.181	-	-
CDE	-	5.856	-	-
Proinfa	-	5.565	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.356	-	-
Outros componentes financeiros	-	17.312	-	-
	-	44.270	-	-
CVA recuperável reajuste tarifário 2013				
CCC	5.669	1.626	-	1.626
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	1.375	22.047	-	22.047
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	8	-	-	-
ESS	-	35.860	-	35.860
CDE	-	3.261	-	3.261
Proinfa	8.301	1.037	-	1.037
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	6.920	-	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.297	-	1.297
Outros componentes financeiros	67.718	35.249	-	35.250
	89.991	100.377	-	100.378
CVA recuperável reajuste tarifário 2014				
Encargos uso sist. transmissão (rede básica)	5.646	-	16.938	-
Proinfa	38	-	115	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	8.005	-	24.014	-
Outros componentes financeiros	19.052	-	57.154	-
	32.741	-	98.221	-
	122.732	144.647	98.221	100.378

Consolidado	Passivo circulante		Passivo não circulante	
	30.09.2013	31.12.2012	30.09.2013	31.12.2012
CVA compensável reajuste tarifário 2012				
CCC	-	363	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	17.871	-	-
ESS	-	18.982	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	9.679	-	-
Outros componentes financeiros	-	24.465	-	-
	-	71.360	-	-
CVA compensável reajuste tarifário 2013				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	-	10.062	-	10.062
ESS	1.025	-	-	-
CDE	4.276	-	-	-
Energia elétrica comprada p/revenda (CVA Energ)	-	41.828	-	41.828
Transporte de energia comprada (Itaipu)	991	-	-	-
Outros componentes financeiros	3.925	22.902	-	22.902
	10.217	74.792	-	74.792
CVA compensável reajuste tarifário 2014				
Energia elétrica comprada p/revenda (Itaipu)	783	-	2.350	-
ESS	15.521	-	46.563	-
CDE	21	-	64	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	5	-	15	-
Outros componentes financeiros	6.207	-	18.619	-
	22.537	-	67.611	-
	32.754	146.152	67.611	74.792

Mutação da CVA

	Saldo em 1º.01.2013	Diferimento	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30.09.2013
Ativo						
CCC	3.252	4.131	(1.974)	260	-	5.669
Encargos uso sist. transm. (rede básica)	58.275	(19.211)	(15.289)	184	-	23.959
ESS	71.720	(71.165)	-	(555)	-	-
CDE	12.378	(6.267)	(6.109)	(2)	-	-
Proinfa	7.639	8.927	(8.689)	577	-	8.454
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	-	41.107	(2.307)	139	-	38.939
Transporte de energia comprada (Itaipu)	3.950	(2.539)	(1.415)	4	-	-
Outros componentes financeiros	87.811	92.694	(39.884)	3.303	-	143.924
	245.025	47.688	(75.670)	3.910	-	220.953
Circulante	144.647	(103.734)	(75.670)	712	156.777	122.732
Não Circulante - NC	100.378	151.422	-	3.198	(156.777)	98.221
Passivo						
CCC	363	-	(376)	13	-	-
Energia elétrica comp. p/ revenda (Itaipu)	37.995	(16.768)	(18.643)	549	-	3.133
ESS	18.982	64.900	(20.143)	(630)	-	63.109
CDE	-	5.971	(1.492)	(118)	-	4.361
Energia elétrica comp. p/ rev. (CVA Energ)	93.335	(83.475)	(10.105)	245	-	-
Transporte de energia comprada (Itaipu)	-	1.316	(346)	41	-	1.011
Outros componentes financeiros	70.269	(15.204)	(25.774)	(540)	-	28.751
	220.944	(43.260)	(76.879)	(440)	-	100.365
Circulante	146.152	(101.469)	(76.879)	224	64.726	32.754
Não Circulante - NC	74.792	58.209	-	(664)	(64.726)	67.611

38 Eventos Subsequentes

38.1 Instrução Normativa nº 1.397 da Receita Federal do Brasil

Em 16.09.2013, a Receita Federal do Brasil - RFB emitiu a Instrução Normativa nº 1.397 definindo de forma geral que, para fins de apuração do lucro real e da base de cálculo da CSLL da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devem ser considerados os métodos e critérios contábeis vigentes em 31.12.2007, dentre outras disposições.

Em 03.10.2013, representantes do CFC, da Associação Brasileira de Companhias Abertas - Abrasca, do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon e do CPC, após reunião de discussão sobre a referida instrução com o Secretário da Receita Federal, emitiram comunicado conjunto para divulgar a informação de que não haverá dupla contabilidade nem a tributação de dividendos, juros sobre capital próprio e equivalência patrimonial pela diferença entre critérios contábeis societários e fiscais até dezembro de 2013, e que a RFB informou também que serão agilizadas a emissão de Medida Provisória sobre a matéria tributada e a revisão da instrução, para vigorar apenas a partir do exercício de 2014.

A Companhia informa que, conforme estabelecido na lei 11.941 de 27.05.2009, obedece para fins de apuração de lucro real e base de cálculo da CSLL aos critérios contábeis vigentes em 31.12.2007. Para fins de cálculo dos juros sobre capital próprio, a companhia também utiliza as informações contábeis baseadas em critérios de 31.12.2007, denominada contabilidade fiscal. Além disso, a Companhia informa que são efetuadas análises periódicas dos possíveis impactos sobre a destinação de dividendos além do lucro contábil fiscal da companhia, não ocorrendo até o momento tal evento.

38.2 Reestruturação organizacional

Foi aprovada na 187ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE, realizada em 10.10.2013, a reestruturação da Copel, que passa a ter 5 diretorias na Holding e a contar com mais 2 subsidiárias integrais, a Copel Participações S.A., criada com o objetivo de gerir as participações em sociedades de propósito específico - SPEs do setor de energia, gás, telecomunicações saneamento e serviços, e a Copel Renováveis S.A. que concentrará os investimentos da empresa em empreendimentos de geração de energia com fontes renováveis.

As mudanças fazem parte da adequação às necessidades do mercado e têm por objetivo tornar a estrutura mais ágil e com menor custo operacional.